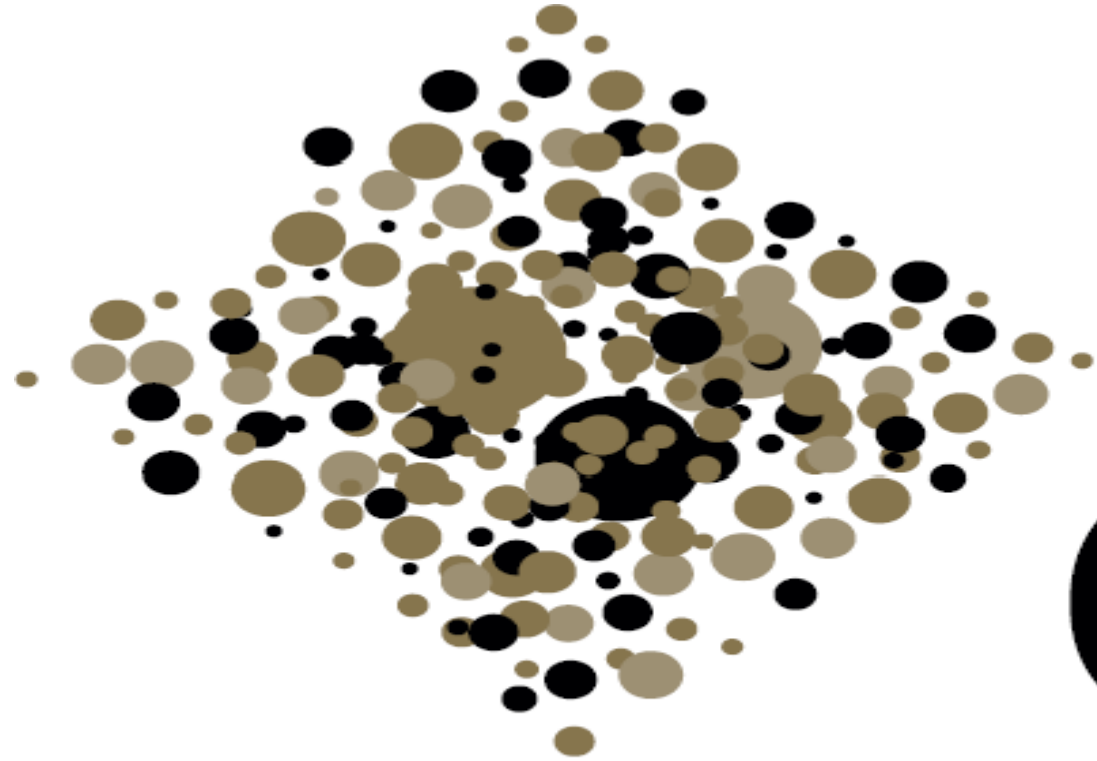


**CQM**  
formação

# **A PREPARAÇÃO DO ENCERRAMENTO DE CONTAS 2023** **- ABORDAGEM CONTABILÍSTICA E FISCAL**

Formador: Carlos Quelhas Martins

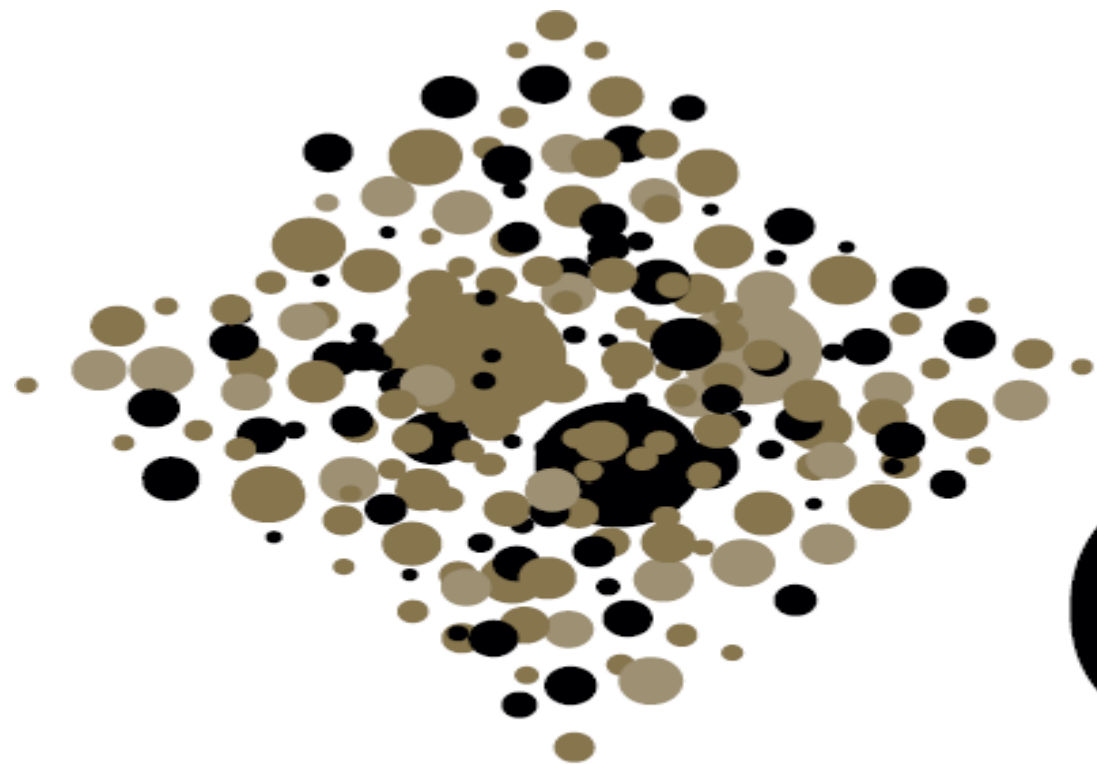
# ÍNDICE



**CQM**  
formação

- Introdução
- Os Normativos Contabilísticos
- Operações Anteriores ao Encerramento de Contas
- Operações de Encerramento de Contas: Aspectos contabilísticos e fiscais
- Operações de Encerramento de Contas: Aspectos fiscais
- Aspectos Societários ao Encerramento de Contas

# INTRODUÇÃO



**CQM**  
formação

# INTRODUÇÃO

- **A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO**
- A prestação de contas é a principal fonte de informação financeira para os utentes da informação financeira, nomeadamente as entidades externas.
- Uma entidade deve garantir que as suas demonstrações financeiras refletem a **Imagem Verdadeira e Appropriada** da informação financeira, pelo que deve apresentar Demonstrações Completas, Fiáveis e Compreensíveis.
- O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.

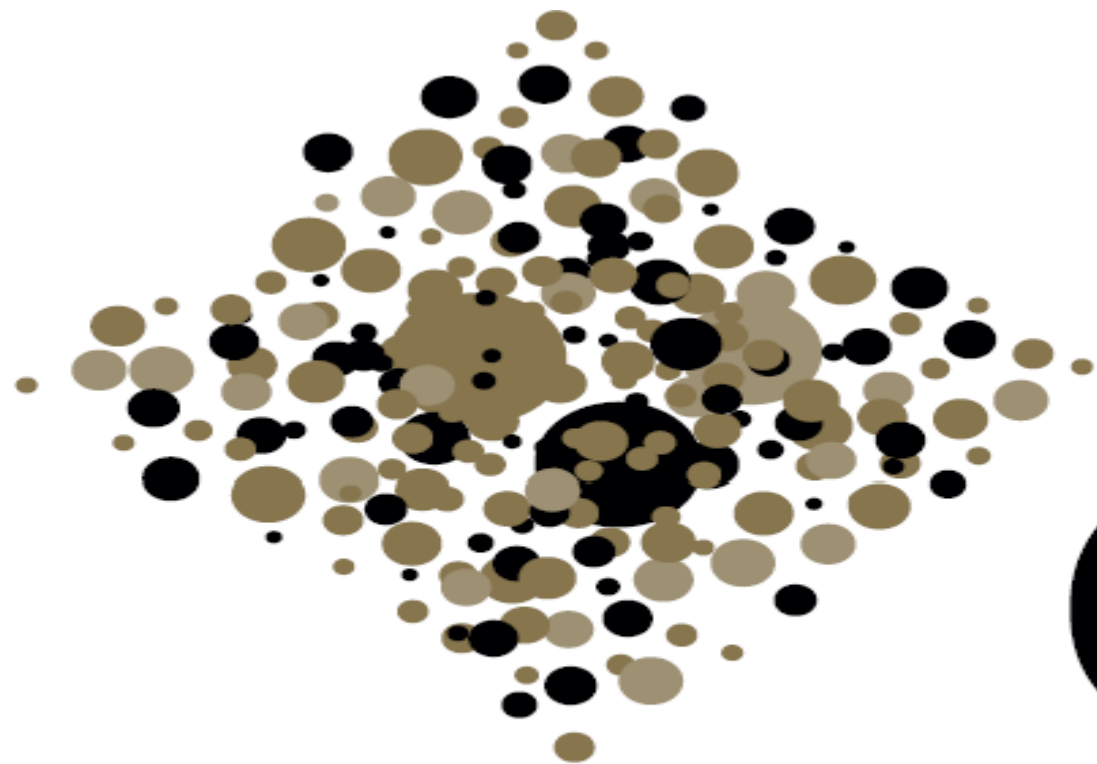
# INTRODUÇÃO

## • **A RELEVÂNCIA DOS RÁCIOS E INDICADORES**

Demonstrações Financeiras bem elaboradas proporcionam Rácios e Indicadores credíveis:

- Análise da situação financeira;
- Análise da situação económica;
- Análise do risco;
- Análise da rendibilidade;
- Análise do funcionamento da empresa;
- Análise da política de dividendos.

# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS



**CQM**  
formação

# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

- O **Decreto-Lei n.º 98/2015**, de 2 de junho veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34, de 26 de junho, dentro das opções aí permitidas aos Estados membros, sendo consequentemente alteradas as portarias e os avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.
- Esta transposição também alterou:
  - O Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro;
  - o Código das Sociedades Comerciais (art.º 66 CSC), o qual passou a prever para as microentidades a dispensa da obrigação de elaborar o relatório de gestão;
  - O Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.



# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

À data do balanço, não ultrapassem 2 dos 3 seguintes limites  
(em 2 anos consecutivos):

| Critérios                                    | Microentidade | Pequena Entidade | Média Entidade | Grande Entidade  |
|--|---------------|------------------|----------------|--|
| Total do Balanço                             | 350.000 €     | 4.000.000 €      | 20.000.000 €   | Ultrapassam 2 dos<br>3 limites anteriores<br>e todas as<br>entidades de<br>interesse público |
| Volume de Negócios Líquidos                  | 700.000 €     | 8.000.000 €      | 40.000.000 €   |  |
| N.º Médio de Empregados<br>durante o Período | 10            | 50               | 250            |  |

Para definir a categoria é necessário recorrer sempre aos valores obtidos em dois períodos consecutivos passando a Entidade a aplicar o novo referencial a partir do terceiro período, inclusive.

# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

**Microentidades** - devem aplicar NC-ME, podendo optar pela NCRF-PE ou da NCRF. (Opção na Campo 423 – Quadro 11- Modelo 22)

Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]

|     |     |                          |
|-----|-----|--------------------------|
| 423 | Sim | <input type="checkbox"/> |
|-----|-----|--------------------------|

**Pequenas Entidades** - podem adotar a NCRF-PE, como alternativa adotam o restante normativo (NCRF)

**Médias e grandes** - devem aplicar as NCRF

**Entidades Cotadas** - aplicam as Normas Internacionais de Contabilidade

# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

- **PEQUENOS GRUPOS**

À data do Balanço não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

- 6.000.000 euros Total do Balanço
- 12.000.000 euros Volume de negócios líquido
- 50 Nº médio de empregados



BASE  
CONSOLIDADA

Os pequenos grupos ficam dispensados de elaborar as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

## • PEQUENOS GRUPOS

Majoração dos limites em 20% para se aplicar uma base agregada ao invés de uma base consolidada:

- 7.200.000 euros Total do Balanço
- 14.400.000 euros Volume de negócios líquido
- 50 N<sup>º</sup> médio de empregados

BASE NÃO  
CONSOLIDADA

As entidades que ultrapassem **2 dos 3 limites em dois anos consecutivos**, são obrigadas a apresentar contas consolidadas.

# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

- **QUALIFICAÇÃO - IAPMEI**

## Qualificação nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007

|  |   |                 |                            |               |                            |         |                            |
|--|---|-----------------|----------------------------|---------------|----------------------------|---------|----------------------------|
| 3-A  | QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA NOS TERMOS DO ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 372/2007, DE 6 DE NOVEMBRO |                 |                            |               |                            |         |                            |
| Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro |   |                 |                            |               |                            |         |                            |
| Micro empresa  | 3 <input type="checkbox"/>  | Pequena empresa | 4 <input type="checkbox"/> | Média empresa | 1 <input type="checkbox"/> | Não PME | 2 <input type="checkbox"/> |

| Categoria de empresa | Efetivos | Volume de negócios    | ou | Balanço total         |
|----------------------|----------|-----------------------|----|-----------------------|
| Média                | < 250    | ≤ 50 milhões de euros |    | ≤ 43 milhões de euros |
| Pequena              | < 50     | ≤ 10 milhões de euros |    | ≤ 10 milhões de euros |
| Micro                | < 10     | ≤ 2 milhões de euros  |    | ≤ 2 milhões de euros  |

# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

- **QUALIFICAÇÃO - IAPMEI**

- A definição PME do Decreto-Lei n.º 372/2007 é uma qualificação económica das entidades com relevo na aplicação de algumas disposições do Código do IRC, nomeadamente ao nível dos benefícios fiscais, taxas de IRC e também no cálculo das taxas máximas de auxílio.
- O artigo 6.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007 refere que na qualificação de uma entidade é necessário verificar se a mesma possui parceiras e associadas, pois a qualificação é determinada pelo número de efetivos e dos montantes financeiros do conjunto das diversas entidades.
- Pelo que, na prática uma entidade que se qualifique PME, poderá não o ser em função das relações das participações que possui.

# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

- **QUALIFICAÇÃO - IAPMEI**

- O Decreto-Lei n.º 372/2007 na redação do artigo 2.º do anexo refere o seguinte:

- A categoria de micro empresa é constituída por empresas que empregam menos de 10 trabalhadores e cujo volume de negócios anual não excede 2 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

- O que significa que a entidade enquadra-se como Micro se:

- < 10 trabalhadores e volume negócios  $\leq$  2 milhões de euros

- ou,

- < 10 trabalhadores e balanço  $\leq$  2 milhões de euros

# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

- **QUALIFICAÇÃO - IAPMEI**

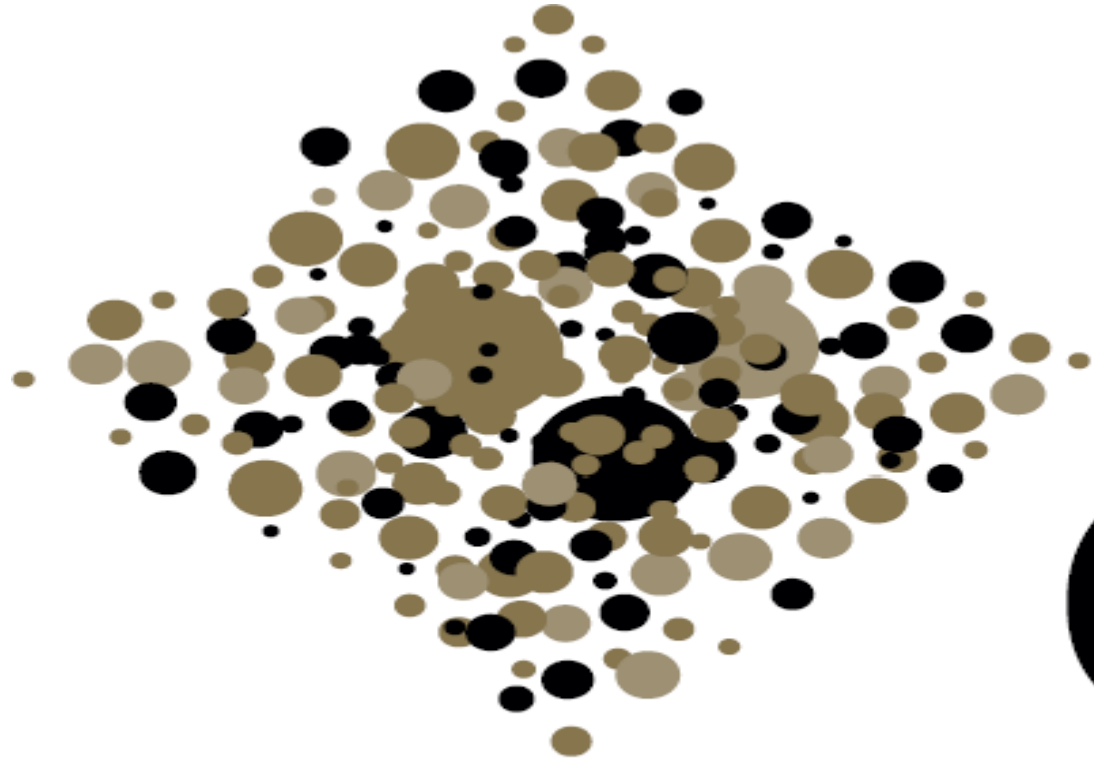
- Ou seja, se uma empresa empregar pelo menos 10 trabalhadores, deixa de ser micro empresa.
- A entidade continuará a ser Micro se:
  - < 10 trabalhadores e ultrapassar um dos limites do volume negócios e balanço;
- A entidade deixará de ser Micro se:
  - < 10 trabalhadores e ultrapassar os dois limites do volume negócios e balanço.



# OS NORMATIVOS CONTABILÍSTICOS

- **QUALIFICAÇÃO - IAPMEI**
- O artigo 4.º da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, refere que os dados a considerar para efeitos de enquadramento são os do último período contabilístico.
- No entanto a alteração de enquadramento da Entidade apenas verificasse se ultrapassar os limites em dois períodos consecutivos.

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS



**CQM**  
formação

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

- A contagem física do dinheiro em caixa, cuja conferência não é da responsabilidade da Contabilista Certificado e a elaboração de conciliações bancárias representam alguns dos principais meios de conferência dos Meios Financeiros Líquidos, e que necessariamente poderá ter relevância e impacto na análise de outras contas;
- Diferenças de câmbio em moeda estrangeira, no final do ano, à data do balanço, efetuar a atualização para a taxa de fecho:
  - Conta 7887 – Diferenças Favoráveis
  - Conta 6887 – Diferenças Desfavoráveis

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

### **Saldos de Caixa Elevados**

- Trata-se de um erro contabilístico que afetam gastos ou rendimentos de anos anteriores, pelo que se procederá à correção do saldo de caixa, através de documento assinado pela Gerência:
  - Conta 56 – Resultados Transitados
  - Conta 6881 ou 7881 – Correções relativas a períodos anteriores
- Os montantes elevados de caixa que de facto não existem, considera-se que reverteu a favor dos sócios:
  - Adiantamentos por conta de lucros (rendimentos de capitais sujeitos a retenção na fonte à taxa de 28% (art.º 71, n.º 1 al. a) do CIRS). O documento de suporte deverá ser uma Ata elaborada para o efeito.

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

## **Saldos de Caixa Elevados**

- Podem ser considerados Despesas Não Documentadas:
  - Tributação autónoma – Taxa de 50%

(Processo n.º 93/2020-T, de 11/10/2020 – CAAD; Processo n.º 412/2020-T, de 18/05/2021 – CAAD; Processo n.º 473/2020-T de 31/05/2021, Processo n.º 819/2021, de 28/09/2022; Processo n.º 442/2022-T, de 31/03/2023)

- Regularização de qualquer saldo de caixa efetuado pelo Contabilista Certificado, apenas deve ser realizado através de documento suporte assinado pela Gerência.

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

### Conciliação Bancária

- A conciliação bancária consiste na confrontação e conciliação entre os movimentos e saldos registados na contabilidade e os movimentos e saldos registados nas instituições bancárias, sendo sempre recomendável que a sua elaboração tenha uma periodicidade mensal.
- Consulta na Base de Dados de Contas do Banco de Portugal
- Caso o Contabilista Certificado não obtenha os extratos bancários para realizar a conciliação bancária, ou não obtenha justificação para movimentos que considere materialmente relevantes, **não deverá proceder ao encerramento das contas.**

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

## **Conciliação Bancária**

- **Regularização ou acerto** de saldos das contas bancárias sem documento suporte, pode ser interpretado pela Autoridade Tributária como Despesas Não Documentadas (Processo n.º 487/2018-T, de 13/03/2019 – CAAD; Processo n.º 819/2021, de 28/09/2022)

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

- Lei n.º 92/2017, de 22 de agosto, aditou o **artigo n.º 63-E à Lei Geral Tributária**:

1) É proibido pagar ou receber em numerário em transações de qualquer natureza que envolvam montantes iguais ou superiores a € 3.000, ou o seu equivalente em moeda estrangeira;

2) Os pagamentos realizados pelos sujeitos passivos a que se refere o n.º 1 do artigo 63.º-C respeitantes a **faturas ou documentos equivalentes de valor igual ou superior a € 1 000**, ou o seu equivalente em moeda estrangeira, devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação do respetivo destinatário, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito direto;

3) O limite referido no n.º 1 é de € 10 000, ou o seu equivalente em moeda estrangeira, sempre que o pagamento seja realizado por pessoas singulares não residentes em território português e desde que não atuem na qualidade de empresários ou comerciantes.



# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

- Lei n.º 92/2017, de 22 de agosto, aditou o artigo n.º 63-E à Lei Geral Tributária:

4) Para efeitos do cômputo dos limites referidos nos números anteriores, são considerados de **forma agregada todos os pagamentos** associados à venda de bens ou prestação de serviços, ainda que não excedam aquele limite se considerados de forma fracionada;

5) É proibido o pagamento em numerário de impostos cujo montante exceda € 500;

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

- O Art.º 66 do Estatuto dos Benefícios Fiscais refere no seu n.º 3:

3) **Os donativos** em dinheiro de valor superior a € 200 devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação do mecenaz, designadamente através de transferência bancária, cheque nominativo ou débito direto;

- Caso não cumpra o estipulado acima desconsidera-se o gasto para efeitos fiscais (art.º 129 n.º 3 do RGIT).

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

- Artigo n.º 63-C à Lei Geral Tributária – **Contas Bancárias** exclusivamente afetas à atividade empresarial:

1) Os sujeitos passivos de IRC, bem como os sujeitos passivos de IRS que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada, **estão obrigados a possuir**, pelo menos, **uma conta bancária** através da qual devem ser, exclusivamente, movimentados os pagamentos e recebimentos respeitantes à atividade empresarial desenvolvida;

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA**

- O processo de conferência dos saldos incluídos no balancete, engloba um conjunto de procedimentos que permitirão obter uma maior segurança nos registros contabilísticos.
- Na conferência dos saldos devem ser utilizados procedimentos para aferir o saldo final e/ou movimento ocorrido no ano. Na maioria dos casos, esse procedimento passará pela análise dos movimentos registrados nos extratos de conta corrente e/ou movimentos que justificam o saldo final.

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA**

- Alguns Procedimentos a ter em consideração:

- Mapa resumo das aplicações financeiras mensuradas pelo justo valor e impacto nos resultados;
- Conciliação das responsabilidades constantes do portal do Banco de Portugal com as que constam das demonstrações financeiras da empresa; (<https://www.bportugal.pt/> - área empresa - central responsabilidade de crédito)
- Conciliação com a contabilidade das contas bancárias (depósitos à ordem, a prazo, financiamentos, ou outras), que constam do portal do Banco de Portugal;
- Conciliação dos saldos das contas de impostos com os pagamentos/recebimentos já efetuados no período/ano seguinte, bem como a consulta dos elementos disponíveis, para a empresa, no portal da Autoridade Tributária;

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • **PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA**

- Alguns Procedimentos a ter em consideração:

- Identificação das faturas (ou saldos) em aberto nas contas de terceiros (clientes, fornecedores, outros), principalmente se o seu saldo for materialmente relevante para a entidade;
- Solicitação a clientes e fornecedores de extratos de conta corrente para conciliação de saldos (circularização de terceiros);
- Análise dos saldos de terceiros e da necessidade do reconhecimento de perdas por imparidades;
- Conferência das contas correntes do pessoal, dos acionistas, dos financiamentos obtidos, dos empréstimos concedidos e de outras contas a receber e a pagar, incluindo os saldos com entidades relacionadas;

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA**

- Alguns Procedimentos a ter em consideração:

- Conferência das contas de devedores por acréscimos de rendimentos, de credores por acréscimos de gastos e de diferimentos, incluindo a regularização dos saldos de abertura;
- Conferência das contas relacionadas com subsídios recebidos ou a receber, designadamente, o investimento/despesa realizada, o subsídio recebido, o rendimento a imputar ao período e o imposto diferido associado;
- Conciliação do cadastro de bens do ativo não corrente com os valores da contabilidade;
- Comparação entre os imóveis e veículos constantes no portal da Autoridade Tributária e os constantes na contabilidade;

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA**

- Alguns Procedimentos a ter em consideração:

- Verificação da sequência numérica dos documentos emitidos pela entidade, tais como faturas, notas de débito, notas de crédito, bem como dos valores resultantes do programa de faturação (ou SAF-T), e comparar com os valores registados na contabilidade;
- Comparar os valores das declarações de faturação com a declaração de IVA e a contabilidade;



# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA**

- Alguns Procedimentos a ter em consideração:

- Comparar os valores declarados na DMR com a contabilidade e as guias de pagamento;

- Relação da totalidade dos processos em contencioso em que a empresa é interveniente e conciliação desta relação com a contabilidade – Imparidades, Provisões e Reversões de imparidades e provisões;

- Para as entidades que têm contabilidade analítica, confirmação de que todos os gastos e rendimentos têm reflexão na contabilidade analítica.

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA**

- Alguns Procedimentos a ter em consideração:

- Conciliação do valor do inventário com a conta de inventários;

- As entidades que se encontram enquadradas no Regime Simplificado de IRC e de IRS estão dispensadas da comunicação dos inventários (SAFT dos Inventários).

- O Contabilista Certificado não deve proceder ao encerramento das contas sem obtenção de documento suporte do inventário final da sociedade a 31 de dezembro.

- Nota: SAFT dos Inventários envio apenas em quantidades em 2024

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA**

Alguns Procedimentos a ter em consideração:

- Informação constante do portal da Autoridade Tributária, designadamente:
  - Consulta ao cadastro da empresa;
  - Consulta das declarações submetidas;
  - Consulta do património predial;
  - Consulta das viaturas da empresa;
  - Consulta dos movimentos financeiros;
  - Obtenção de certidão de inexistência de dívidas.

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA**

- Alguns Procedimentos a ter em consideração:
- Informação constante do portal da Segurança Social, designadamente:
  - Consulta das declarações submetidas
  - Obtenção de certidão de inexistência de dívidas,
- Informação constante do portal do Banco de Portugal, designadamente:
  - Consulta do Mapa de responsabilidades de crédito
  - Consulta da Base de dados de contas.

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PROCEDIMENTOS DE CIRCULARIZAÇÃO**

- Alguns Procedimentos a ter em consideração:
  - No final do ano, e para confirmar os saldos e movimentos do ano das contas de clientes, fornecedores e outros créditos a receber e a pagar, pode justificar-se solicitar a esses terceiros a confirmação dos saldos e movimentos ocorridos durante o ano.
  - Esse procedimento, normalmente designado de circularização de terceiros, consiste no pedido aos clientes, fornecedores ou outros terceiros nomeadamente da seguinte informação:
    - o saldo no final do período, conta corrente e títulos a receber/pagar;
    - um extrato conta corrente com os movimentos do ano;
    - indicação de outras responsabilidades, garantias ou contratos.

# OPERAÇÕES ANTERIORES AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **SUPRIMENTOS (Art.º 89.-A n.º 4 da LGT)**

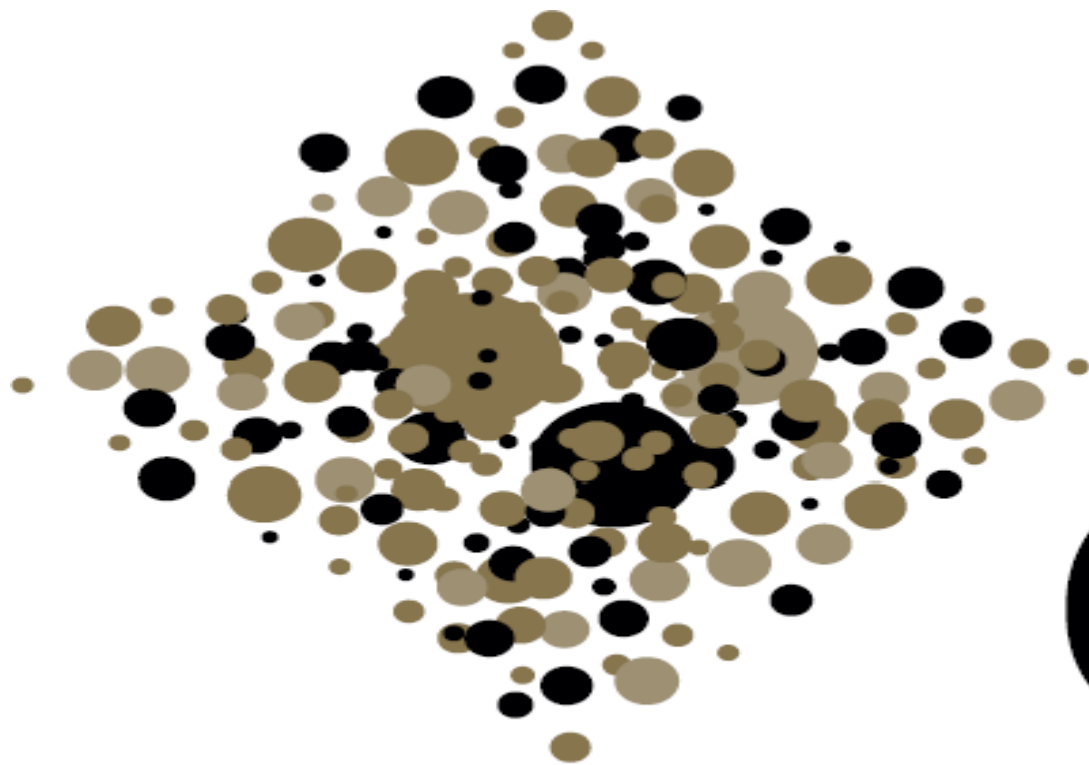
- Suprimentos como manifestação de fortuna:

| Manifestação de Fortuna   | Rendimento Padrão  |
|---|--------------------|
| 5 – Suprimentos e empréstimos feitos no ano de valor igual ou superior a € 50 000 | 50% do valor anual |

- De acordo com o art.º 63-C da LGT no seu n.º 2:

2) Devem, ainda, ser efetuados através da conta ou contas referidas no n.º 1, todos os movimentos relativos a suprimentos, outras formas de empréstimos e adiantamentos de sócios, bem como quaisquer outros movimentos de ou a favor dos sujeitos passivos.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS



**CQM**  
formação

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF 4) é o de prescrever os critérios para a seleção e alteração das **políticas contabilísticas**, bem como o tratamento contabilístico das alterações nas **estimativas contabilísticas** e **correções de erros**.

A Norma destina-se a melhorar a relevância e a fiabilidade das demonstrações financeiras de uma entidade, e a sua comparabilidade ao longo do tempo e com as demonstrações financeiras de outras entidades.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Uma entidade deve alterar uma **política contabilística** apenas se a alteração:

- a) For exigida por uma Norma ou Norma Interpretativa; ou
- b) Resultar no facto de as demonstrações financeiras proporcionarem informação fiável e mais relevante sobre os efeitos das transações, outros acontecimentos ou condições, na posição financeira, desempenho financeiro ou fluxos de caixa da entidade.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

O efeito da alteração de uma **política contabilística** é de aplicação retrospectiva, exceto se definido em contrário.

- Alteração de Política Contabilística, exemplos:

- Revalorização dos Ativos Fixos Tangíveis e Amortização dos Ativos Intangíveis com Vida Útil Indefinida.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

O efeito de uma alteração numa **estimativa** contabilística **deve ser reconhecido prospectivamente** incluindo-o nos resultados do:

- a) Período de alteração, se a alteração afetar apenas esse período; ou
- b) Período de alteração e períodos futuros, se a alteração afetar ambas as situações.

O reconhecimento prospetivo do efeito de uma alteração numa estimativa contabilística significa que a alteração é aplicada a transações, outros acontecimentos ou condições a partir da data de alteração na estimativa (exemplo: alteração da vida útil de um bem).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Uma entidade deve corrigir **os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente** no primeiro conjunto de demonstrações financeiras aprovadas após a sua descoberta:

- a) Reexpressando as quantias comparativas para o(s) período(s) anterior(es) apresentado(s) em que tenha ocorrido o erro; ou
- b) Se o erro ocorreu antes do período anterior mais antigo apresentado, reexpressando os saldos de abertura dos ativos, passivos e capital próprio para o período mais antigo apresentado.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

#### Diferenças entre Normativos

| NCRF   | NCRF-PE  | NC-ME  |
|--|--|--|
| NCRF 4 – Políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e erros  | Capítulo 6 – Políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e erros                      | Capítulo 6 – Políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e erros  |
| - Aplicação retrospectiva de alteração de políticas e correção de erros, com reexpressão de saldos do período anterior mais antigo apresentado | - Aplicação retrospectiva limitada na correção dos erros (diretamente em resultados transitados) | - Aplicação retrospectiva limitada na correção dos erros (diretamente em resultados transitados)<br><br>- Omissa quanto à alteração de políticas contabilísticas |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

#### Caso Prático n.º 1 – Erros Materiais:

A EletroMais, Lda. é uma empresa que se dedica à produção e comercialização de eletrodomésticos, concedendo uma garantia de dois anos aos seus clientes, contados a partir da data de venda. De acordo com dados estatísticos históricos, a EletroMais, Lda. costuma suportar gastos de garantias a clientes que ascendem a cerca de 5% do valor de venda dos eletrodomésticos. No ano de 2022, a empresa não reconheceu quaisquer provisões para garantias a clientes, relativamente aos eletrodomésticos vendidos naquele período, pelo facto de, ter obtido a Certificação de Qualidade do Produto. Em 2023, a EletroMais, Lda. suportou gastos, relativos às garantias dos eletrodomésticos vendidos em 2022, que ascenderam a cerca de 7% do valor das respetivas vendas.

Estes gastos devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2023 como:

- a) Fornecimentos e serviços externos.
- b) Provisões do período.
- c) Provisões do período e Fornecimentos e serviços externos, pelo valor correspondente a 5% e 2%, respetivamente, do valor das vendas de 2022.
- d) Resultados transitados.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Caso Prático n.º 2 – Alteração de Estimativa:

A ESTRUTRAMETAL, Lda. tem vindo a depreciar o seu robot de soldadura, desde a respetiva aquisição, há cerca de 4 anos, de acordo com o método da linha reta. Contudo, no encerramento das contas de 2023, a Administração da empresa está a ponderar depreciar o robot de acordo com o método das unidades de produção, uma vez que este apenas tem vindo a ser utilizado sazonalmente na fabricação de um único produto.

A alteração do método de depreciação do robot de soldadura, a verificar-se, deverá ser contabilizada como:

- a) Uma alteração de estimativa, devendo o efeito da alteração ser reconhecido retrospectivamente.
- b) Uma alteração de estimativa, devendo o efeito da alteração ser reconhecido prospectivamente.
- c) Uma alteração de política contabilística, devendo o efeito da alteração ser reconhecido prospectivamente.
- d) Uma alteração de política contabilística, devendo o efeito da alteração ser reconhecido retrospectivamente.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

- O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever o tratamento contabilístico para ativos fixos tangíveis, para que os utentes das demonstrações financeiras possam perceber a informação acerca do investimento de uma entidade nos seus ativos fixos tangíveis, bem como as alterações nesse investimento.
- Os principais aspetos a considerar na contabilização dos ativos fixos tangíveis são o seu reconhecimento e mensuração.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

### Mensuração no reconhecimento

Um item do ativo fixo tangível que satisfaça as condições de reconhecimento como um ativo deve ser mensurado pelo seu custo.

### Mensuração após o reconhecimento

Uma entidade deve escolher o modelo de custo ou o modelo de revalorização como sua política contabilística e deve aplicar essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

#### Modelo de revalorização

As revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

O justo valor de terrenos e edifícios deve ser determinado a partir de provas com base no mercado por avaliação que deverá ser realizada por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes. O justo valor de itens de instalações e equipamentos é geralmente o seu valor de mercado determinado por avaliação.

Os efeitos dos impostos sobre o rendimento, se os houver, resultantes da revalorização do ativo fixo tangível são reconhecidos de acordo com a NCRF 25 — Impostos sobre o Rendimento.

(As PE e as ESNL que apliquem o modelo de revalorização nos seus ativos fixos tangíveis, devem aplicar na íntegra a NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

#### Modelo de revalorização

Quando um item do ativo fixo tangível for revalorizado, qualquer depreciação acumulada à data da revalorização é tratada de uma das seguintes formas:

- a) Reexpressa proporcionalmente com a alteração na quantia escriturada bruta do ativo a fim de que a quantia escriturada do ativo após a revalorização iguale a quantia revalorizada. Este método é muitas vezes usado quando um ativo for revalorizado por meio da aplicação de um índice para determinar o seu custo de reposição depreciado.
- b) Eliminada contra a quantia escriturada bruta do ativo, sendo a quantia líquida reexpressa para a quantia revalorizada do ativo. Este método é muitas vezes usado para edifícios.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

#### Depreciação

A depreciação de um ativo começa quando este esteja disponível para uso, isto é quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida (SNC – quotas por duodécimos).

Pode ser usada uma variedade de métodos de depreciação para imputar a quantia depreciável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil. Estes métodos incluem:

- o método da linha reta;
- o método do saldo decrescente; e
- o método das unidades de produção.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

### Imparidade

Para determinar se um item do ativo fixo tangível está, ou não, com imparidade, uma entidade aplica a NCRF 12 – Imparidades em Ativos.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

#### Terrenos Subjacentes a Edifícios

- De acordo com a NCRF 7, § 58, os terrenos e os edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente mesmo quando sejam adquiridos conjuntamente.
- Quando não haja elementos concretos para a sua quantificação, adotar-se-á o critério que for considerado mais adequado.
- Critério fiscal – Art.º 10, n.º 3 do Dec. Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro:

Em relação aos imóveis adquiridos sem indicação expressa do valor do terreno referido na alínea a) do número anterior, o valor a atribuir a este, para efeitos fiscais, é fixado em 25% do valor global, a menos que o sujeito passivo estime outro valor com base em cálculos devidamente fundamentados e aceites pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

### Terrenos Subjacentes a Edifícios

- Também de acordo com a NCRF 7, § 58, os terrenos, com alguma exceções, como as pedreiras e os locais usados como aterros, têm uma vida ilimitada pelo que não são depreciados.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Diferenças entre normativos

| NCRF  | NCRF-PE   | NC-ME   |
|---|---|---|
| NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis                     | Capítulo 7 – Ativos fixos tangíveis   | Capítulo 7 – Ativos fixos tangíveis   |
| - É permitido o modelo do custo ou da revalorização | <div>- É permitido o modelo do custo ou da revalorização.</div> <div>- O modelo da revalorização está condicionado à existência de diferenças significativas entre as quantias escrituradas pelo modelo do custo e do JV dos ativos</div> | - Não é permitida a adoção do modelo de revalorização para ativos fixos tangíveis |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Diferenças entre normativos

| NCRF  | NCRF-PE                             | NC-ME   |
|---|-------------------------------------|---|
| NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis   | Capítulo 7 – Ativos fixos tangíveis | Capítulo 7 – Ativos fixos tangíveis   |
| <p>- São permitidos diversos métodos de depreciação:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Linha reta</li><li>b) Método degressivo</li><li>c) Unidades de produção</li></ul> |                                     | <p>- Apenas é permitido o método da linha reta como método de depreciação</p> |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Diferenças entre normativos

| NCRF  | NCRF-PE                             | NC-ME                               |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis   | Capítulo 7 – Ativos fixos tangíveis | Capítulo 7 – Ativos fixos tangíveis |
| - Aplicam a NCRF 12 – Imparidade de Ativos para testar a perda por imparidade   |                                     | - Não reconhece imparidade          |
| Pagamentos diferidos para além do prazo normal de crédito (o custo do ativo é o equivalente ao preço do dinheiro e a diferença entre essa quantia e os pagamentos totais são considerados como gasto de juro) | Não considera                       |                                     |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Diferenças entre normativos

| NCRF  | NCRF-PE                             | NC-ME  |
|---|-------------------------------------|--|
| NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis   | Capítulo 7 – Ativos fixos tangíveis | Capítulo 7 – Ativos fixos tangíveis                              |
| - Permite a capitalização dos custos dos empréstimos                                    |                                     | - Custos dos empréstimos são reconhecidos como gastos do período |
| Critério de mensuração na troca de ativos   | Omisso                              |  |
| - Inclui gastos de desmantelamento, remoção e restauro do local da localização do ativo |                                     | - Omisso   |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 29 CIRC – Elementos depreciables ou amortizáveis
- Art.º 30 CIRC – Métodos de cálculo das depreciações e amortizações
- Art.º 31 CIRC – Quotas de depreciação ou amortização
- Art.º 31-A CIRC – Mudança de métodos de depreciação e amortização e alterações na vida útil dos ativos não correntes
- Art.º 31-B CIRC – Perdas por imparidade em ativos não correntes
- Art.º 33 CIRC – Elementos de reduzido valor
- Art.º 34 CIRC – Depreciações e amortizações não dedutíveis para efeitos fiscais

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

- Mais Valias e Reinvestimento (art.º 48 CIRC):

- O Prazo de reinvestimento compreende o período de N-1 a N+2 (Lei n.º 21/2021 suspende prazos de 2020 e 2021);

- Tributação da Mais-Valia em apenas 50%;

- Detenção dos bens em que é concretizado o reinvestimento por um período superior a um ano;

- Controlo do reinvestimento na IES no Quadro 09 do Anexo A;

- O valor de realização na alienação de uma Ativo fixo tangível pode ser reinvestido num ativo intangível, ativo fixo tangível ou ativos biológicos de produção.

- Portaria n.º 340/2023, de 8 de novembro – Atualização Coeficientes Desvalorização da Moeda

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Em termos de IRC, o art.º 34 n.º 1 al. e), evidencia o limite das depreciações de viaturas ligeiras de passageiros e mistas aceite fiscalmente:

Após 01/01/2015

|   | <b>Elétricas</b> | <b>Híbridos <i>plug in</i></b> | <b>GNV ou GPL</b> | <b>Outras</b> |
|---|------------------|--------------------------------|-------------------|---------------|
| Períodos de tributação a partir de 2015 | 62 500,00 €      | 50 000,00 €                    | 37 500,00 €       | 25 000,00 €   |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Em termos de IRC, limite das depreciações de viaturas ligeiras de passageiros e mistas aceite fiscalmente:

Após 01/01/2010 a 31/12/2014

|                        | <b>Aquisições após<br/>1/1/2010</b> | <b>Aquisições após<br/>1/1/2011</b> | <b>Aquisições após<br/>1/1/2012</b> |
|------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Viaturas elétricas     | 40 000,00 €                         | 45 000,00 €                         | 50 000,00 €                         |
| Viaturas convencionais | 40 000,00 €                         | 30 000,00 €                         | 25 000,00 €                         |

Antes de 01/01/2010

As depreciações estão sujeitas ao limite máximo de depreciação fiscalmente aceite de **29.927,87 €** (de acordo com o Despacho do Diretor-Geral de Impostos ao Processo n.º 816/2011).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

### Caso Prático n.º 3 – Depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis:

A sociedade ImprimeMais, Lda. adquiriu uma fotocopiadora em 2023 por 4.000 euros. A taxa prevista na tabela anexa ao Decreto Regulamentar 25/2009 é de 20% (código 2275 da Tabela II). Contudo, de acordo com expectativa da Gerência, a vida útil é de 2 anos.

Pedido: Qual o valor das depreciações contabilísticas e fiscais?



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Caso Prático n.º 3 – Depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis:

Resolução:

As depreciações contabilísticas e as aceites fiscalmente são as que seguidamente se apresentam:

| Descrição                             | Ano 2023 | Ano 2024 | Ano 2025 | Ano 2026 | Ano 2027 |
|---------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Depreciação contabilística            | 2 000    | 2 000    |          |          |          |
| Depreciação fiscal                    | 800      | 800      | 800      | 800      | 800      |
| A acrescentar no Campo 719 Q07 da M22 | 1 200    | 1 200    |          |          |          |
| A deduzir no Campo 763 Q07 da M22     |          |          | 800      | 800      | 800      |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

### Caso Prático n.º 4 – Depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis:

A sociedade IndustriOnline, Lda. adquiriu um compressor em outubro de 2023 por 100.000 euros. A taxa prevista na tabela anexa ao Decreto Regulamentar 25/2009 é de 25%.

Pedido: Qual o valor das quotas de depreciação praticadas em cada ano caso seja aplicada uma quota anual no primeiro ano? E caso sejam praticadas quotas por duodécimos?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Caso Prático n.º 4 – Depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis:

Resolução:

Caso optasse por calcular uma quota anual no primeiro exercício, teríamos então:

| Anos            | 2023   | 2024   | 2025   | 2026   |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|
| Quota praticada | 25 000 | 25 000 | 25 000 | 25 000 |

Caso optasse pela prática de depreciações por duodécimos, teríamos os seguintes gastos:

| Anos            | 2023  | 2024   | 2025   | 2026   | 2027   |
|-----------------|-------|--------|--------|--------|--------|
| Quota praticada | 6 250 | 25 000 | 25 000 | 25 000 | 18 750 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

### Caso Prático n.º 5 – Depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis:

A sociedade Navais, Lda. adquiriu uma viatura ligeira de passageiros, convencional, em janeiro de 2023 por 45.000 euros.

Pedido: Qual o valor das quotas de depreciação praticadas em 2023 e qual o valor da depreciação aceite fiscalmente?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Caso Prático n.º 5 – Depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis:

Resolução:

| Descritivo             | Conta | Designação              | Débito    | Crédito   |
|------------------------|-------|-------------------------|-----------|-----------|
| Depreciação do Período | 6424  | Gastos com Depreciações | 11 250,00 |           |
|                        | 4384  | Depreciações Acumuladas |           | 11 250,00 |

$\text{Cálculo Auxiliar} = 25\% \times 45.000 = 11.250$

$\text{Aceitação Fiscal (Viatura Outras)} = 25.000 \times 25\% = 6.250$

$\text{Valor a Acrescer no Campo 719 Q07 M22} = 11.250 - 6.250 = 5.000$



|   |     |          |
|---|-----|----------|
| Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31.º-B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos | 719 | 5.000,00 |
|---|-----|----------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

#### Caso Prático n.º 6 – Aquisição de Imóvel:

A sociedade A-Ver-O-Mar Lda. adquiriu um imóvel em 20 de janeiro de 2023 para utilização pela sociedade pelo montante de 450.000 euros. Pela aquisição do referido imóvel a sociedade suportou encargos com as despesas de escritura no montante de 1.750 euros, IMT o montante de 29.250 euros e Imposto do Selo o montante de 3.600 euros.

Pedido: O Contabilista Certificado tem dúvidas sobre a correta contabilização da aquisição do Imóvel, bem como o cálculo da depreciação do Imóvel a 31 de dezembro de 2023, tendo em consideração que de acordo com informações recolhidas junto da Gerência a mesma referiu que o Imóvel teria uma utilização esperada de 20 anos. É possível ajudar?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Caso Prático n.º 6 – Aquisição de Imóvel:

Resolução:

20/01/2023

| Descritivo          | Conta | Designação                     | Débito     | Crédito    |
|---------------------|-------|--------------------------------|------------|------------|
| Aquisição do Imóvel | 4311  | Terrenos e Recursos Naturais   | 121 150,00 |            |
|                     | 4321  | Edifícios e Outras Construções | 363 450,00 |            |
|                     | 2711  | Fornecedores de Investimento   |            | 450 000,00 |
|                     | 1211  | Depósitos à ordem – Banco A    |            | 34 600,00  |

Cálculo Auxiliar: – Custo Total da Aquisição do Imóvel =  $450.000 + 1.750 + 29.250 + 3.600 = 484.600$

- Terreno =  $25\% * 484.600 = 121.150$

- Edifício =  $75\% * 484.600 = 363.450$

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

Caso Prático n.º 6 – Aquisição de Imóvel:

Resolução:

20/01/2023

| Descritivo                           | Conta | Designação                   | Débito     | Crédito    |
|--------------------------------------|-------|------------------------------|------------|------------|
| Pagamento Fornecedor de Investimento | 2711  | Fornecedores de Investimento | 450 000,00 |            |
|                                      | 1211  | Depósitos à ordem – Banco A  |            | 450 000,00 |

31/12/2023



Cálculo da Depreciação do Período =  $363.450 / 20 \text{ anos} = 18.172,50$

| Descritivo             | Conta | Designação              | Débito    | Crédito   |
|------------------------|-------|-------------------------|-----------|-----------|
| Depreciação do Período | 6422  | Gastos com Depreciações | 18 172,50 |           |
|                        | 4382  | Depreciações Acumuladas |           | 18 172,50 |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever os procedimentos que uma entidade deve aplicar na contabilização de subsídios e de outros apoios das entidades públicas.

Os subsídios das entidades públicas, incluindo subsídios não monetários pelo justo valor, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:

- a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- b) Os subsídios serão recebidos.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente **reconhecidos nos Capitais Próprios** e, subsequentemente:

- a) Quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- b) Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

Os subsídios das entidades públicas **reembolsáveis são contabilizados como passivos**. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, deverão passar a ter o tratamento referido anteriormente.

É fundamental que os subsídios das entidades públicas sejam reconhecidos na demonstração dos resultados **numa base sistemática e racional** durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

Um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à entidade sem qualquer futuro gasto relacionado deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Um subsídio das entidades públicas pode tornar-se recebível por uma entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior.

Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com **uma taxa de juro inferior à do mercado** é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27 — Instrumentos Financeiros.

O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida.

O benefício é contabilizado em conformidade com a presente Norma. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

#### Apresentação de subsídios **relacionados com ativos**

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

#### Apresentação de subsídios **relacionados com rendimentos**

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

#### **Orientação Técnica n.º 6 CNC – Tratamento contabilístico da assinatura de um contrato de apoio financeiro não reembolsável no âmbito do PRR**

O §9 da NCRF 22 clarifica que o recebimento de um subsídio não proporciona, ele próprio, prova conclusiva de que as condições associadas ao subsídio tenham sido ou serão cumpridas.

Da mesma forma, a assinatura do contrato não é prova conclusiva de que as condições associadas ao subsídio tenham sido ou serão cumpridas.

Assim, a assinatura do contrato, a aceitação do contrato ou o recebimento do subsídio, por si só, não dará lugar ao reconhecimento do subsídio. Caberá, então, ao órgão de gestão julgar, com base em elementos objetivos e auditáveis, qual é o momento a partir do qual as condições acima referidas se encontram cumpridas.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

#### **Orientação Técnica n.º 6 CNC – Tratamento contabilístico da assinatura de um contrato de apoio financeiro não reembolsável no âmbito do PRR**

A CNC entende que o momento da assinatura de um contrato de apoio financeiro não reembolsável no âmbito do PRR não é, por si só, suficiente para o seu reconhecimento, pelo que a entidade deve avaliar se nesse momento está perante um ativo que cumpre os critérios de reconhecimento como tal no Balanço.

Se, neste momento, não for possível assegurar que é virtualmente certo o cumprimento das condições necessárias ao recebimento do subsídio, a entidade estará perante um ativo contingente, que deve ser objeto de divulgação no Anexo (na nota 23.4) nos termos da NCRF 21.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

### Diferenças entre Normativos

| NCRF   | NCRF-PE  | NC-ME   |
|--|--|---|
| NCRF 22 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas | Capítulo 14 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas | Capítulo 14 – Contabilização de subsídios atribuídos por entidades públicas |
| Não existem diferenças significativas exceto, quanto a:    |  |   |
| - Subsídio reembolsável com benefício da taxa de juro      | - Não trata  | - Não trata   |
| Apoios do governo  |  | - Não trata   |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 22 CIRC – Subsídios relacionados com ativos não correntes

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

#### Caso Prático n.º 7 – Subsídios:

A empresa Agrícola FrutaFresca, Lda. adquiriu um Trator em 22 de setembro de 2023, por 225.000,00 €, fatura n.º 50, acresce iva à taxa normal. Foi definido nessa data uma vida útil de utilização da mesma de 8 anos e com base em informações de mercado a mesma valerá no final da vida útil 10% do seu valor. Dado o valor avultado da mesma e aproveitados os incentivos financeiros a empresa concorrer a um apoio financeiro tendo recebido a comunicação da sua aprovação e a atribuição do montante de 81.000,00 €, em 15 de dezembro de 2023 (considere uma taxa de IRC e derrama 22,5%).

Pedido: Contabilize a aquisição do trator, o subsídio atribuído e, a depreciação do período e o ajustamento ao subsídio atribuído a 31 de dezembro de 2023.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

Caso Prático n.º 7 – Subsídios:

Dia 22/09/2023

| Descritivo    | Conta | Designação                    | Débito     | Crédito    |
|---------------|-------|-------------------------------|------------|------------|
| Fatura n.º 50 | 4331  | Equipamento Básico            | 225 000,00 |            |
|               | 24322 | Iva Dedutível - Investimentos | 52 875,00  |            |
|               | 2711  | Fornecedores de Investimento  |            | 275 750,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

Caso Prático n.º 7 – Subsídios:

Dia 15/12/2023

| Descritivo             | Conta | Designação                  | Débito    | Crédito   |
|------------------------|-------|-----------------------------|-----------|-----------|
| Atribuição do Subsídio | 2781  | Outros Devedores e Credores | 81 000,00 |           |
|                        | 5931  | Subsídios Atribuídos        |           | 81 000,00 |

| Descritivo                 | Conta | Designação                             | Débito    | Crédito   |
|----------------------------|-------|--|-----------|-----------|
| Imposto a Pagar - Subsídio | 5932  | Subsídios – Ajustamentos               | 18 225,00 |           |
|                            | 2782  | Out. Dev. e Credores – Imposto a Pagar |           | 18 225,00 |

Imposto a Pagar =  $81.000 \times 22,50\% = 18.225$

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

Caso Prático n.º 7 – Subsídios:

Dia 31/12/2023

| Descritivo             | Conta | Designação                                 | Débito   | Crédito  |
|------------------------|-------|--|----------|----------|
| Depreciação do Período | 6423  | Gastos c/ Depreciação – Equipamento Básico | 8 437,50 |          |
|                        | 4383  | AFT – Depreciações Acumuladas              |          | 8 437,50 |

Cálculo da Depreciação =  $(225.000 - 10\% * 225.000) / 8 \text{ anos} / 12 \text{ meses} * 4 \text{ meses} = 8.437,50$

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 22 – Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas

Caso Prático n.º 7 – Subsídios:

Dia 31/12/2023

| Descritivo            | Conta | Designação             | Débito   | Crédito  |
|-----------------------|-------|------------------------|----------|----------|
| Imputação do Subsídio | 5931  | Subsídios Atribuídos   | 3 375,00 |          |
|                       | 7883  | Imputação de Subsídios |          | 3 375,00 |

Imputação do Subsídio =  $81.000 / (225.000 - 22.500) = 40\% * 8.437,50 = 3.375$

| Descritivo                       | Conta | Designação                             | Débito | Crédito |
|----------------------------------|-------|--|--------|---------|
| Regularização do Imposto a Pagar | 2782  | Out. Dev. e Credores – Imposto a Pagar | 759,38 |         |
|                                  | 5932  | Subsídios - Ajustamentos               |        | 759,38  |

Regularização do Imposto a Pagar =  $3.375 * 22,50\% = 759,38$

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 9 – Locações

O objetivo desta norma é prescrever, para locatários e locadores, as políticas contabilísticas apropriadas a aplicar em relação a locações financeiras e operacionais.

Locação: é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.

Locação financeira: é uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo. O título de propriedade pode ou não ser eventualmente transferido.

Locação operacional: é uma locação que não seja uma locação financeira.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 9 – Locações

### Locações financeiras:

Locatários: No início do prazo de locação devem reconhecer as locações financeiras como ativos e passivos nos seus balanços.

Locadores: devem reconhecer os ativos detidos sob uma locação financeira nos seus balanços e apresentá-los como uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 9 – Locações

#### **Locações operacionais:**

Locatários: Os pagamentos de uma locação operacional devem ser reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo da locação salvo se uma outra base sistemática for mais representativa do modelo temporal do benefício do utente.

Locadores: Devem apresentar os ativos sujeitos a locações operacionais nos seus balanços de acordo com a natureza do ativo.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 9 – Locações

Diferenças entre Normativos:

| NCRF  | NCRF-PE               | NC-ME  |
|---|-----------------------|--|
| NCRF 9 – Locações   | Capítulo 9 – Locações | Capítulo 9 – Locações  |
| <p>- Inicial:<br/>O justo valor da propriedade locada ou, se inferior, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado no início da locação</p> |                       | <p>- Valor dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado no início da locação</p> |
| <p>- Quaisquer custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo</p>  |                       |  |
| <p>- A quantia inicial do ativo locado (justo valor ou, se inferior, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação)</p>  |                       | <p>- Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</p>                                  |
| Transações de venda seguida de locação  | Não trata             |  |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 9 – Locações

#### Caso Prático n.º 8 – Locações:

##### *Exemplo:*

Viatura ligeira de mercadorias. (IVA Dedutível)

Valor Contratual: € 25 000 (idêntico ao justo valor do bem)

Valor Residual: 1.250 (5%)

Taxa anual: 5 % - Taxa mensal: 0,407 %

Prazo da locação: 3 anos

Rendas mensais: 36

**Renda constante = 712,81**

Pedido: Contabilize a celebração do Contrato e a 1.ª Renda.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 9 – Locações



Caso Prático n.º 8 – Locações: **Plano financeiro**

| Renda    | Vencimento | Amortização | Juros | Prestação | IVA    | Total    | Capital em Dívida |
|----------|------------|-------------|-------|-----------|--------|----------|-------------------|
|          | 1-Mar-2023 |             |       |           |        |          | 25.000,00         |
| Renda 1  | 1-Mar-2023 | 712,81      |       | 712,81    | 163,95 | 876,76   | 24.287,19         |
| Renda 2  | 1-Abr-2023 | 613,86      | 98,95 | 712,81    | 163,95 | 876,76   | 23.673,32         |
| Renda 3  | 1-Mai-2023 | 616,37      | 96,45 | 712,81    | 163,95 | 876,76   | 23.056,96         |
| .....    |            |             |       |           |        |          |                   |
| Renda 36 | 1-Fev-2026 | 704,87      | 7,94  | 712,81    | 163,95 | 876,76   | 1.244,93          |
| Renda 37 | 1-Mar-2026 | 1.244,93    | 5,07  | 1.250,00  | 287,50 | 1.537,50 | 0                 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 9 – Locações

### Caso Prático n.º 8 – Locações:

Dia 01/03/2023

| Descritivo             | Conta | Designação                | Débito    | Crédito   |
|------------------------|-------|---------------------------|-----------|-----------|
| Celebração do Contrato | 4341  | Equipamento de Transporte | 25 000,00 |           |
|                        | 2513  | Locações Financeiras      |           | 25 000,00 |

Dia 01/03/2023

| Descritivo | Conta | Designação                             | Débito | Crédito |
|------------|-------|--|--------|---------|
| 1.ª Renda  | 2513  | Locações Financeiras                   | 712,81 |         |
|            | 24323 | Iva Dedutível – Outros Bens e Serviços | 163,95 |         |
|            | 1211  | Depósitos à Ordem                      |        | 876,76  |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 9 – Locações

#### Caso Prático n.º 9 – Locações:

##### *Exemplo:*

Viatura ligeira de passageiros. (IVA Não Dedutível)

Valor Contratual: € 25 000 (idêntico ao justo valor do bem)

Valor Residual: 1.250 (5%)

Taxa anual: 5 % - Taxa mensal: 0,407 %

Prazo da locação: 3 anos

Rendas mensais: 36

**Renda constante = 712,81**

Pedido: Contabilize a celebração do Contrato, a 1.ª Renda e a 2.ª Renda.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 9 – Locações



Caso Prático n.º 9 – Locações:

**Plano financeiro**

| Renda    | Vencimento | Amortização | Juros | Prestação | IVA    | Total    | Capital em Dívida |
|----------|------------|-------------|-------|-----------|--------|----------|-------------------|
|          | 1-Mar-2023 |             |       |           |        |          | 25.000,00         |
| Renda 1  | 1-Mar-2023 | 712,81      |       | 712,81    | 163,95 | 876,76   | 24.287,19         |
| Renda 2  | 1-Abr-2023 | 613,86      | 98,95 | 712,81    | 163,95 | 876,76   | 23.673,32         |
| Renda 3  | 1-Mai-2023 | 616,37      | 96,45 | 712,81    | 163,95 | 876,76   | 23.056,96         |
| .....    |            |             |       |           |        |          |                   |
| Renda 36 | 1-Fev-2026 | 704,87      | 7,94  | 712,81    | 163,95 | 876,76   | 1.244,93          |
| Renda 37 | 1-Mar-2026 | 1.244,93    | 5,07  | 1.250,00  | 287,50 | 1.537,50 | 0                 |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 9 – Locações

### Caso Prático n.º 9 – Locações:

Dia 01/03/2023

| Descritivo             | Conta | Designação                | Débito    | Crédito   |
|------------------------|-------|---------------------------|-----------|-----------|
| Celebração do Contrato | 4341  | Equipamento de Transporte | 30 750,00 |           |
|                        | 2513  | Locações Financeiras      |           | 30 750,00 |

Cálculo Auxiliar:  $25.000 * 1,23 = 30.750,00$

Dia 01/03/2023

| Descritivo | Conta | Designação           | Débito | Crédito |
|------------|-------|----------------------|--------|---------|
| 1.ª Renda  | 2513  | Locações Financeiras | 876,76 |         |
|            | 1211  | Depósitos à Ordem    |        | 876,76  |

Cálculo Auxiliar:  $712,81 * 1,23 = 876,76$

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 9 – Locações

Caso Prático n.º 9 – Locações:

Dia 01/04/2023

| Descritivo | Conta | Designação                 | Débito | Crédito |
|------------|-------|----------------------------|--------|---------|
| 2.ª Renda  | 2513  | Locações Financeiras       | 755,03 |         |
|            | 69113 | Juros Locações Financeiras | 121,71 |         |
|            | 1211  | Depósitos à Ordem          |        | 876,76  |

Cálculo Auxiliar: Amortização Dívida =  $613,86 * 1,23 = 755,03$

Juros =  $98,95 * 1,23 = 121,71$

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 10 – Custo dos Empréstimos Obtidos

- O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever o tratamento dos custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.
- Esta Norma exige que estes custos sejam imediatamente considerados como parte do custo do ativo que se qualifica.
- Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 10 – Custo dos Empréstimos Obtidos

- Ativo que se qualifica: é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda.
- Custos de empréstimos obtidos: são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.
- Custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização: os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são os custos de empréstimos obtidos que teriam sido evitados se o dispêndio no ativo que se qualifica não tivesse sido feito.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 10 – Custo dos Empréstimos Obtidos

#### Início da Capitalização:

A capitalização dos custos de empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica deve começar quando:

- a) Os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos;
- b) Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos; e
- c) As atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 10 – Custo dos Empréstimos Obtidos

#### Suspensão da Capitalização:

- A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos deve ser suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades seja interrompido, conforme descrito na Norma.

#### Cessação da Capitalização:

- A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos deve cessar quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 10 – Custo dos Empréstimos Obtidos

### Diferenças entre Normativos:

| NCRF   | NCRF-PE  | NC-ME   |
|--|--|---|
| NCRF 10 – Custo dos empréstimos obtidos  | Capítulo 10 – Custo dos empréstimos obtidos  | Capítulo 10 – Custo dos empréstimos obtidos   |
| <p>- É obrigatória a capitalização dos custos dos empréstimos relacionados com ativos que se qualificam.<br/>Os custos de empréstimos de ativos que não se qualificam devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.</p> |  | <p>- Os custos de empréstimos obtidos devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos</p> |
| <p>Os gastos com juros devem ser calculados com base na utilização do método do juro efetivo (NCRF 27)</p>   | <p>Os gastos são calculados com base nas quantias despendidas (taxa de juro nominal)</p> |   |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 10 – Custo dos Empréstimos Obtidos

- Caso Prático n.º 10 – Capitalização Custos Empréstimos Obtidos:

A Empresa Macieira, Lda. para financiamento das obras do imóvel adquirido com o objetivo de ser a sede da empresa, contraiu em 02 de abril de 2023 um empréstimo bancário, pelo prazo de 5 anos, no montante de 45.000,00 €, sobre o Banco XYZ, com uma taxa de juro anual de 5%. O imposto do selo e as despesas de abertura de crédito totalizaram 350,00 €.

Pedido: Contabilize o contrato de financiamento.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

- Caso Prático n.º 10 – Capitalização Custos Empréstimos Obtidos:

02/abr/2023 – Contabilização do Contrato de Financiamento

| Descritivo                | Conta | Designação            | Débito    | Crédito   |
|---------------------------|-------|-----------------------|-----------|-----------|
| Contrato de Financiamento | 121   | Depósitos à Ordem     | 44 650,00 |           |
|                           | 453   | AFT em Curso          | 350,00    |           |
|                           | 2511  | Empréstimos Bancários |           | 45 000,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 11 – Propriedades de Investimento

O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever o tratamento contabilístico de propriedades de investimento.

Propriedade de investimento: é a propriedade (terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos) detida (pelo proprietário ou pelo locatário numa locação financeira) para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas as finalidades.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 11 – Propriedades de Investimento

### Mensuração no reconhecimento

Uma propriedade de investimento deve ser mensurada inicialmente pelo seu custo. Os custos de transação devem ser incluídos na mensuração inicial.

### Mensuração após reconhecimento

Uma entidade deve escolher como sua política contabilística o modelo do justo valor ou o modelo do custo e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades de investimento.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 11 – Propriedades de Investimento

Esta Norma exige que todas as entidades determinem o justo valor de propriedades de investimento, para a finalidade de mensuração (se a entidade usar o modelo do justo valor) ou de divulgação (se a entidade usar o modelo do custo).

Incentiva-se uma entidade, mas não se lhe exige, que determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente que tenha uma qualificação profissional relevante e reconhecida e que tenha experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que esteja a ser valorizada.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 11 – Propriedades de Investimento

Pequenas Entidades (PE), Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e Microentidades (ME)

Conforme previsto na NCRF-PE (§ 7.5), na NCRF-ESNL (§ 7.5) e na NC-ME (§7.2) as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 11 – Propriedades de Investimento

Diferenças entre Normativos:

| NCRF   | NCRF-PE   | NC-ME                                    |
|--|---|--|
| NCRF 11 – Propriedades de investimento   | Capítulo 7, § 5 – Ativos Fixos Tangíveis          | Capítulo 7, § 2 – Ativos Fixos Tangíveis |
| É permitido o modelo do custo ou do justo valor (por resultados)   | É permitido o modelo do custo ou da revalorização | É permitido o modelo do custo            |
| - Aplicam a NCRF 12 – Imparidade de Ativos para testar a perda por imparidade (modelo do custo ou da revalorização na NCRF-PE) |   | - Não reconhece imparidades              |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 11 – Propriedades de Investimento

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 29 CIRC – Elementos depreciables ou amortizáveis
- Art.º 45-A CIRC – Ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 11 – Propriedades de Investimento

### Caso Prático n.º 11 – Propriedades de Investimento:

A empresa Tudo Amanheceu, Lda. adquiriu em 05 de janeiro de 2023 um imóvel industrial por um valor de 500.000 €. A finalidade deste imóvel é o arrendamento sendo reconhecido no ativo da empresa como propriedades de investimento mensuradas pelo justo valor.

O justo valor deste imóvel, em dezembro de 2023, conforme resultado do relatório de avaliação elaborado por um perito independente, ascendia a 620.000 €.

Pedido: O tratamento contabilístico e fiscal das operações no exercício de 2023, considerando uma taxa de imposto de 21%.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 11 – Propriedades de Investimento

### Caso Prático n.º 11 – Propriedades de Investimento:

Resolução:

05/01/2023

| Descritivo          | Conta | Designação                    | Débito     | Crédito    |
|---------------------|-------|-------------------------------|------------|------------|
| Aquisição do Imóvel | 4211  | Terrenos e Recursos naturais  | 125 000,00 |            |
|                     | 4221  | Edifício e outras Construções | 375 000,00 |            |
|                     | 2711  | Fornecedores de Investimento  |            | 500 000,00 |

Cálculos auxiliares: Terreno = 25% \* 500.000 = 125.000

Edifício = 75% \* 500.000 = 375.000

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 11 – Propriedades de Investimento

### Caso Prático n.º 11 – Propriedades de Investimento:

Resolução:

31/12/2023

| Descritivo               | Conta | Designação                               | Débito    | Crédito    |
|--------------------------|-------|--|-----------|------------|
| Valorização JV do Imóvel | 4211  | Terrenos e Recursos naturais             | 30 000,00 |            |
|                          | 4221  | Edifício e outras Construções            | 90 000,00 |            |
|                          | 7731  | Aumentos JV Propriedades de Investimento |           | 120 000,00 |

Cálculos auxiliares: Aumento JV do Terreno = 25% \* (620.000 - 500.000) = 30.000

Aumento JV do Edifício = 75% \* (620.000 - 500.000) = 90.000

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 11 – Propriedades de Investimento

Caso Prático n.º 11 – Propriedades de Investimento:

Resolução:

31/12/2023

Do ponto de vista fiscal, os ganhos e perdas de justo valor de propriedades de investimento não concorrem para a formação do lucro tributável, de acordo com o disposto no n.º 9 do art.º 18 do CIRC, pelo que terá de ser deduzido no campo 759 do quadro 07 da Modelo 22 o valor de 120.000 €.

|  |     |            |
|--|-----|------------|
| Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9) | 759 | 120.000,00 |
|--|-----|------------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 11 – Propriedades de Investimento

#### Caso Prático n.º 11 – Propriedades de Investimento:

Resolução:

31/12/2023

No entanto, o n.º 2 do art.º 45.º-A do CIRC permite que seja considerado como gasto para efeitos fiscais o custo de aquisição das propriedades de investimento, que sejam subsequentemente mensuradas ao justo valor, em partes iguais, durante o período de vida útil que se deduz da quota mínima de depreciação, que seria fiscalmente aceite caso esse ativo permanecesse reconhecido ao custo de aquisição.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 11 – Propriedades de Investimento

Caso Prático n.º 11 – Propriedades de Investimento:

Resolução:

31/12/2023

No caso em apreço seria possível deduzir no campo 792 do quadro 07 da declaração modelo 22, um valor de 9.375 € =  $(500.000 * 75\% \text{ (imóvel)} * 2,5\% \text{ (metade taxa máxima 5\%)})$ .

|  |     |          |
|--|-----|----------|
| Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A) | 792 | 9.375,00 |
|--|-----|----------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## Caso Prático n.º 11 – Propriedades de Investimento:

### Resolução:

Verifica-se que, nesta situação o valor do bem tem uma base contabilística distinta da base fiscal, pelo que terão de ser calculados impostos diferidos:

Aumento JV: 120.000,00

Passivo imposto diferido: 25.200,00 = (120.000,00 \* 21%)

| Descritivo            | Conta | Designação                   | Débito    | Crédito   |
|-----------------------|-------|------------------------------|-----------|-----------|
| Reconhecimento do PID | 8122  | Impostos Diferidos           | 25 200,00 |           |
|                       | 2742  | Passivo por Imposto Diferido |           | 25 200,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## Caso Prático n.º 11 – Propriedades de Investimento:

### Resolução:

Verifica-se que, nesta situação o valor do bem tem uma base contabilística distinta da base fiscal, pelo que terão de ser calculados impostos diferidos:

Gastos de Depreciação Aceite Fiscal =  $9.375,00 * (40 \text{ Anos} - 1 \text{ Ano}) = 365.625,00$

Ativo por Imposto Diferido:  $76.781,25 = (365.625,00 * 21\%)$

| Descritivo            | Conta | Designação                   | Débito    | Crédito   |
|-----------------------|-------|------------------------------|-----------|-----------|
| Reconhecimento do AID | 2741  | Ativo por Impostos Diferidos | 76 781,25 |           |
|                       | 8122  | Impostos Diferidos           |           | 76 781,25 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 6 – Ativos Intangíveis

O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever o tratamento contabilístico de ativos intangíveis que não sejam especificamente tratados noutras Normas. Esta Norma exige que uma entidade reconheça um ativo intangível se, e apenas se, critérios especificados forem satisfeitos. A Norma também especifica como mensurar a quantia escriturada de ativos intangíveis e exige divulgações especificadas acerca de ativos intangíveis.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 6 – Ativos Intangíveis

Nem todos os itens descritos satisfazem a definição de um ativo intangível, isto é, identificabilidade, controlo sobre um recurso e existência de benefícios económicos futuros.

Se um item que esteja dentro do âmbito desta Norma não satisfizer a definição de um ativo intangível, o dispêndio para o adquirir ou gerar internamente é reconhecido **como um gasto quando for incorrido**.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 6 – Ativos Intangíveis

#### **Um ativo intangível é identificável se:**

- a) For separável, i. e. capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção da entidade de o fazer; ou
- b) Resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, independentemente desses direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 6 – Ativos Intangíveis

Um ativo intangível deve ser reconhecido se, e apenas se:

a) For provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao ativo fluam para a entidade; e

b) O custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.

Um ativo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo seu custo.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 6 – Ativos Intangíveis

#### Fase de pesquisa

Nenhum ativo intangível proveniente de pesquisa (ou da fase de pesquisa de um projeto interno) deve ser reconhecido. O dispêndio com pesquisa (ou da fase de pesquisa de um projeto interno) **deve ser reconhecido como um gasto quando for incorrido**.

#### Fase de desenvolvimento

Um ativo intangível proveniente de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de um projeto interno) **deve ser reconhecido** se, e apenas se, uma entidade puder demonstrar determinadas condições previstas na Norma, nomeadamente a alienação do mesmo ou do produto resultante do desenvolvimento da investigação.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 6 – Ativos Intangíveis

#### Ativos intangíveis com vidas úteis finitas

A quantia depreciable de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil.

#### Ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas

Conforme disposto no parágrafo 105 da Norma:

Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos, aplicando-se-lhe com as necessárias adaptações o disposto nos parágrafos 95 a 104 da Norma.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 6 – Ativos Intangíveis

Recuperabilidade da quantia escriturada — perdas por imparidade

Para determinar se um ativo intangível está com imparidade, uma entidade aplica a NCRF 12 - Imparidade de Ativos.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 6 – Ativos Intangíveis

### Diferenças entre normativos

| NCRF  | NCRF-PE                         | NC-ME                                    |
|---|---------------------------------|--|
| NCRF 6 – Ativos Intangíveis   | Capítulo 8 – Ativos Intangíveis | Capítulo 8 – Ativos Intangíveis          |
| É permitido o modelo do custo ou da revalorização   | É permitido o modelo do custo   |  |
| - São permitidos diversos métodos de amortização:<br><br>a) Linha reta<br>b) Método degressivo<br>c) Unidades de produção |                                 | - Apenas permite o método da linha recta |
| Aplicam a NCRF 12 – Imparidade de Ativos para testar a perda por imparidade   |                                 | Não reconhece imparidade                 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 6 – Ativos Intangíveis

### Diferenças entre normativos

| NCRF  | NCRF-PE                         | NC-ME  |
|---|---------------------------------|--|
| NCRF 6 – Ativos Intangíveis   | Capítulo 8 – Ativos Intangíveis | Capítulo 8 – Ativos Intangíveis                      |
| Pagamentos diferidos para além do prazo normal de crédito (o custo do ativo é o equivalente ao preço do dinheiro e a diferença entre essa quantia e os pagamentos totais são considerados como gasto de juros | Não considera                   |  |
| - Permite a capitalização dos custos dos empréstimos  |                                 | - Custo dos empréstimos são reconhecidos como gastos |
| Critério de mensuração na troca de ativos   | Omisso                          |  |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 6 – Ativos Intangíveis

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 45-A CIRC – Ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 6 – Ativos Intangíveis

### Caso Prático n.º 12 – Ativos Intangíveis:

A empresa Gama, Lda. adquiriu em janeiro de 2023 a propriedade de uma prestigiada marca de perfumes pelo montante de 200.000 €. Tendo em consideração as regras de reconhecimento e mensuração constantes na NCRF 6, a marca foi considerada como um ativo intangível com vida útil indefinida.

Pedido: O tratamento contabilístico e fiscal da operação no exercício de 2023, considerando uma taxa de IRC de 21%.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 6 – Ativos Intangíveis

### Caso Prático n.º 12 – Ativos Intangíveis:

Resolução: A partir de 2016, com a entrada em vigor do DL 98/2015 de 2 de junho, um ativo intangível com vida útil indefinida passa a ser amortizado num período máximo de 10 anos.

31/12/2023

| Descritivo             | Conta | Designação              | Débito    | Crédito   |
|------------------------|-------|-------------------------|-----------|-----------|
| Amortização do Período | 6431  | Gastos Com Amortizações | 20 000,00 |           |
|                        | 4481  | Amortizações Acumuladas |           | 20 000,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 6 – Ativos Intangíveis

#### Caso Prático n.º 12 – Ativos Intangíveis:

##### Resolução:

Em termos fiscais esta amortização não é aceite fiscalmente apesar de o procedimento contabilístico ter sido alterado, a partir de 2016, passando a prever uma amortização. Estes ativos continuam a não ter uma vida útil definida, pelo que também não possuem uma vigência temporal limitada, o que determina que o gasto com amortização não é dedutível para efeitos de IRC.

A dedução fiscal prevista no artigo 45º-A do CIRC não deve ser confundida com a dedução fiscal da amortização contabilizada, tratando-se de dois procedimentos distintos, com âmbito e propósitos diferentes.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 6 – Ativos Intangíveis

Caso Prático n.º 12 – Ativos Intangíveis:

Resolução:

Em termos fiscais e de acordo com o disposto no art.º 45-A do CIRC, pode-se deduzir uma vigésima parte do custo do ativo no apuramento do lucro tributável, originando uma diferença entre o valor contabilístico e o valor fiscal. No caso em concreto a empresa inscreve o valor de 10.000 € no campo 792 da modelo 22.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 6 – Ativos Intangíveis

Caso Prático n.º 12 – Ativos Intangíveis:

Resolução:

Assim, no caso concreto a empresa acresce o valor da amortização de 20.000 € no campo 719 do quadro 07 da modelo 22,

|   |     |           |
|---|-----|-----------|
| Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31.º-B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos | 719 | 20.000,00 |
|---|-----|-----------|

bem como, deduz no campo 792 do mesmo quadro 07 o montante de 10.000 €.

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A) | 792 | 10.000,00 |
|--|-----|-----------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 6 – Ativos Intangíveis

Caso Prático n.º 12 – Ativos Intangíveis:

Resolução:

Em termos de Impostos Diferidos:

- Gastos Contabilísticos nos Próximos 9 Anos (Não Aceite Fiscalmente) =  $9 * 20.000 = 180.000$
- PID =  $21\% * 180.000 = 37.800$

| Descritivo            | Conta | Designação                   | Débito    | Crédito   |
|-----------------------|-------|------------------------------|-----------|-----------|
| Reconhecimento do PID | 8122  | Impostos Diferidos           | 37 800,00 |           |
|                       | 2742  | Passivo por Imposto Diferido |           | 37 800,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 6 – Ativos Intangíveis

Caso Prático n.º 12 – Ativos Intangíveis:

Resolução:

Em termos de Impostos Diferidos:

- Aceite Fiscalmente Depreciação pelas Quotas Mínimas – Aceitação Fiscal =  $19 * 10.000 = 190.000$
- AID =  $21\% * 190.000 = 39.900$

| Descritivo            | Conta | Designação                   | Débito    | Crédito   |
|-----------------------|-------|------------------------------|-----------|-----------|
| Reconhecimento do AID | 2741  | Ativo por Impostos Diferidos | 39 900,00 |           |
|                       | 8122  | Impostos Diferidos           |           | 39 900,00 |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 18 – Inventários

- O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever o tratamento para os inventários. Um aspeto primordial na contabilização dos inventários é a quantia do custo a ser reconhecida como um ativo e a ser escriturada até que os réditos relacionados sejam reconhecidos.
- Esta Norma proporciona orientação prática na determinação do custo e no seu subsequente reconhecimento como gasto, incluindo qualquer ajustamento para o valor realizável líquido.
- Também proporciona orientação nas fórmulas de custeio que sejam usadas para atribuir custos aos inventários.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 18 – Inventários

Inventários: São ativos:

- a) Detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial;
- b) No processo de produção para tal venda; ou
- c) Na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Valor realizável líquido: é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

### Mensuração de inventários

Os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 18 – Inventários

### Custo dos inventários

O custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

A imputação de gastos gerais de produção fixos aos custos de conversão é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A quantia de gastos gerais de produção fixos imputada a cada unidade de produção não é aumentada como consequência de baixa produção ou de instalações ociosas. Os gastos gerais não imputados são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos (CINI).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 18 – Inventários

- Sistema de Custeio Total Racional (SCTR)
- $CIPA = CV \text{ Ind Unit} * Pr + CF \text{ Ind} * (Pr / Pn)$
- $CINI = (1 - Pr / Pn) * CF \text{ Ind}$
- Sistema de custeio aceite pela NCRF 18 – Inventários o Sistema de Custeio Total Racional

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 18 – Inventários

### Fórmulas de custeio

O custo dos inventários de itens que não sejam geralmente intermutáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser apurado através da **identificação específica** dos seus custos individuais.

O custo dos inventários, que não sejam os referidos anteriormente, deve ser atribuído pelo uso da fórmula “primeira entrada, primeira saída” (**FIFO**) ou da **fórmula do custo médio ponderado**.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 18 – Inventários

### Valor Realizável Líquido

A prática de reduzir o custo dos inventários para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

As estimativas do valor realizável líquido são baseadas nas provas mais fiáveis disponíveis no momento em que sejam feitas as estimativas quanto à quantia que se espera que os inventários venham a realizar. Estas estimativas tomam em consideração as variações nos preços ou custos diretamente relacionados com acontecimentos que ocorram após o fim do período, na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

Em cada período subsequente é feita uma nova avaliação do valor realizável líquido.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 18 – Inventários

#### Sistema de Inventário Permanente

- Conforme decorre do n.º 1 do art.º 12.º do DL n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 98/2015, de 2 de junho, as entidades a que seja aplicável o SNC ou as normas internacionais de contabilidade adotadas pela UE ficam obrigadas a adotar o sistema de inventário permanente na contabilização dos inventários, nos seguintes termos:

a) Proceder às contagens físicas dos inventários com referência ao final do período, ou, ao longo do período, de forma rotativa, de modo a que cada bem seja contado, pelo menos, uma vez em cada período;

b) Identificar os bens quanto à sua natureza, quantidade e custos unitários e globais, por forma a permitir a verificação, a todo o momento, da correspondência entre as contagens físicas e os respetivos registos contabilísticos.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 18 – Inventários

#### Sistema de Inventário Permanente

De acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 12.º do referido DL, **a obrigação** da adoção do inventário permanente **não se aplica às microentidades**.

Encontram-se também dispensadas da aplicação do inventário permanente as entidades referidas no n.º 1 do art.º 12.º do mencionado DL, relativamente às seguintes atividades:

- a) Agricultura, produção animal, apicultura e caça;
- b) Silvicultura e exploração florestal;
- c) Indústria piscatória e aquicultura;
- d) Pontos de vendas a retalho que, no seu conjunto, não apresentem, no período de um exercício, vendas superiores a € 300 000 nem a 10 % das vendas globais da respetiva entidade.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 18 – Inventários

#### Diferenças entre Normativos

| NCRF  | NCRF-PE                   | NC-ME  |
|---|---------------------------|--|
| NCRF 18 – Inventários   | Capítulo 11 – Inventários | Capítulo 11 – Inventários  |
| Ativos biológicos – Aplica a NCRF 17  | Aplica o Capítulo 20      | <ul style="list-style-type: none"><li>- <u>Ativos biológicos consumíveis</u> são reconhecidos como <u>inventários</u></li><li>- <u>Ativos biológicos de produção</u> são reconhecidos como <u>ativos fixos tangíveis</u></li></ul> |
| <ul style="list-style-type: none"><li>- Tem orientações para determinar o custo do produto agrícola colhido proveniente de ativos biológicos (justo valor menos custos estimados no ponto de venda)</li></ul> |                           | - Não tem indicação  |
| <ul style="list-style-type: none"><li>- Admite, em circunstâncias limitadas a inclusão dos custos de empréstimos obtidos no custo dos inventários (NCRF 10)</li></ul>   |                           | Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos  |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 18 – Inventários

Diferenças entre Normativos

| NCRF  | NCRF-PE                   | NC-ME   |
|---|---------------------------|---|
| NCRF 18 – Inventários   | Capítulo 11 – Inventários | Capítulo 11 – Inventários   |
| - Pagamentos diferidos para além do prazo normal de crédito (o custo do ativo é o equivalente ao preço do dinheiro e a diferença entre essa quantia e os pagamentos totais são considerados como gasto de juro) |                           | - Não considera   |
| - Para determinar o custo de inventários produzidos estabelece como regra a utilização do custo de produção   |                           | Estabelece como regra o custo de produção ou preço de venda deduzido da margem normal |
| Métodos de custeio: custo específico, médio ponderado e FIFO  |                           | Métodos de custeio: médio ponderado e FIFO  |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 18 – Inventários

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 26 CIRC – Inventários
- Art.º 27 CIRC – Mudança de Critérios de Mensuração
- Art.º 28 CIRC – Perdas por Imparidade em Inventários

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 18 – Inventários

#### Caso Prático n.º 13 – Inventários:

A empresa Boa Onda, Lda. comercializa artigos de vestuário, constando do seu inventário no final de 2023 as seguintes mercadorias:

- 1.000 calções com um custo unitário de 20 €;
- 2.000 camisas com um custo unitário de 5 €;
- 500 casacos com um custo unitário de 50 €.

Perante as indagações que realizou, o Contabilista Certificado verificou que no início do ano seguinte a empresa conseguiu vender a um armazenista os 1.000 calções por um valor total de 15.000 € e exportou 1.000 camisas por 5.000 €, mas assumiu um custo de transporte de 1.000 €. Para além disso, a administração informou-o de que a expectativa de realização dos casacos era de 30 € cada.

Pedido: O tratamento contabilístico e fiscal das operações no exercício de 2023, considerando uma taxa de IRC de 21%.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 18 – Inventários

### Caso Prático n.º 13 – Inventários:

| Artigo  | Valor Unitário |                          | QE - Data de Balanço | Perda Esperada |
|---------|----------------|--------------------------|----------------------|----------------|
|         | Aquisição      | Valor Realizável Líquido |                      |                |
| Calções | 20             | 15                       | 15                   | 5.000          |
| Camisas | 5              | 4                        | 4                    | 2.000          |
| Casacos | 50             | 30                       | 30                   | 10.000         |

Calções:  $15.000 \text{ €} : 1.000 \text{ calções} = 15 \text{ €}$  por cada peça

Camisas:  $[ 5.000 \text{ €} - 1.000 \text{ € (transporte)} ] / 100 \text{ camisas} = 4 \text{ €}$  por cada peça

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 18 – Inventários

### Caso Prático n.º 13 – Inventários:

Como os valores de aquisição são superiores ao valor de mensuração há que reconhecer uma perda, correspondendo à diferença pela qual o valor escriturado de um ativo excede a sua quantia recuperável.

| Descritivo                 | Conta | Designação                          | Débito    | Crédito   |
|----------------------------|-------|-------------------------------------|-----------|-----------|
| Pela Imparidade do Período | 6522  | Gastos c/ Imparidades - Inventários | 17 000,00 |           |
|                            | 3292  | Imparidades Acumuladas              |           | 17 000,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 18 – Inventários

#### Caso Prático n.º 13 – Inventários:

Em termos fiscais, de acordo com o disposto no art.º 28.º do CIRC são dedutíveis no apuramento do lucro tributável as perdas por imparidade em inventários até ao limite da diferença entre o custo de aquisição ou de produção dos inventários e o respetivo valor realizável líquido referido à data do balanço, quando este for inferior àquele. A definição de valor realizável líquido para efeitos fiscais consiste no preço de venda estimado no decurso normal da atividade, o que se traduz em:

- Elementos oficiais;
- Os últimos que em condições normais foram praticados;
- Valores correntes de mercado à data de relato, mas que sejam considerados idóneos e controlo inequívoco.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 18 – Inventários

### Caso Prático n.º 13 – Inventários:

Neste caso, verifica-se que no caso das calças e das camisas o valor de realização é apurado com base nos últimos valores de venda apurados, enquanto que no caso dos casacos é calculado com base numa estimativa, que embora possa ser fiável, não está de acordo com o normativo fiscal. Assim, a perda por imparidade deste tipo de artigo, no valor de 10.000 € deverá ser **acrescido no campo 718 do quadro 07 da modelo 22.**

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º-A a 28.º-C) | 718 | 10.000,00 |
|--|-----|-----------|

Nota: Em termos práticos existe uma limitação para a aceitação das imparidades em Inventários (art.º 26 n.º 4 do CIRC) .



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 18 – Inventários

### Caso Prático n.º 13 – Inventários:

Decorrente desta diferença entre o valor contabilístico e a base fiscal deste ativo, a empresa deverá registar um ativo por impostos diferidos no valor de 2.100 €, correspondendo à taxa de imposto da diferença temporária.

| Descritivo            | Conta | Designação                   | Débito   | Crédito  |
|-----------------------|-------|------------------------------|----------|----------|
| Reconhecimento do AID | 2741  | Ativo por Impostos Diferidos | 2 100,00 |          |
|                       | 8122  | Impostos Diferidos           |          | 2 100,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 19 – Contratos de Construção

- O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever o tratamento contabilístico de réditos e custos associados a contratos de construção. Por força da natureza da atividade subjacente aos contratos de construção, a data em que a atividade do contrato é iniciada e a data em que a atividade é concluída caem geralmente em períodos contabilísticos diferentes.
- Por isso, o assunto primordial na contabilização dos contratos de construção é a imputação do rédito do contrato e dos custos do contrato aos períodos contabilísticos em que o trabalho de construção seja executado.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 19 – Contratos de Construção

Contrato de construção: é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam intimamente inter-relacionados ou interdependentes em termos da sua conceção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

Rédito do contrato deve compreender:

- a) A quantia inicial de rédito acordada no contrato; e
- b) Variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato:
  - i) Até ao ponto que seja provável que resultem em rédito; e
  - ii) Estejam em condições de serem fiavelmente mensurados.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 19 – Contratos de Construção

Os custos do contrato devem compreender:

- a) Os custos que se relacionem diretamente com o contrato específico;
- b) Os custos que sejam atribuíveis à atividade do contrato em geral e possam ser imputados ao contrato; e
- c) Outros custos que sejam especificamente debitáveis ao cliente nos termos do contrato.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 19 – Contratos de Construção

### **Reconhecimento do crédito e dos gastos do contrato**

Quando o desfecho de um contrato de construção puder ser fiavelmente estimado, o crédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como crédito e gastos respetivamente **com referência à fase de acabamento** da atividade do contrato à data do balanço.

O reconhecimento de crédito e de gastos com referência à fase de acabamento de um contrato é muitas vezes referido como o **método da percentagem de acabamento**.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 19 – Contratos de Construção

### **Alterações nas estimativas**

O método da percentagem de acabamento é aplicado numa base acumulada em cada período contabilístico às estimativas correntes de rédito do contrato e custos do contrato.

As estimativas alteradas são usadas na determinação da quantia de rédito e de gastos reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que a alteração seja feita e em períodos subsequentes.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 19 – Contratos de Construção

Quando o desfecho de um contrato de construção **não possa ser estimado fiavelmente**:

a) O crédito somente deve ser reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis; e

b) Os custos do contrato devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Aplica-se o Método do Lucro Nulo.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 19 – Contratos de Construção

### Diferenças entre Normativos

| NCRF  | NCRF-PE                                   | NC-ME   |
|---|---|---|
| NCRF 19 – Contratos de construção   | Capítulo 21 – Contratos de construção     | Capítulo 12 – Rédito (§12.5 por analogia às prestações de serviços) |
| - Consideram os métodos da percentagem de acabamento e do lucro, com fase na estimativa fiável (ou não) do desfecho do contrato |   |   |
| - Diversos métodos para determinar a percentagem de acabamento  |   | Omisso  |
| Combinação e segmentação de contratos de construção   |   | Omisso  |
| Definição exaustiva dos custos do contrato  | Definição genérica dos custos do contrato | Omisso  |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 19 – Contratos de Construção

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 19 CIRC – Contratos de Construção

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 19 – Contratos de Construção

#### Caso Prático n.º 14 – Contratos de Construção:

A empresa Construir em Grande, Lda. contratou em maio de 2023 a construção de um edifício pela quantia de 3.500.000 euros.

A empresa estimou um gasto com a construção do edifício na quantia de 2.875.000 euros, o qual se veio a confirmar.

Por diversos motivos a construção da obra atrasou a sua realização, prevendo-se o seu início apenas em 2024, situação essa que não foi salvaguarda no contrato.

Após o término do ano 2023, a entidade contratada para a construção do edifício verificou que os custos estimados totais da obra ascenderiam a 3.562.500 euros.

O contabilista certificado tem dúvidas se já deverá ter em considerar no encerramento de 2023 alguma provisão, uma vez que ainda não começou a construção do edifício. É possível ajudá-lo?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 19 – Contratos de Construção

### Caso Prático n.º 14 – Contratos de Construção:

Solução: Perante esta situação a entidade contratada deverá reconhecer de imediato uma provisão no montante de 62.500 euros, uma vez que se trata de um contrato oneroso e o custo de o cumprir excede o seu benefício.

31/12/2023

| Descritivo               | Conta | Designação                    | Débito    | Crédito   |
|--------------------------|-------|-------------------------------|-----------|-----------|
| Pela Provisão do Período | 676   | Gastos c/ Provisão            | 62 500,00 |           |
|                          | 296   | Provisão – Contratos Onerosos |           | 62 500,00 |

(Provisão Não Aceite para Efeitos Fiscais – Acrescer no Campo 721 do Q07 da M22)

|   |     |           |
|---|-----|-----------|
| Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros | 721 | 62.500,00 |
|---|-----|-----------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 20 – Rédito

- O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever o tratamento contabilístico de réditos, entendidos como os rendimentos que surgem no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como, por exemplo, vendas, honorários, juros, dividendos e royalties.
- A questão fundamental na contabilização do rédito é **a de determinar quando reconhecer o mesmo.**
- O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e esses benefícios possam ser fiavelmente mensurados.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 20 – Rédito

### **Mensuração do rédito**

O rédito deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

A quantia de rédito proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo.

É mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

### **Reconhecimento do rédito**

#### Venda de bens

O rédito só é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade.

#### Prestação de serviços

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a transação deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

O reconhecimento do rédito com referência à fase de acabamento de uma transação é muitas vezes referido como o método da percentagem de acabamento.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

## Reconhecimento do rédito

- O rédito deve ser reconhecido nas seguintes bases:
  - a) Os juros devem ser reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
  - b) Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
  - c) Os dividendos devem ser reconhecidos quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

Diferenças entre Normativos

| NCRF   | NCRF-PE              | NC-ME                |
|--|----------------------|----------------------|
| NCRF 20 – Rédito   | Capítulo 12 – Rédito | Capítulo 12 – Rédito |
| Não existem diferenças significativas exceto, quanto a:  |                      |                      |
| - Quando o acordo constitui uma operação de financiamento, o justo valor do rédito é a quantia descontada dos recebimentos futuros | - Não prevê          |                      |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 20 CIRC – Rendimentos e ganhos

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

Caso Prático n.º 15 – Rédito:

- A Sempre em Frente, Lda. é uma empresa que produz produtos industriais, exportando mais de 70% da sua produção para o Brasil, nas condições de comércio internacional CIF (*Cost Insurance and Freight*). Relativamente a uma venda faturada em dezembro de 2023 para o cliente BATEL, Co., com carregamento e início do transporte no dia 29 desse mês e cuja chegada ao Brasil ocorrerá no dia 12 de janeiro de 2024:
  - a) O rédito da venda deve ser reconhecido no ano 2023;
  - b) O rédito da venda deve ser reconhecido no ano 2024;
  - c) O rédito da venda deve ser reconhecido parcialmente em 2023 e 2024, na proporção dos dias de viagem realizadas em cada um dos anos;
  - d) Nenhuma das anteriores.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

Caso Prático n.º 16 – Rédito:

- A Sempre em Frente, Lda. é uma empresa que produz produtos industriais, exportando mais de 70% da sua produção para o Brasil, nas condições de comércio internacional FOB (*Free on Board*). Relativamente a uma venda faturada em dezembro de 2023 para o cliente BATEL, Co., com carregamento e início do transporte no dia 29 desse mês e cuja chegada ao Brasil ocorrerá no dia 12 de janeiro de 2024:
  - a) Ser incluídas no inventário de 31/12/2023 da Sempre em Frente, Lda.
  - b) Ser excluídas do inventário de 31/12/2023 da Sempre em Frente, Lda.
  - c) Afetar o CMVMC de 2023 da Sempre em Frente, Lda., diminuindo-o.
  - d) Nenhuma das anteriores.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

NCRF 20 – Rédito

Caso Prático n.º 17 – Rédito:

A Sempre em Frente, Lda. expediu, a 26 de dezembro de 2023, para o cliente Valtelhas, Lda., sediado em Malta, 200 unidades da mercadoria XPTO. O preço de venda acordado entre as partes foi de 20 euros por unidade, sendo o preço de custo da mercadoria XPTO de 12 euros por unidade.

Na data de expedição, foi emitida a fatura n.º 792, tendo sido acordado entre as partes que o negócio seria DDP (*Delivery Duty Paid* – Vendedor assume o risco e transporte até ao porto de destino do comprador), estando previsto a chegada da mercadoria em 05 de janeiro de 2024.

Tendo em consideração, a informação anterior, qual das seguintes informações está correta, na data da emissão da fatura:

- a) Deve ser reconhecido um rédito pela quantia de 4.000 € e um gasto pela quantia de 2.400 €.
- b) Deve ser reconhecido um gasto pela quantia de 2.400 € e nenhum rédito deve ser reconhecido.
- c) Deve ser reconhecido um rédito pela quantia de 4.000 € e nenhum gasto deve ser reconhecido.
- d) Não deve ser reconhecido qualquer rédito ou gasto.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

Caso Prático n.º 18 – Rédito:

- A Tudo Certo, Lda. celebrou, em 1 de junho de 2023, um contrato de prestação de serviços de assessoria informática com um cliente, com a validade de dois anos ou 100 horas, ascendendo o contrato a 48.000 EUR (IVA não incluído). No final do ano de 2023, a Tudo Certo, Lda. havia faturado e recebido 80% do valor acordado com o cliente, todavia apenas havia incorrido em 12.000 EUR de um total de 24.000 EUR de custos estimados com o contrato. Face ao exposto, a 31 de dezembro de 2023, a Tudo Certo, Lda. deverá relevar:
  - a) Um rendimento de 38.400 EUR.
  - b) Um rendimento diferido de 14.400 EUR.
  - c) Um rédito de 48.000 EUR.
  - d) Um acréscimo de rendimentos de 14.400 EUR.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

Caso Prático n.º 18 – Rédito:

Resolução:

- $\text{Recebimento} = 80\% * 48.000 = 38.400$
- $\text{Cálculo \% do Grau de Acabamento} = \text{CI} / \text{CT} = 12.000 / 24.000 = 50\% * 48.000 = 24.000$
- $\text{Rendimento Diferido} = 38.400 - 24.000 = 14.400$

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

Caso Prático n.º 19 – Rédito:

A Limpa Tudo Certo, Lda. presta serviços de limpeza industrial e, em dezembro de 2023, celebrou um contrato anual com um dos seus clientes que prevê a limpeza das instalações deste. O valor total do contrato ascende a 33.000 euros, aos quais acresce iva à taxa normal. Ficou ainda acordado que 8.250 € do valor do contrato seria faturado na data da celebração do contrato e o remanescente repartido por 11 prestações mensais, vencendo-se a primeira a 20 de janeiro de 2024. Face ao exposto, a 31 de dezembro de 2023, qual das seguintes afirmações é verdadeira:

- a) O rédito reconhecido em 2023 ascende a 8.250 €.
- b) Não deve ser reconhecido, em 2023, qualquer rédito associado ao contrato e devem ser reconhecidos rendimentos a reconhecer de 8.250 €.
- c) O rédito em 2023 ascende a 33.000 €.
- d) O rédito reconhecido em 2023 ascende a 2.750 € e devem ser reconhecidos rendimentos a reconhecer de 5.500 €.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 20 – Rédito

Caso Prático n.º 19 – Rédito:

Resolução:

- $\text{Fatura} = 25\% * 33.000 = 8.250$
- $\text{Contrato Anual (12 meses)} = 33.000$
- $\text{Rendimento a reconhecer em 2023} = 1/12 * 33.000 = 2.750$
- $\text{Rendimento diferido} = 8.250 - 2.750 = 5.500$



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

**Provisão**: é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

Uma provisão **só deve ser reconhecida** quando, cumulativamente:

- a) Uma entidade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado;
- b) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e
- c) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

#### **Passivo contingente** é:

a) Uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade; ou

b) Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

i) Não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; ou

ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

**Ativo contingente:** é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

#### Passivo contingente

Uma entidade não deve reconhecer um passivo contingente.

Um passivo contingente é divulgado, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

#### Ativos contingente

Uma entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

Os ativos contingentes surgem normalmente de acontecimentos não planeados ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderiam nunca ser realizados.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

### **Mensuração**

#### **A melhor estimativa**

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

#### **Valor presente**

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

#### Alterações em provisões

As provisões devem ser revistas à data de cada balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

#### Uso de provisões

Uma provisão deve ser usada somente para os dispêndios relativos aos quais a provisão foi originalmente reconhecida.

Somente os dispêndios que se relacionem com a provisão original são contrabalançados com a mesma.

Contrabalançar os dispêndios com uma provisão que foi originalmente reconhecida para uma outra finalidade esconderia o impacto de dois acontecimentos diferentes.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Diferenças entre Normativos

| NCRF   | NCRF-PE  | NC-ME  |
|--|--|--|
| NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Capítulo 13 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Capítulo 13 – Provisões  |
| Não existem diferenças significativas exceto, quanto a:          |  |  |
| - Provisões, ativos e passivos contingentes<br>- Valor presente  |  | Não prevê:<br>- Ativos e Passivos contingentes<br>- Valor presente |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 39 CIRC – Provisões fiscalmente dedutíveis

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Relativamente ao enquadramento fiscal das Provisões e à sua dedutibilidade fiscal:

|  |                                  |
|--|----------------------------------|
| Provisão - Impostos                                      | Não dedutíveis                   |
| Provisão – Garantias a Clientes                          | Podem ser fiscalmente dedutíveis |
| Provisão – Processos Judiciais em Curso                  | Podem ser fiscalmente dedutíveis |
| Provisão – Acidentes de trabalho e doenças profissionais | Não dedutíveis                   |
| Provisão – Matérias Ambientais                           | Podem ser fiscalmente dedutíveis |
| Provisão – Contratos Onerosos                            | Não dedutíveis                   |
| Provisão – Reestruturação                                | Não dedutíveis                   |
| Provisão – Outras Provisões                              | Não dedutíveis                   |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

#### Caso Prático n.º 20 – Provisões:

A empresa Sabe Sempre Tudo, Lda. representa várias marcas de eletrodomésticos, tendo sido responsável pelo lançamento e dinamização de muitas dessas marcas em Portugal.

No entanto, em abril de 2023 uma das prestigiadas marcas que representa terminou a relação comercial, argumentando que iria iniciar a comercialização para Portugal diretamente através da internet.

Como a Sabe Sempre Tudo, Lda. tinha feito um grande investimento na marca, tendo diversos clientes fidelizados intentou, em junho de 2023, uma ação judicial contra a sua representada, onde exigiu uma indemnização de clientela no montante de 200.000 €. O advogado referiu que a empresa tinha boas possibilidades de obter um desfecho favorável dada a solidez da prova que reuniu.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Caso Prático n.º 20 – Provisões:

À data do encerramento das contas de 2023 o processo corre no Tribunal, mantendo o advogado a sua opinião inicial.

Pedido: O tratamento contabilístico da operação.

Resolução:

No período de 2023 a empresa deve divulgar, no anexo, um ativo contingente no valor de 200.000 €, mas não deve reconhecer qualquer ativo no seu balanço. (NCRF 21 § 30 a 34).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Caso Prático n.º 21 – Provisões – Garantias a Clientes:

A empresa Garantia a Todos, Lda. que fabrica e comercializa eletrodomésticos apurou em 2021, 2022 e 2023 os seguintes montantes de vendas e de custos de garantia suportados:

| Ano  | Vendas  | Custos com garantias |
|------|---------|----------------------|
| 2021 | 620.000 | 27.000               |
| 2022 | 640.000 | 43.000               |
| 2023 | 740.000 | 20.000               |

Sabendo que em 2023 as vendas ascenderam a 740.000 euros e que efetuou uma provisão para garantias a clientes de 40.000 euros, existe alguma correção para efeitos de determinação do lucro tributável?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 21 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Caso Prático n.º 21 – Provisões – Garantias a Clientes:

Resolução:

Cálculo da Provisão Aceite Fiscalmente:

% Custos de Garantia = Média dos Custos de Garantia dos últimos 3 anos / Média das Vendas dos últimos 3 Períodos

$$\% \text{ Custos de Garantia} = ( 27.000 + 43.000 + 20.000 ) / ( 620.000 + 640.000 + 740.000 ) * 100\% = 4,50\%$$

$$\text{Provisão Aceite Fiscalmente em 2023} = 4,50\% * 740.000 = 33.300$$

$$\text{A Acrescer Quadro 07 da Modelo 22} = 40.000 - 33.300 = 6.700$$



|   |     |          |
|---|-----|----------|
| Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros | 721 | 6.700,00 |
|---|-----|----------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

O objetivo desta Norma é o de prescrever o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação.

Esta Norma deve ser aplicada no reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros.

Alguns conceitos previstos na Norma:

- Instrumentos financeiros;
- Ativos financeiros;
- Custo amortizado;
- Passivos financeiros.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

### **Reconhecimento**

Uma entidade deve reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Uma entidade deve reconhecer instrumentos de capital próprio no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio.

Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a entidade deve apresentar a quantia a receber como ativo.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

### **Mensuração**

#### Mensuração inicial de ativos e passivos financeiros

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor.

Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

#### Mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros

- Justo valor;
- Custo amortizado.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

### NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

#### **Imparidade**

#### **Reconhecimento**

Em cada data de relato, uma entidade deve avaliar a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos está em imparidade inclui dados observáveis que chamem a atenção ao detentor do ativo sobre eventos de perda.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

### **Imparidade**

Importante reconhecer as Imparidades atempadamente, sob pena da sua não posterior aceitação fiscal.

- Acórdão do TCAN de 23/11/2010 – Processo n.º 00123/03: Decisão de não aceitação de gasto fiscal de perda por imparidade, dado que em anos anteriores, tinha sido instaurado ao devedor processo especial de recuperação de empresas;
- Acórdão do TCAN de 17/12/2003 - Processo n.º 162/03: Decisão de não aceitação de gasto fiscal de perda por imparidade, dado que em anos anteriores, o devedor se encontrava em processo de insolvência;
- Acórdão do TCAN de 14/06/2006 - Processo n.º 258/04: Decisão de não aceitação de gasto fiscal de perda por imparidade, dado que em anos anteriores, o crédito tinha sido reclamado judicialmente pelo contribuinte;
- Acórdão do TCAN de 26/10/2006 - Processo n.º 309/04: Decisão de não aceitação de gasto fiscal de perda por imparidade, dado que em anos anteriores, o contribuinte encarregou uma sociedade de advogados de diligenciar pela sua cobrança.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

### Diferenças entre Normativos

| NCRF  | NCRF-PE  | NC-ME  |
|---|--|--|
| NCRF 27 – Instrumentos Financeiros  | Capítulo 27 – Instrumentos financeiros   | Capítulo 17 – Ativos e passivos financeiros  |
| Critérios de mensuração: <ul style="list-style-type: none"><li>- Custo</li><li>- Custo amortizado</li><li>- Justo valor</li></ul> Contabilização de cobertura | Critérios de mensuração: <ul style="list-style-type: none"><li>- Custo menos perdas por imparidade</li><li>- Justo valor</li></ul> | Critérios de mensuração: <ul style="list-style-type: none"><li>- Custo menos perdas por imparidade</li></ul> |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 18 CIRC – Periodização do lucro tributável
- Art.º 28-A CIRC – Perdas por imparidade em dívidas a receber
- Art.º 28-B CIRC – Perdas por imparidade em créditos

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

#### Caso Prático n.º 22 – Clientes:

O Contabilista Certificado da sociedade Com Crédito, Lda., no processo de encerramento de contas de 2023 deparou-se com três situações relativa a clientes a analisar:

- Uma fatura em dívida do cliente Sol Escondido, Lda. no montante de 5.000 €, com data de vencimento no dia 3 de julho de 2023, cujo processo foi entregue ao advogado que já deu entrada no Tribunal da reclamação judicial;

- Um saldo do cliente Tudo a Anoitecer, Lda. relativo a diversas faturas do ano de 2023 no montante de 30.000 €. Este cliente foi considerado insolvente no início do ano de 2024, antes da aprovação das contas;

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

#### Caso Prático n.º 22 – Clientes:

- Uma fatura em mora do cliente Tudo Com Fiado, Lda. no montante de 1.000 €, com data de vencimento em janeiro de 2023. Perante as indagações do Contabilista Certificado acerca das diligências para o recebimento da fatura, a Administração respondeu que tentou várias vezes telefonar sem que tenha conseguido obter resposta.

Pedido: O tratamento contabilístico e fiscal das operações no exercício de 2023, considerando uma taxa de IRC de 21%.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

Caso Prático n.º 22 – Clientes:

#### Resolução:

À data de cada período de relato financeiro, deve ser avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Nesse sentido, se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados. (NCRF 27, §24 e 25).

No caso em apreço, tendo em consideração os elementos apresentados a empresa deverá reconhecer uma perda por imparidade no montante de 36.000 € (30.000 + 1.000 + 5.000).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

Caso Prático n.º 22 – Clientes:

Resolução:

| Descritivo                           | Conta | Designação         | Débito    | Crédito   |
|--------------------------------------|-------|--------------------|-----------|-----------|
| Reconhecimento de Clientes Duvidosos | 2171  | Clientes Duvidosos | 36 000,00 |           |
|                                      | 2111  | Clientes C/C       |           | 36 000,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

Caso Prático n.º 22 – Clientes:

Resolução:

| Descritivo  | Conta | Designação                        | Débito    | Crédito   |
|---|-------|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Reconhecimento de Imparidades de Clientes Duvidosos | 6511  | Gastos c/ Imparidades de Clientes | 36 000,00 |           |
|   | 2191  | Perdas por Imparidades Acumuladas |           | 36 000,00 |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

Caso Prático n.º 2 – Clientes:

Resolução:

- Em termos fiscais, o art.º 28-B do CIRC determina em que condições as perdas por imparidade dos créditos podem ser dedutíveis para efeitos fiscais.
- Aplicando ao caso em concreto, verifica-se na primeira situação que o crédito foi reclamado judicialmente, pelo que o risco de cobrabilidade se encontra enquadrado na alínea b) do n.º 1 do referido artigo, sendo o valor da imparidade aceite em termos fiscais.
- Na segunda situação, não obstante, ter sido declarado a insolvência do devedor, esta ocorreu após a data do fim do período de tributação, pelo terá de se acrescentar 30.000 € no **campo 718 do quadro 07 da modelo 22**.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

Caso Prático n.º 22 – Clientes:

Resolução:

- No terceiro caso, embora a dívida esteja em mora desde o mês de janeiro verifica-se que não existem provas de terem sido feitas diligências para o seu recebimento, pelo que terá de se acrescer o montante de 1.000 € no **campo 718 do quadro 07 da declaração modelo 22.**

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º-A a 28.º-C) | 718 | 31.000,00 |
|--|-----|-----------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

Caso Prático n.º 22 – Clientes:

### Resolução:

Nesta situação verifica-se uma diferença temporária entre a base contabilística e a base fiscal do ativo, pelo que deverá ser reconhecido um ativo por impostos diferidos, no montante de 6.510 € (31.000 € \* 21%).

| Descritivo                                     | Conta | Designação                   | Débito   | Crédito  |
|--|-------|------------------------------|----------|----------|
| Reconhecimento de Ativo por Impostos Diferidos | 2741  | Ativo por Impostos Diferidos | 6 510,00 |          |
|  | 8122  | Imposto Diferido             |          | 6 510,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

#### Caso Prático n.º 23 – Imparidades de Terceiros – Enquadramento Fiscal:

O Contabilista Certificado da sociedade Dívidas A Perder de Vista, Lda., no processo de encerramento de contas de 2023 tem dúvidas, se as situações abaixo identificadas ao nível de imparidades dos clientes e terceiros é aceite fiscalmente ou não em termos de IRC, pelo que solicita-lhe ajuda a si, enquanto estudioso destas temáticas:

1 – Crédito de 15.000 euros a receber de um ex-funcionário relativa a venda de uma viatura de serviço em 2020 tendo a empresa tentado contactar o ex-funcionário várias vezes, mas sem sucesso;

2 – Crédito de 10.000 euros a receber de um cliente relativo a faturas emitidas em outubro de 2022, tendo o cliente entrado em processo de insolvência em 2022;

3 – Crédito de 20.000 euros a receber de um cliente relativo a fatura com vencimento em julho de 2023, tendo este cliente sido considerado insolvente em janeiro de 2024;

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

#### Caso Prático n.º 23 – Imparidades de Terceiros – Enquadramento Fiscal:

O Contabilista Certificado da sociedade Dívidas a Perder de Vista, Lda., no processo de encerramento de contas de 2023 tem dúvidas, se as situações abaixo identificadas ao nível de imparidades dos clientes e terceiros é aceite fiscalmente ou não em termos de IRC, pelo que solicita-lhe ajuda a si, enquanto estudioso destas temáticas:

4 – Crédito de 7.500 euros a receber de um cliente, cujo vencimento ocorreu em julho de 2023, possuindo a empresa provas inequívocas da tentativa de recebimento do crédito;

5 – Crédito de 17.500 euros a receber de um cliente, cujo vencimento ocorreu em março de 2023, não possuindo a empresa provas inequívocas da tentativa de recebimento do crédito;

6 – Crédito de 2.000 euros a receber de um cliente relativo a fatura com vencimento em maio de 2023, sendo o capital social deste cliente participado pela nossa empresa em cerca de 20%.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

Caso Prático n.º 23 – Imparidades de Terceiros – Enquadramento Fiscal:

Resolução:

- Em nenhuma das situação descritas as imparidades são aceites fiscalmente, pelo que terá de se acrescer o montante de 72.000 € no **campo 718 do quadro 07 da declaração modelo 22.**

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º-A a 28.º-C) | 718 | 72.000,00 |
|--|-----|-----------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

- O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever o tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento e, em especial, no que respeita a:
  - a) Recuperação futura (liquidação) da quantia escriturada de ativos (passivos) que sejam reconhecidos no balanço de uma entidade; e
  - b) Transações e outros acontecimentos do período corrente que sejam reconhecidos nas demonstrações financeiras de uma entidade.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

Está inerente no reconhecimento de um ativo ou passivo que a entidade que relata espera recuperar ou liquidar a quantia escriturada do ativo ou passivo.

Se for provável que a recuperação ou liquidação dessa quantia escriturada fizer com que os pagamentos futuros de impostos sejam maiores (menores) do que seriam se tais recuperações ou liquidações não tivessem consequências fiscais, esta Norma exige que uma entidade reconheça um passivo por impostos diferidos (ativo por impostos diferidos), com certas exceções limitadas.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

Diferenças temporárias: são diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação.

As diferenças temporárias podem ser:

- a) Diferenças temporárias tributáveis, que são diferenças temporárias de que resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada; ou
- b) Diferenças temporárias dedutíveis, que são diferenças temporárias de que resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

Ativos por impostos diferidos: são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros respeitantes a:

- a) Diferenças temporárias dedutíveis;
- b) Reporte de prejuízos fiscais não utilizados; e
- c) Reporte de créditos tributáveis não utilizados.

Passivos por impostos diferidos: são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

### **Mensuração**

Os ativos (passivos) por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que seja realizado o ativo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que estejam aprovadas à data do balanço.

Ativos e passivos por impostos diferidos **não devem ser descontados.**

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

#### Apresentação - Compensação

Se bem que os ativos e passivos por impostos correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, uma entidade deve compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes nas suas demonstrações financeiras se, e somente se, a entidade:

- a) Tiver um direito legalmente executável para compensar quantias reconhecidas; e
- b) Pretender liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

Diferenças entre Normativos

| NCRF  | NCRF-PE  | NC-ME                                     |
|---|--|---|
| NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento             | Capítulo 16 – Impostos sobre o rendimento  | Capítulo 16 – Impostos sobre o rendimento |
| Reconhece o imposto corrente e o imposto diferido | Reconhece o imposto corrente e o imposto diferido apenas quando opta pelo método de revalorização para os ativos fixos tangíveis | Reconhece o imposto corrente              |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

### Caso Prático n.º 24 – Impostos:

A empresa A-Ver-o-Mar, Lda., sediada na Póvoa de Varzim durante o ano de 2023 efetuou três pagamentos por conta no montante de 15.000,00 €. A 31 de Dezembro de 2023 apurou de imposto sobre o rendimento para este período corrente o montante de 5.000,00, respeitante a 4.000,00 de coleta e 1.000,00 de tributações autónomas.

Em Agosto de 2024 a empresa foi reembolsada pelo pagamento em excesso.

Pedido: Contabilize a estimativa e apuramento do imposto sobre o rendimento.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

Resolução: 31/12/2023

| Descritivo                | Conta | Designação            | Débito   | Crédito  |
|---------------------------|-------|-----------------------|----------|----------|
| Estimativa do Imposto IRC | 8121  | Imposto Estimado      | 5 000,00 |          |
|                           | 2414  | Estimativa de Imposto |          | 5 000,00 |

| Descritivo                | Conta | Designação            | Débito    | Crédito   |
|---------------------------|-------|-----------------------|-----------|-----------|
| Apuramento do Imposto IRC | 2414  | Estimativa do Imposto | 5 000,00  |           |
|                           | 2415  | Apuramento do Imposto | 10 000,00 |           |
|                           | 2413  | Pagamento por Conta   |           | 15 000,00 |

| Descritivo      | Conta | Designação            | Débito    | Crédito   |
|-----------------|-------|-----------------------|-----------|-----------|
| IRC a Recuperar | 2417  | IRC a Recuperar       | 10 000,00 |           |
|                 | 2415  | Apuramento do Imposto |           | 10 000,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento

Caso Prático n.º 24 – Impostos:

31/08/2024

| Descritivo       | Conta | Designação        | Débito    | Crédito   |
|------------------|-------|-------------------|-----------|-----------|
| Reembolso do IRC | 1211  | Depósitos à Ordem | 10 000,00 |           |
|                  | 2417  | IRC a Recuperar   |           | 10 000,00 |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

O objetivo desta Norma é o de prescrever a contabilização dos benefícios dos empregados.

A Norma exige que uma entidade reconheça:

- a) Um passivo quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios dos empregados a serem pagos no futuro; e
- b) Um gasto quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca dos benefícios dos empregados.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

### **Planos de participação nos lucros e de bónus**

Uma entidade deve reconhecer o custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus conforme descrito anteriormente quando, e só quando:

- a) A entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados; e
- b) Possa ser feita uma estimativa fiável da obrigação.

Existe uma obrigação presente quando, e só quando, a entidade não tem alternativa realista senão a de fazer os pagamentos.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

### **Planos de participação nos lucros e de bónus**

Uma entidade pode não ter obrigação legal de pagar uma gratificação. Não obstante, em alguns casos, uma entidade tem a prática de pagar bónus. Em tais casos, a entidade tem uma obrigação construtiva porque não tem alternativa realista senão de pagar a gratificação.

Uma obrigação segundo planos de participação nos lucros e de bónus resulta do serviço dos empregados e não de uma transação com os proprietários da entidade. Por conseguinte, uma entidade reconhece o custo de planos de participação nos lucros e de bónus **não como uma distribuição do lucro líquido mas como um gasto.**

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

### **Planos de participação nos lucros e de bónus – Membros dos Órgãos Sociais**

- De acordo com o art.º 23-A n.º 1, alínea o) do CIRC, as gratificações de balanço atribuídas a **Membros dos Órgãos Sociais** que possuam uma participação direta ou indiretamente de, pelo menos, **1% no capital social**, as importâncias que excedam o **dobro da remuneração mensal** auferida no período de tributação a que respeita o resultado em que participem, não são dedutíveis fiscalmente.
- Montante que exceder o limite, acresce no campo 735 do Quadro 07 da Modelo 22.
- Circular n.º 8/2000 de 11/5 do DSCIRC – Remuneração mensal corresponde ao valor das retribuições totais anuais dividido por 12.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

### **Planos de participação nos lucros e de bónus – Gestores, Administradores ou Gerentes**

- De acordo com o art.º 88 n.º 13, al. b) do CIRC, as gratificações de balanço atribuídas a Gestores, Administradores ou Gerentes quando estas representem:
  - Uma parcela superior a 25% da remuneração anual, e
  - Possuam um valor superior a 27.500 euros.
- Ficam sujeitas a **Tributação Autónoma a uma Taxa de 35%** (se apresentar prejuízo fiscal acresce 10%, salvo período de início de atividade e seguinte e OE2023).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

### **Planos de participação nos lucros e de bónus – Preenchimento da Modelo 22**

- Se a Gratificação de Balanço for classificada como **Gasto do Período em 2023**, em termos da Modelo 22 tal gasto é Aceite Fiscalmente a considerar na **Modelo 22 a entregar em 2024**;
- Se a Gratificação de Balanço for classificada como **Resultados Transitados**, após Aprovação das Contas em Assembleia Geral, então é considerada uma variação Patrimonial negativa no Ano da Atribuição em Assembleia Geral, o que significa que apenas poderá ser deduzida na **Modelo 22 a entregar em 2025** (campo 704).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

## Planos de participação nos lucros e de bónus – Preenchimento da Modelo 22

- Se a Gratificação de Balanço for atribuída como Resultados Transitados, obrigatoriedade de preenchimento do Quadro 07 da IES:

| APLICAÇÃO DOS RESULTADOS CONFORME DELIBERAÇÃO QUE APROVOU AS CONTAS DO EXERCÍCIO / PERÍODO |   |       |   |   |   |       |  |  |       |
|--|---|-------|---|---|---|-------|--|--|-------|
| 1  | Resultados transitados  | A0801 | - | - | , |       |  |  |       |
| 2  | Resultados atribuídos / lucros disponíveis                            | A0802 | - | - | , |       |  |  |       |
|  | Resultados atribuídos / lucros disponíveis a entidades residentes:    | A0815 | - | - | , |       |  |  |       |
|  | Empresas (financeiras e não financeiras)                              | A0816 | - | - | , |       |  |  |       |
|  | Particulares  | A0817 | - | - | , |       |  |  |       |
|  | Instituições particulares sem fins lucrativos                         | A0818 | - | - | , |       |  |  |       |
|  | Fundos de investimento, de pensões e outros fundos                    | A0819 | - | - | , |       |  |  |       |
|  | Entidades da Administração Pública                                    | A0820 | - | - | , |       |  |  |       |
|  | Outras entidades  | A0821 | - | - | , |       |  |  |       |
|  | Resultados atribuídos / lucros disponíveis a entidades não residentes | A0822 | - | - | , |       |  |  |       |
| 3  | Percentagens ou gratificações a corpos gerentes                       | A0803 | - | - | , | A0809 |  |  | - - , |
| 4  | Idem ao pessoal   | A0804 | - | - | , | A0810 |  |  | - - , |
| 5  | Reservas  | A0805 | - | - | , | A0811 |  |  | - - , |
| 6  | Cobertura de prejuízos  | A0806 | - | - | , | A0812 |  |  | - - , |
| 7  |   | A0807 | - | - | , | A0813 |  |  | - - , |
| 8  | SALDO (1 -2 - 3 - 4 - 5 -6 -7)  | A0808 | - | - | , | A0814 |  |  | - - , |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

### **Planos de participação nos lucros e de bónus – Segurança Social**

- De acordo com o art.º 46, n.º 2, alínea r) do Código Contributivo os montantes atribuídos aos trabalhadores a título de participação nos lucros da empresa, integram a base contributiva. No entanto, a disposição ainda não entrou em vigor, pelo que não existe tributação das gratificações em sede de segurança social.
- Não devem ser incluídas na declaração de remunerações por Internet (DRI).



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

## **Planos de participação nos lucros e de bónus – Retenção na Fonte**

- As gratificações de balanço estão sujeitas a retenção na fonte em IRS.
- O montante pago das gratificações de balanço deve ser adicionado aos restantes rendimentos do trabalho pagos no mesmo mês para determinação da taxa a aplicar.
- A gratificação de balanço é incluída na declaração mensal de remunerações (DMR) respetiva com o código A.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • ASPETOS CONTABILÍSTICOS

NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

### **Benefícios pela cessação de emprego – Pagamento indemnização em prestações**

- Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente, por contrapartida de um passivo.
- Em termos fiscais e de acordo com o art.º 18, n.º 12 do CIRC, a indemnização por despedimento pago em prestações ou em período diferente do despedimento, são consideradas como **gasto fiscal no período em que as respetivas importâncias são pagas**.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

Diferenças entre Normativos

| NCRF   | NCRF-PE   | NC-ME   |
|--|---|---|
| NCRF 28 – Benefícios dos Empregados  | Capítulo 18 – Benefícios dos Empregados   | Capítulo 18 – Benefícios dos Empregados   |
| <ul style="list-style-type: none"><li>- Benefícios de curto prazo</li><li>- Benefícios de pós emprego</li><li>- Outros benefícios de longo prazo</li><li>- Benefícios de cessação de emprego</li><li>- Benefícios em capital próprio</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Benefícios de curto prazo</li><li>- Benefícios de cessação de emprego</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Benefícios de curto prazo</li><li>- Benefícios de cessação de emprego</li></ul> |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

Em termos de IRC, temática abordada:

- Art.º 18 CIRC – Periodização do lucro tributável
- Art.º 23-A CIRC – Encargos não dedutíveis para efeitos fiscais

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

#### Caso Prático n.º 25 – Gratificações:

Uma entidade Gratifica Bem, Lda. espera obter resultados positivos no Ano 2023. A gerência propõe a distribuição de uma percentagem do resultado do período para gratificações aos trabalhadores de 50.000 euros e ao gerente de 10.000 euros (sendo o salário médio anual, dos gerentes de 3.000 euros). Nos anos transatos a empresa seguiu a mesma política e a proposta da gerência tem sido sempre aprovada em Assembleia Geral.

Em 31 de março de 2024 foi aceite e paga a proposta da gratificação, sendo que a taxa média de retenção na fonte é de 10%.

Pedido: Reconhecimento contabilístico da gratificação e impacto fiscal no Quadro 07 da Modelo 22.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

Caso Prático n.º 25 – Gratificações:

Reconhecimento Contabilístico em 31/12/2023

| Descritivo                                | Conta | Designação                      | Débito    | Crédito   |
|---|-------|---------------------------------|-----------|-----------|
| Reconhecimento da Gratificação de Balanço | 6318  | Remunerações dos Órgãos Sociais | 10 000,00 |           |
|   | 6328  | Remunerações ao Pessoal         | 50 000,00 |           |
|   | 2722  | Acréscimo de Gastos             |           | 60 000,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

Caso Prático n.º 25 – Gratificações:

Em termo do Quadro 07 da Modelo 22 acrescentar a gratificação dos gerentes não aceite em virtude de ultrapassarem duas vezes a remuneração média mensal anual ( $RM * 14 / 12$ )

A acrescentar Campo 735 do Q07 da M22:  $10.000 - 2 * 3.000 = 4.000$

|  |     |          |
|--|-----|----------|
| Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º-A, n.º 1, al. o)] | 735 | 4.000,00 |
|--|-----|----------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

Caso Prático n.º 25 – Gratificações:

Reconhecimento Contabilístico em 31/03/2024

| Descritivo                           | Conta | Designação                      | Débito    | Crédito   |
|--------------------------------------|-------|---------------------------------|-----------|-----------|
| Aprovação da Gratificação de Balanço | 2722  | Acréscimo de Gastos             | 60 000,00 |           |
|                                      | 2311  | Remunerações aos Órgãos Sociais |           | 10 000,00 |
|                                      | 2312  | Remunerações ao Pessoal         |           | 50 000,00 |



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

Caso Prático n.º 25 – Gratificações:

Reconhecimento Contabilístico em 31/03/2024

| Descritivo                           | Conta | Designação                      | Débito    | Crédito   |
|--------------------------------------|-------|---------------------------------|-----------|-----------|
| Pagamento da Gratificação de Balanço | 2311  | Remunerações dos Órgãos Sociais | 10 000,00 |           |
|                                      | 2312  | Remunerações ao Pessoal         | 50 000,00 |           |
|                                      | 2421  | EOEP – Retenção na Fonte        |           | 6 000,00  |
|                                      | 1211  | Depósitos à Ordem               |           | 54 000,00 |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

Caso Prático n.º 26 – Gratificações:

Um sócio gerente não remunerado pode receber gratificações de balanço?

Resposta: Um sócio gerente não remunerado pode receber gratificações, no entanto as mesmas não aceites como gasto fiscal.

Um sócio pode receber gratificações de balanço (não gerente, nem trabalhador)?

Resposta: Um sócio apenas pode receber lucros ou dividendos.

A minha empresa teve prejuízos, posso gratificar os meus trabalhadores?

Resposta: Se a empresa não teve lucros não posso atribuir gratificações.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 28 – Benefícios dos Empregados

#### Caso Prático n.º 26 – Gratificações:

Um gerente sem participação no capital social pretende receber gratificações de balanço, mas a sua Esposa participa no capital da sociedade em 20%, está sujeito a limite?

Resposta: Sim, está sujeito ao limite, porque é membro do órgão social e participa em mais de 1% do capital social, embora indiretamente.

Um gerente recebeu 30.000 euros a título de gratificações e as mesmas correspondem a 35% da sua remuneração anual, esta gratificação está sujeita a tributação autónoma?

Resposta: Sim, está sujeita a tributação autónoma em virtude da gratificação ser superior a 27.500 euros, a mesma corresponder a mais do que 25% da remuneração anual e ser atribuída a gerente.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

- As demonstrações financeiras das sociedades reportam-se à data de encerramento de contas, normalmente, 31 de dezembro de cada ano civil e, refletem a posição patrimonial, desempenho e fluxos de caixa das sociedades a essa data.
- Contudo, após a data de encerramento e até à data que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, data em que o órgão de gestão aprova as contas, poderão ocorrer acontecimentos com impacto na sua situação financeira, desempenho ou fluxos de caixa, inclusive na própria continuidade da sociedade.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

- Estes acontecimentos designados por acontecimentos após a data de balanço, devem ser evidenciados por reconhecimento ou por divulgação nas demonstrações financeiras das sociedades.
- A data em que o órgão de gestão aprova as contas e as autoriza para emissão é relevante para o conhecimento dos utentes das demonstrações financeiras, pois, sabem que a existirem eventuais acontecimentos ajustados ou divulgados os mesmos serão apenas até essa data.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

- Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos:
  - a) Aqueles que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos); e
  - b) Aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

- Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos (dão lugar a ajustamentos):

a) A resolução, após a data do balanço, de um caso judicial que confirma que a entidade tinha uma obrigação presente à data do balanço.



b) A receção de informação após a data do balanço que indique que um ativo estava em imparidade à data do balanço, ou que a quantia da perda por imparidade anteriormente reconhecida para esse ativo necessita de ser ajustada, tal como ocorre, designadamente, nas seguintes situações:

- i) A falência de um cliente que ocorre após a data do balanço confirma, normalmente, que existia uma perda por imparidade à data do balanço numa conta a receber comercial e que a entidade necessita de ajustar a respetiva quantia escriturada; e
- ii) A venda de inventários após a data do balanço pode dar evidência acerca do valor realizável líquido à data do balanço;

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

- Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos (dão lugar a ajustamentos):
  - c) A determinação, após a data do balanço, do custo de ativos comprados, ou os proventos de ativos vendidos, antes da data do balanço;
  - d) A determinação, após a data do balanço, da quantia de participação no lucro ou de pagamentos de bónus, caso a entidade tivesse uma obrigação presente legal ou construtiva à data do balanço de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos antes dessa data (Gratificação de Balanço);
  - e) A descoberta de fraudes ou erros que mostrem que as demonstrações financeiras estão incorretas.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

- **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

## NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

### Caso Prático n.º 27 – Imparidades de Clientes:

A Sociedade Navais, Lda. tem reconhecido em 31 de dezembro de 2023 uma dívida de um cliente no montante de 100.000 euros em clientes c/c. Em janeiro de 2024, inesperadamente teve conhecimento de que o seu cliente foi decretado insolvente. O Contabilista Certificado da sociedade tem dúvidas se deve considerar o cliente como cliente duvidoso ainda em 2023 e considerar a respetiva imparidade em 2023 ou se apenas o deverá considerar em 2024.

Solução: De acordo com a NCRF 24 este acontecimento após a data de balanço deve ser ajustado, uma vez que se refere a condições existentes à data de balanço. No caso em concreta o cliente deve ser considerado duvidoso em 2023 e a respetiva imparidade reconhecida na totalidade também em 2023.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

- Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos (não dão lugar a ajustamentos):
  - a) Um declínio no justo valor dos investimentos entre a data do balanço e a data em que foi autorizada a emissão das demonstrações financeiras.
  - b) Uma importante concentração de atividades empresariais após a data do balanço ou a alienação de uma importante subsidiária;
  - c) O anúncio de um plano para descontinuar uma unidade operacional;
  - d) Importantes compras de ativos, classificação de ativos como detidos para venda de acordo com a NCRF 8 — Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas, outras alienações de ativos, ou expropriação de ativos importantes pelo Governo;

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

- Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos (não dão lugar a ajustamentos):
  - e) A destruição por um incêndio de uma importante instalação de produção;
  - f) O anúncio ou início do processo de uma reestruturação importante;
  - g) Importantes transações de ações ordinárias e de potenciais transações de ações ordinárias;
  - h) Alterações anormalmente grandes em preços de ativos ou taxas de câmbio;
  - i) Alterações nas taxas fiscais ou leis fiscais aprovadas ou anunciadas, que tenham um efeito significativo nos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos;

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

### NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

- Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos (não dão lugar a ajustamentos):

j) A celebração de compromissos significativos ou passivos contingentes, por exemplo, pela emissão de garantias significativas; e

k) O início de litígios importantes que provenham unicamente de acontecimentos que ocorreram após a data do balanço.

Estes acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos serão divulgados no Anexo.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

## • **ASPETOS CONTABILÍSTICOS**

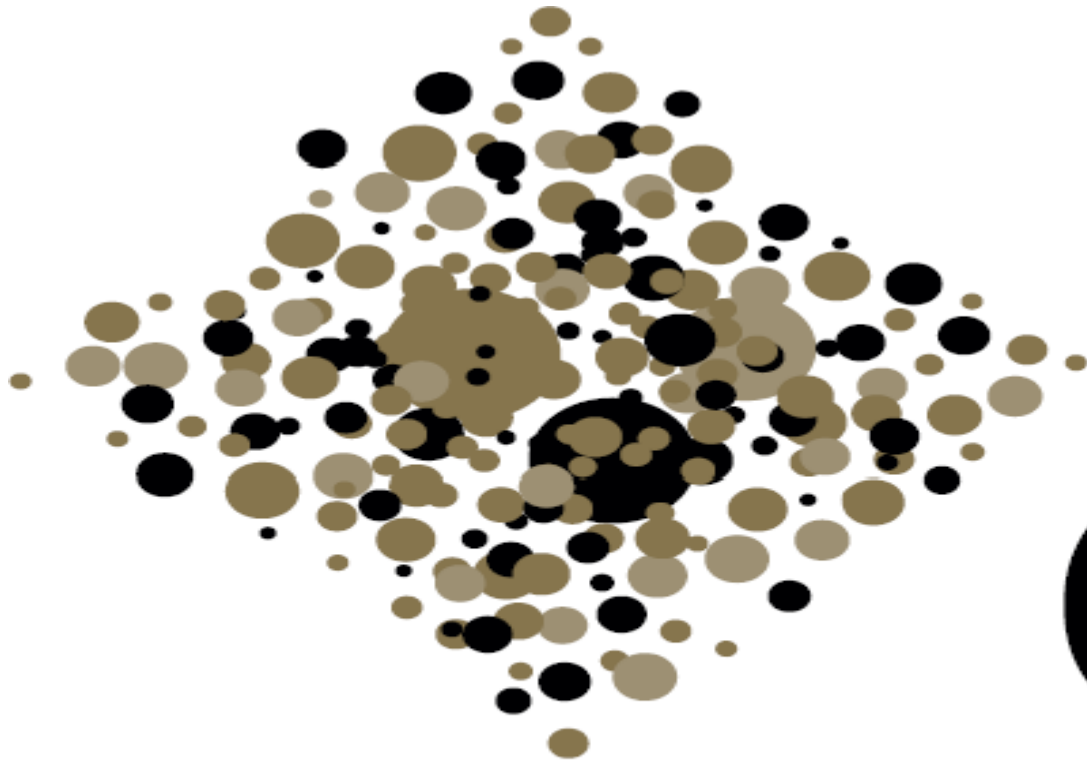
### NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

Caso Prático n.º 28 – Redução de Justo Valor de Ativo Cotado em Bolsa:

A Sociedade Aguçadoura, Lda. em 31 de dezembro de 2023 possui ações de um Clube de Futebol cotado em Bolsa. Em 31 de Janeiro de 2024 e em face dos escândalos descobertos associados a esse Clube de Futebol as ações em Bolsa diminuíram drasticamente. O Contabilista Certificado da sociedade tem dúvidas se deve atualizar a cotação das ações em 31 de dezembro de 2023, em virtude da diminuição acentuada ocorrida no início de 2024 e também em virtude das contas contabilísticas de 2023 ainda não estarem encerradas.

Solução: De acordo com a NCRF 24 este acontecimento após a data de balanço não deve ser ajustado, uma vez que se trata de um acontecimento não existente à data de balanço. O investimento em ações cotadas em bolsa, está refletido contabilisticamente a 31 de dezembro de 2023, à cotação a essa data, pelo que as variações subsequentes na cotação do título não são eventos ajustáveis.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS



**CQM**  
formação

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

- **ASPETOS FISCAIS**

## Taxas

Micro, Pequenas, Médias Empresas ou *Small Mid Cap* – Taxa 17% até 50.000 de matéria coletável

– Taxa 21% se superior a 50.000 de matéria coletável

Grandes Empresas – Taxa 21%

**Small Mid Cap ou Empresa de Pequena-Média Capitalização** – é uma empresa com menos de 500 trabalhadores (Sem condições para ser PME) – DL 81/2017.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Taxas

A aplicação da taxa de 17% está sujeita às regras de minimis, pelo que a sua utilização implica o preenchimento do campo 904-B do quadro 09 do anexo D da Modelo 22, o benefício máximo é de 2.000 €.

Redução da taxa do IRC aplicável às PME, aos primeiros € 50.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRCI)

|       |                      |   |
|-------|----------------------|---|
| 904-B | <input type="text"/> | € |
|-------|----------------------|---|



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Taxas

PME – Localizadas nas Regiões do Interior

- As PME localizadas nas regiões do interior, que exerçam a título principal uma atividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços, passaram a poder beneficiar de uma taxa de 12,5% relativamente aos primeiros **50.000 €** de matéria coletável (Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho).
- Este benefício está sujeito também às regras de minimis, não podendo o montante do benefício exceder o liminar de *minimis* e a sua utilização implica o preenchimento do campo 904-C do quadro 09 do anexo D da Modelo 22.

|  |       |
|--|-------|
| Redução de taxa - benefícios à interioridade (ex-art.º 43.º e art.º 41.º-B do EBF) | 904-C |
|--|-------|

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Taxas

PME – Localizadas nas Regiões do Interior (Art.º 41.º-B EBF)

- Aplica-se às empresas que exerçam, diretamente e a título principal, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços em territórios do interior:
  - que sejam qualificadas como micro, pequena ou média empresa ou *Small Mid Cap*;
  - exercem a atividade e ter direção efetiva nas áreas beneficiárias definidas na Portaria n.º 208/2017 de 13 de Julho;
  - Não tenham salários em atraso;
  - A empresa não resultar de cisão efetuada nos dois anos anteriores à usufruição dos benefícios;
  - A determinação do lucro tributável seja efetuada com recurso a métodos diretos de avaliação ou no âmbito do regime simplificado de determinação da matéria coletável.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Taxas

PME – Localizadas nas Regiões do Interior (Art.º 41.º-B EBF)

- De acordo com o n.º 6 do art.º 41.º-B do EBF:
  - Para determinação do lucro tributável das empresas a que se refere o n.º 1, os encargos correspondentes à criação líquida de postos de trabalho são considerados em **120% do respetivo montante**, contabilizado como custo do exercício.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Taxas

PME – Localizadas nas Regiões do Interior (Art.º 41.º-B EBF)

- A alínea a) do n.º 7 do art.º 41.º-B do EBF define “Criação líquida de postos de trabalho” como o aumento líquido do número de trabalhadores diretamente empregados na empresa, calculado pela diferença entre a média mensal do exercício em causa e a média mensal do exercício anterior.
- O n.º 8 refere que apenas são considerados os postos de trabalho referentes a **trabalhadores a tempo indeterminado** que auferam rendimentos do trabalho dependente **que residam, para efeitos fiscais, em território do interior.**

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

Prejuízos Fiscais – Art.º 52, n.º 1, 2, 3 e 8

- Com as alterações legislativas incorporadas pelo **Orçamento do Estado para 2023**, no que respeita aos prejuízos importa referir o seguinte:
  - 1 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação, nos termos das disposições anteriores, são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, **de um ou mais dos períodos de tributação posteriores** (sem limite temporal).
  - 2 – A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a **65% do respetivo lucro tributável**, não ficando, porém, prejudicada a dedução desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Prejuízos Fiscais - Reporte

Prejuízos Fiscais possíveis de utilizar com as alterações do A Preparação do Encerramento de Contas do Período de 2023:

| Período de apuramento do prejuízo | Período limite para dedução do prejuízo |            |
|-----------------------------------|---|------------|
|                                   | (OE2023)                                |            |
|                                   | PME                                     | Não PME    |
| 2014                              | Sem Limite                              | Sem Limite |
| 2015                              | Sem Limite                              | Sem Limite |
| 2016                              | Sem Limite                              | Sem Limite |
| 2017                              | Sem Limite                              | Sem Limite |
| 2018                              | Sem Limite                              | Sem Limite |
| 2019                              | Sem Limite                              | Sem Limite |
| 2020                              | Sem Limite                              | Sem Limite |
| 2021                              | Sem Limite                              | Sem Limite |
| 2022                              | Sem Limite                              | Sem Limite |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Prejuízos Fiscais

#### Caso Prático n.º 29 – Prejuízos Fiscais OE Suplementar 2020

A empresa Com Prejuízos, S.A. apresentou em 31 de dezembro de 2023 um resultado tributável positivo no montante de 100.000 euros. No entanto em anos anteriores, nomeadamente em 2017 e em 2019 a empresa obteve prejuízos fiscais no montante de 50.000 euros e 80.000 euros, respetivamente.

O Contabilista Certificado sabe que a dedução dos prejuízos fiscais aos lucros tributáveis corresponde a 65% do respetivo lucro tributável, mas tem dúvidas com a informação obtida no OE Suplementar de 2020 (majoração 10%, prejuízos de 2020 e 2021).

Pedido: É possível ajudar o Contabilista Certificado da Sociedade, determinado o cálculo da Matéria Coletável para 2023?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

- **ASPETOS FISCAIS**

## Prejuízos Fiscais

Caso Prático n.º 29 – Prejuízos Fiscais OE Suplementar 2020

Lucro Tributável Ano 2023 = 100.000

Prejuízos Fiscais Ano 2017 = -50.000

Prejuízos Fiscais Ano 2019 = -80.000 = -130.000

Limite Prejuízos Fiscais =  $65\% * 100.000 = 65.000$

Matéria Coletável =  $100.000 - 65.000 = 35.000$



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Prejuízos Fiscais

#### Caso Prático n.º 30 – Prejuízos Fiscais OE Suplementar 2020

A empresa Prejuízos Avultados, S.A. apresentou em 31 de dezembro de 2023 um resultado tributável positivo no montante de 100.000 euros. No entanto em anos anteriores, nomeadamente em 2017 e em 2020 a empresa obteve prejuízos fiscais no montante de 50.000 euros e 80.000 euros, respetivamente.

O Contabilista Certificado sabe que a dedução dos prejuízos fiscais aos lucros tributáveis corresponde a 65% do respetivo lucro tributável, mas tem dúvidas com a informação obtida no OE Suplementar de 2020 (majoração 10%, prejuízos de 2020 e 2021).

Pedido: É possível ajudar o Contabilista Certificado da Sociedade, determinado o cálculo da Matéria Coletável para 2023?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

- **ASPETOS FISCAIS**

## Prejuízos Fiscais

Caso Prático n.º 30 – Prejuízos Fiscais OE Suplementar 2020

Lucro Tributável Ano 2023 = 100.000

Prejuízos Fiscais Ano 2017 = -50.000

Prejuízos Fiscais Ano 2020 = -80.000 = -130.000

Limite Prejuízos Fiscais =  $65\% * 100.000 + 10\% * 100.000 = 75.000$

Matéria Coletável =  $100.000 - 75.000 = 25.000$

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Prejuízos Fiscais

#### Caso Prático n.º 31 – Prejuízos Fiscais OE Suplementar 2020

A empresa Terroso, Lda. apurou prejuízos fiscais em 2018 no montante de 40.000 euros, em 2019 no montante de 40.000 euros e em 2020 no montante de 20.000 euros.

No ano de 2023 a empresa Terroso apurou um Lucro Tributável de 90.000 euros.

Pedido: Qual o montante dos prejuízos dedutíveis?

Resposta: O montante dos Prejuízos Fiscais dedutíveis é de  $(\underline{65\%} * 90.000 + \underline{10\%} * 90.000) = 67.500 \text{ €}$ , ou seja, 58.500 € de 2018 e 2019 (40.000 e 18.500) e 9.000 € de 2020.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Prejuízos Fiscais

#### Caso Prático n.º 31 – Prejuízos Fiscais OE Suplementar 2020

A empresa Beiriz, Lda. apurou prejuízos fiscais em 2018 no montante de 40.000 euros, em 2019 no montante de 40.000 euros e em 2020 no montante de 7.000 euros.

No ano de 2023 a empresa Beiriz apurou um Lucro Tributável de 90.000 euros.

Pedido: Qual o montante dos prejuízos dedutíveis?

Resposta: O **limite** dos Prejuízos Fiscais dedutíveis é de  $(\underline{65\%} * 90.000 + \underline{10\%} * 90.000) = 67.500 \text{ €}$ .

**Neste caso**, pode deduzir, 58.500 € de 2018 e 2019 (40.000 e 18.500) e 7.000 € de 2020.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Tributação Autónoma

- Determinados encargos suportados ou efetuados por sujeitos passivos de IRC são objeto de tributação autónoma, tal como previstos no artigo 88.º CIRC, às taxas subsequentemente indicadas:

| Descrição  | Taxa (%) - Ano 2023    |
|--|------------------------|
| Encargos com viaturas de passageiros, viaturas ligeiras de mercadorias, motos ou motociclos  | 10% / 27,50% / 35% (1) |
| Despesas de Representação  | 10%                    |
| Despesas Não Documentadas  | 50% / 70%              |
| Pagamentos a entidades residentes em regime fiscal claramente mais favorável ou contas abertas em instituições financeiras aí residentes ou domiciliadas | 35% / 55%              |
| Ajudas de custo e compensação por deslocações em viatura própria não faturadas a clientes  | 5%                     |
| Gastos ou encargos relativos a indemnizações decorrentes da cessação de funções de gestor, administrador e gerente                                       | 35%                    |
| Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores e gerentes  | 35%                    |
| Lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total ou parcial   | 23%                    |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Tributação Autónoma

(1) A aplicação destas taxas poderá ser diminuída em determinadas situações e/ou depender do preenchimento de condições:

| Descrição                                       | Híbridas <i>Plug-in</i> e GNV (2) | Outros e GPL |
|---|-----------------------------------|--------------|
| Custo de aquisição inferior a 27.500 €          | 2,5%                              | 10%          |
| Custo de aquisição entre 27.500 e 35.000 €      | 7,5%                              | 27,50%       |
| Custo de aquisição igual ou superior a 35.000 € | 15%                               | 35%          |

(2) Viaturas Híbridas Plug-in – autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 Km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO<sub>2</sub>/km e viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) (art.º 88, n.º 18).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Tributação Autónoma

20 – Os encargos relacionados com **veículos movidos exclusivamente a energia elétrica** apenas são sujeitos a tributação, **à taxa autónoma de 10%**, caso o custo de aquisição destes veículos **exceda o definido na portaria** a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 34.º:

| Ano de Aquisição | Limite   |
|------------------|----------|
| 2011             | 45.000 € |
| 2012 a 2014      | 50.000 € |
| 2015 e seguintes | 62.500 € |

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Tributação Autónoma

- De conformidade com a Lei da Reforma do IRC, as regras constantes do artigo 88.º aplicam-se aos encargos efetuados ou suportados, independentemente da respetiva data de aquisição ou locação.
- O n.º 6 do artigo 88.º refere a Exclusão da tributação autónoma relativamente a todos os gastos relacionados com as viaturas relativamente às quais tenha sido celebrado o acordo previsto no n.º 9 da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º do Código do IRS, isto é, caso estejam em causa viaturas utilizadas por trabalhadores ou membros de órgão social no âmbito de acordo escrito entre estes e a entidade patronal, sujeitando-os a IRS.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Tributação Autónoma

- Em consequência do OE para 2017, a sujeição a tributação autónoma das despesas de representação, bem como das ajudas de custo e dos encargos pela deslocação em viatura própria do trabalhador, passou a ser independente do regime de dedutibilidade destas despesas em sede de IRC,
- pelo que tais despesas passaram a ser tributadas autonomamente, ainda que não sejam deduzidas ao lucro tributável.
- **Nota**: se o Mapa de Quilómetros não estiver bem elaborado, não é aceite em termos de gasto fiscal, mas continua sujeito a tributação autónoma.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Tributação Autónoma – Agravamento das Taxas

- De acordo com o n.º 14 do art.º 88 do CIRC, as taxas de tributação autónoma são elevadas em 10 pontos percentuais quando os sujeitos passivos apresentem prejuízo fiscal no período de tributação a que respeitem quaisquer dos factos tributários sujeitos a essas taxas no âmbito do exercício de uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola não isenta de IRC.
- Por sua vez o n.º 15 do art.º 88 do CIRC, evidencia que este agravamento das taxas não se aplica no período de início de atividade e no seguinte (PME e Não PME).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Tributação Autónoma – Agravamento das Taxas (Regime Excecional – Art.º 230.º - OE 2023)

- Estabelece-se que, nos períodos de tributação de **2022 e 2023**, o aumento de 10% nas taxas de tributação, quando o sujeito passivo tenha obtido prejuízos fiscais, **não é aplicável** (**PME e Não PME**) quando:
  - a) O sujeito passivo tenha obtido **lucro tributável em um dos três** períodos de tributação anteriores e **as obrigações declarativas** previstas nos artigos 120.º (declaração modelo 22) e 121.º (IES) do Código do IRC, relativas aos dois períodos de tributação anteriores, tenham **sido cumpridas** nos termos neles previstos.
  - b) Estes correspondam ao período de tributação de **início de atividade ou a um dos dois** períodos seguintes.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Tributação Autónoma

#### Caso Prático n.º 32 – Tributação Autónoma:

A empresa Sol Posto, S.A., qualificada como PME, certificado IAPMEI, apresenta em 2023 um prejuízo fiscal. A empresa em anos anteriores obteve também prejuízo fiscal, nomeadamente, nos anos de 2021 e 2022, tendo obtido um lucro tributável no ano de 2020.

A empresa entregou as declarações fiscais Modelo 22 e IES relativas aos períodos de 2021 e 2022 atempadamente, ou seja, dentro de prazo legal, no entanto teve necessidade de substituir a Modelo 22 de 2022, posteriormente, tendo entregue a mesma fora de prazo. O Contabilista Certificado tem dúvidas se a empresa poderá em 2023 beneficiar do Não Agravamento da Tributação Autónoma, pelo que questiona-o a si, enquanto estudioso destas temáticas. É possível ajudar o Contabilista Certificado?

Solução: No período de 2023 não se aplica o agravamento da Tributação Autónoma.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

- **ASPETOS FISCAIS**

## Tributação Autónoma

### Caso Prático n.º 33 – Tributação Autónoma:

A empresa Beiriz, S.A. adquiriu uma viatura ligeira de passageiros em janeiro de 2023 por 50.000 euros, tendo o Contabilista Certificado calculado e contabilizado a depreciação do período no montante de  $25\% * 50.000$  euros = 12.500 euros. O Contabilista Certificado sabe que apenas é aceite fiscalmente o gasto suportado com a depreciação da viatura até ao montante de  $25\% * 25.000$  euros = 6.250 euros. Apenas tendo dúvidas no cálculo da tributação autónoma relativa a este gasto.

Pedido: É possível ajudar o Contabilista Certificado da Sociedade, considerando que a Sociedade apresentou lucro tributável em 2023?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

- **ASPETOS FISCAIS**

## Tributação Autónoma

Caso Prático n.º 33 – Tributação Autónoma:

Resolução:

Taxa de Tributação autónoma a aplicar = 35 % (viatura preço de aquisição superior a 35.000)

Tributação autónoma = 35 % \* 12.500 = 4.375 euros.

**Nota:** O cálculo da tributação autónoma é efetuada sobre os encargos efetuados ou suportados e não pelos fiscalmente aceites.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Tributação Autónoma

#### Caso Prático n.º 34 – Tributação Autónoma:

A empresa Amorim, S.A. adquiriu uma viatura ligeira de passageiros movida exclusivamente a energia elétrica, em janeiro de 2022 por 75.000 euros, tendo o Contabilista Certificado calculado e contabilizado os encargos suportados com esta viatura em 2023 no montante de 20.000 euros. O Contabilista Certificado em 2022 não efetuou qualquer cálculo relativo a tributação autónoma com os encargos desta viatura, mas com as alterações do Orçamento Estado para 2023 tem dúvidas no cálculo da tributação autónoma relativa aos encargos suportados com esta viatura neste ano.

Pedido: É possível ajudar o Contabilista Certificado da Sociedade, considerando que a Sociedade apresentou lucro tributável em 2023?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

- **ASPETOS FISCAIS**

## Tributação Autónoma

Caso Prático n.º 34 – Tributação Autónoma:

Resolução:

Taxa de Tributação autónoma a aplicar = 10 % (viatura preço de aquisição superior a 62.500)

Tributação autónoma = 10 % \* 20.000 = 2.000 euros.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Tributação Autónoma

Caso Prático n.º 35 – Remuneração em Espécie – Não Tributação Autónoma:

A empresa Navais, S.A. adquiriu em dezembro de 2021, uma viatura ligeira de passageiros movida a gasóleo, cujo custo de aquisição foi de 40.000 euros e celebrou com o seu Gerente um acordo escrito reportado a 01 de janeiro de 2023 para a utilização desta mesma viatura, durante todo o ano de 2023.

O Contabilista Certificado tem dúvidas se deve proceder ao cálculo da tributação autónoma em 2023 e também no cálculo da Remuneração em Espécie a imputar ao Gerente.

Pedido: É possível ajudar o Contabilista Certificado da Sociedade?

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Tributação Autónoma

Caso Prático n.º 35 – Tributação Autónoma:

Resolução:

Remuneração em Espécie – Art.º 24, n.º 5, n.º 6 e n.º 7 do CIRS

Remuneração em Espécie Anual = 0,75% \* Valor de mercado da Viatura (Portaria n.º 383/2003) \* N.º de Meses de Utilização

$$= 0,75\% * (100\% - 20\%) * 40.000 * 12 = 2.880 \text{ euros}$$

A Sociedade não paga Tributação autónoma relativamente a esta viatura em virtude de ter sido celebrado um acordo escrito entre o gerente e a entidade patronal.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Benefícios Fiscais

Os benefícios fiscais podem assumir duas naturezas, a saber:

- Dedução à Matéria Coletável
  - Incentivo à Capitalização das Empresas - ICE
  - Incentivo à Valorização Salarial - IVS
  - Donativos
  - Apoios Extraordinários
- Dedução à Coleta
  - Regime fiscal de apoio ao investimento - RFAI
  - Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial - SIFIDE

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Benefícios Fiscais – Donativos (Art. 61.º a 66.º do EBF)

- Para efeitos fiscais, os donativos constituem entregas em dinheiro ou em espécie, concedidos sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial, às entidades públicas ou privadas, previstas nos artigos seguintes, cuja atividade consista predominantemente na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva ou educacional.
- Os donativos de montante superior a 200 € devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação dos mecenas (transferência bancária, cheque nominativo, débito direto ou multibanco).
- Os benefícios fiscais para sujeitos passivos de IRC, encontram-se descritos no art.º 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Neste artigo são descritas o tipo de donativos, o limite fiscal para serem aceites, bem como as majorações.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Benefícios Fiscais – Donativos

- O art.º 325 da Lei do OE2022, evidencia que são considerados gastos do período o donativo concedido à Fundação Jornada Mundial da Juventude - Lisboa 2023, majorando o mesmo para 140% em IRC e na categoria B do IRS.
- Os donativos concedidos a Igrejas, Instituições Religiosas e Pessoas de Fins Não Lucrativos e pertencentes a confissões religiosas ou por elas instituídas não são considerados como gasto fiscal em IRC.
- Os donativos concedidos a Partidos Políticos não são considerados como gasto fiscal em IRC.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Benefícios Fiscais – Medida de apoio ao Transporte Rodoviário de Passageiros e de Mercadorias

- O Art.º do 70 EBF evidencia que os gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos são **dedutíveis em 120% do respetivo montante**.
- Este benefício fiscal não é aplicável aos gastos suportados com a aquisição de combustíveis que tenham beneficiado do regime de reembolso parcial para gasóleo profissional.
- Vigência do benefício até 31 de dezembro de 2026 (art.º 3 da Lei 84/2021, de 06/12)

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF**

- A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, aditou um novo benefício denominado Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização das Empresas (ICE), previsto no art.º 43-D do EBF.
- Em 17 de maio de 2023, através da Lei n.º 20/2023, foram introduzidas alterações e esclarecimentos sobre o benefício fiscal.

## OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

### REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

- 1 – Na **determinação do lucro tributável** das sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, e demais pessoas coletivas de direito público ou privado com sede ou direção efetiva em território português pode ser deduzida uma importância correspondente à aplicação da taxa de 4,5% ao montante dos aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis.
- 2 – A taxa prevista no número anterior **é majorada em 0,5 pontos percentuais** caso o sujeito passivo se qualifique como **micro, pequena ou média empresa ou empresa de pequena-média capitalização (Small Mid Cap)**, de acordo com os critérios previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro.



## OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

### **REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF**

- 3 – Para efeitos da dedução prevista no n.º 1, o montante dos  **aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis**  deve ser apurado por referência ao somatório dos valores apurados no próprio exercício e em cada um dos nove períodos de tributação anteriores, considerando-se que o montante dos aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis corresponde a zero nas situações em que o resultado dessa soma algébrica for negativo.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

- 4 – A dedução prevista nos números anteriores não pode exceder, em cada período de tributação, o maior dos seguintes limites:
  - a) 2 000 000 €; ou
  - b) 30% do resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento líquidos e impostos, nos termos do artigo 67.º do Código do IRC (EBITDA Fiscal).
- 5 – A parte da dedução que exceda o limite previsto na alínea **b)** do número anterior é dedutível na determinação do lucro tributável de um ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores, após a dedução relativa a esse mesmo período, com os limites previstos no número anterior.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

- 6 – Sem prejuízo do disposto no n.º 8, para efeitos do presente regime considera-se:

### a) Aumentos de capitais próprios elegíveis:

i) **As entradas realizadas em dinheiro** no âmbito da constituição de sociedades ou do aumento do capital social da sociedade beneficiária;

ii) As entradas em espécie realizadas no âmbito de aumento do capital social **que correspondam à conversão de créditos em capital;**

iii) Os **prémios de emissão** de participações sociais;

iv) A aplicação dos lucros contabilísticos passíveis de distribuição, **de acordo com a legislação comercial**, em resultados transitados ou, diretamente, em reservas ou no aumento do capital;

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

- 6 – Sem prejuízo do disposto no n.º 8, para efeitos do presente regime considera-se:
- b) **Aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis**, a diferença, positiva ou negativa, entre:
  - i) Os aumentos dos capitais próprios elegíveis; e,
  - ii) **As saídas**, em dinheiro ou em espécie, a favor dos titulares do capital, a título de redução do mesmo ou de partilha do património, e as distribuições de reservas ou resultados transitados.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º

### 43.º-D EBF

- 7 – O disposto no presente artigo aplica-se **exclusivamente** aos sujeitos passivos que, no exercício em causa, exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e que preencham, **cumulativamente, as seguintes condições**:
  - a) Não sejam entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, nem sucursais em Portugal de instituições de crédito, de outras instituições financeiras ou de empresas de seguros;
  - b) Disponham de contabilidade regularmente organizada, de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade;

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D EBF**

- 7 – O disposto no presente artigo aplica-se **exclusivamente** aos sujeitos passivos que, no exercício em causa, exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e que preencham, **cumulativamente, as seguintes condições**:
  - c) O seu lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos; e
  - d) Tenham a situação fiscal e contributiva regularizada.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

- 8 – Para efeitos do presente regime não são considerados os aumentos de capitais próprios elegíveis que resultem de:

a) Entradas realizadas em dinheiro, no âmbito da constituição de sociedades ou do aumento do capital da sociedade beneficiária, que sejam financiadas por aumentos de capitais próprios elegíveis na esfera de outra entidade;

b) Entradas realizadas em dinheiro, no âmbito da constituição de sociedades ou do aumento do capital da sociedade beneficiária por entidade com a qual o sujeito passivo esteja em situação de relações especiais que sejam financiadas através de mútuos concedidos pelo próprio sujeito passivo ou por outra entidade com a qual essa entidade e o sujeito passivo estejam em situação de relações especiais;

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

- 8 – Para efeitos do presente regime não são considerados os aumentos de capitais próprios elegíveis que resultem de:
  - c) Entradas realizadas em dinheiro, no âmbito da constituição de sociedades ou do aumento do capital da sociedade beneficiária, por uma entidade que não seja residente para efeitos fiscais noutro Estado-Membro da União Europeia ou no Espaço Económico Europeu ou noutro Estado ou jurisdição com o qual esteja em vigor convenção para evitar a dupla tributação internacional, acordo bilateral ou multilateral que preveja a troca de informações para fins fiscais.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF**

- 9 – Para efeitos do apuramento a que se refere o n.º 3, apenas se consideram os aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis verificados nos períodos de tributação **que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.**

**Período de vigência da dedução será no próprio ano e nos nove anos seguintes (10 anos), com início em 2023.**

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF**

- O cálculo do benefício deverá ser efetuado por recurso a **uma conta-corrente** em que é considerado o somatório dos valores dos aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis apurados no próprio ano e em cada um dos nove períodos de tributação anteriores, relevando apenas os que se verifiquem nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 e considerando-se que, para efeitos da dedução a que se refere o n.º 1 do artigo 43.º-D do EBF, o montante dos aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis correspondente a zero nas situações em que desse somatório resulte uma diferença negativa. (Ofício Circulado n.º 20261 de 16 de outubro de 2023, ponto 6)

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

- O regime não determina que a entidade considere a totalidade dos **lucros contabilísticos passíveis de distribuição** no âmbito do referido benefício fiscal, **podendo apenas aplicar** (em resultados transitados, diretamente em reservas ou no aumento do capital) **parte desses** lucros e distribuir os restantes. (Ofício Circulado n.º 20261 de 16 de outubro de 2023, ponto 10)
- Note-se, no entanto, que uma vez aplicados esses lucros em resultados transitados, em reservas ou no aumento de capital, a sua posterior distribuição a favor dos titulares do capital, consubstancia uma “saída” a considerar para efeitos do apuramento dos “aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis” e, conseqüentemente, da dedução a que se refere o n.º 2 do artigo 43.º-D do EBF. (Ofício Circulado n.º 20261 de 16 de outubro de 2023, ponto 12)

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

- Haverá que ter em consideração que no âmbito do presente benefício apenas são de considerar os **lucros contabilísticos “passíveis de distribuição”**, pelo que, para o efeito, deverá considerar-se o que determina a **legislação comercial** aplicável quanto a esta matéria, designadamente, o que se encontra estatuído nos **artigos 32.º e 33.º** do Código das Sociedades Comerciais. (Ofício Circulado n.º 20261 de 16 de outubro de 2023, ponto 15)
- A referência a “aplicação” dos lucros reporta-se ao período em que a **aplicação é efetivamente efetuada/contabilizada**, isto é, ao período em que, após a deliberação, ocorre a aplicação em resultados transitados ou, diretamente, em reservas ou no aumento do capital, (Ofício Circulado n.º 20261 de 16 de outubro de 2023, ponto 17)

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

### Norma Transitória

- Para efeitos deste benefício fiscal apenas se consideram os aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis verificados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 01 de janeiro de 2023. Sendo que, **considera-se como primeiro lucro contabilístico abrangido o lucro do período de 2022**, cuja deliberação e correspondente aplicação, em resultados transitados ou, diretamente, em reservas ou no aumento do capital, ocorra no período de tributação que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023.
- **Não são considerados** os aumentos de capital efetuados com recurso aos lucros gerados no período de tributação com início em 2022 **que tenham beneficiado** do regime da remuneração convencional do capital.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF**

- O Incentivo à Capitalização das Empresas não se encontra abrangido pela regra auxílios de minimis;
- Não está sujeito à aplicação da limitação ao resultado da liquidação previsto no art.º 92, n.º 2, alínea i) do CIRC.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF**

- Caso Prático n.º 36 – Incentivo à capitalização das empresas

A empresa Onda Azul, Lda., foi constituída em 2023 e os sócios subscreveram e realizaram o capital social no montante de 200.000 €. A Sociedade é classificada como PME.

Qual o valor do benefício fiscal potencial global?

Resolução:

**CQM**  
formação

- $5\% * 200.000 \text{ €} = 10.000 \text{ €}$  - a deduzir ao Lucro tributável nos exercícios de 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031 e 2032

[Poupança Fiscal no cômputo dos dez anos =  $10.000 * 10 \text{ anos} * (21\% + 1,5\%) = \underline{22.500 \text{ €}.}$ ]

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF**

- Caso Prático n.º 37 – Incentivo à capitalização das empresas

A empresa Mar Sem Ondas, Lda., classificada como *Small Mid Cap*, foi constituída em 2023 e os sócios subscreveram e realizaram o capital social no montante de 1.000.000 €. A Sociedade no final de 2023 apresentou um Resultado Líquido do Período negativo de 200.000 euros.

O Contabilista Certificado tem dúvidas se a entidade pode beneficiar da aplicação do ICE em 2023 e se sim qual o montante do benefício fiscal a deduzir no quadro 07 da Modelo22 de 2023 e poupança fiscal?

### Resolução:

- $5\% * 1.000.000 = 50.000 \text{ €}$  - a deduzir ao Lucro tributável nos exercícios de 2023

[Poupança Fiscal em 2023 =  $50.000 * (21\% + 1,5\%) = \underline{11.250 \text{ €}}$ .]



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF**

- Caso Prático n.º 38 – Incentivo à capitalização das empresas

A empresa Mar Com Ondas, Lda., classificada como Microentidade apresentou no exercício de 2022 um Resultado Líquido Positivo de 50.000 euros.

Da aplicação dos Resultados aprovados em Assembleia Geral em 30 de março de 2023 e de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, foi deliberada a seguinte aplicação dos Resultados:

- 30.000 euros para cobertura de prejuízos;
- 1.000 euros para reforço da reserva legal;
- 19.000 euros para reservas livres.

Sobre que montantes poderá incidir o benefício e qual o montante do benefício fiscal em 2023, sabendo que a entidade não beneficiou da Remuneração Convencional do Capital Social?

### Resolução:

- Reservas Livres =  $5\% * 19.000 = 950 \text{ €}$  - a deduzir ao Lucro tributável nos exercícios de 2023

[Poupança Fiscal em 2023 =  $950 * (21\% + 1,5\%) = \underline{213,75 \text{ €}}$ ]

A Preparação do Encerramento de Contas do Período de 2023

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## REGIME FISCAL DE INCENTIVO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS - Art.º 43.º-D do EBF

- Exemplo Prático – Ofício Circulado n.º 20261, de 16/10/2023 – Incentivo à capitalização das empresas

Montante passível de ser deduzido ao lucro tributável de 2026 de um sujeito passivo PME, tendo por base de informação os aumentos líquidos de 2026, 2025, 2024 e 2023:

| Período de Tributação | Aumentos dos CP-<br>alínea a) do<br>n.º 6 do<br>artigo 43.º-D<br>do EBF | Saídas/reduções<br>dos CP -<br>subalínea ii) da<br>alínea b) do n.º 6<br>do artigo 43.º-D<br>do EBF | Aumentos<br>líquidos dos<br>CP elegíveis<br>do período | Somatório dos<br>aumentos<br>líquidos dos CP<br>elegíveis do<br>próprio período<br>e dos nove<br>anteriores) | Dedução<br>(SP é uma<br>PME)* |
|-----------------------|---|---|--|--|-------------------------------|
|                       | [1]   | [2]   | [1] – [2] = [3]  | [4]  | 5%*[4]=[5]                    |
| 2023                  | 100   | 500   | -400   | -400   | 5%*0=0                        |
| 2024                  | 1000  | 400   | 600  | 200  | 5%*200=10                     |
| 2025                  | 200   | 100   | 100  | 300  | 5%*300=15                     |
| 2026                  | 0   | 0   | 0  | 300  | 5%*300=15                     |

\*Sem prejuízo da aplicação dos limites a que se refere o n.º 4 do artigo 43.º-D do EBF.

A Preparação do Encerramento de Contas do Período de 2023

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **INCENTIVO FISCAL À VALORIZAÇÃO SALARIAL - Art.º 19.º-B do EBF**

- A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o A Preparação do Encerramento de Contas do Período de 2023, aditou um novo benefício denominado Incentivo Fiscal à Valorização Salarial, previsto no art.º 19-B do EBF.
- Em 14 de setembro de 2023, foi publicado o Ofício Circulado n.º 20260/2023, onde foram introduzidas alterações e esclarecimentos sobre o benefício fiscal.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **INCENTIVO FISCAL À VALORIZAÇÃO SALARIAL - Art.º 19.º-B do EBF**

- 1 – Para a determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC e dos sujeitos passivos de IRS com contabilidade organizada, os encargos correspondentes ao aumento determinado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho dinâmica relativos a **trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado** são **considerados em 150%** do respetivo montante, contabilizado como custo do exercício.
- 2 – Estão excluídos do presente regime os sujeitos passivos relativamente aos quais se verifique um aumento do leque salarial dos trabalhadores face ao exercício anterior.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## INCENTIVO FISCAL À VALORIZAÇÃO SALARIAL - Art.º 19.º-B do EBF

- Considerações Gerais (Ofício Circulado n.º 20260/2023):
  - O benefício fiscal ora introduzido prevê a majoração, em 50% dos encargos (remuneração fixa e contribuições para a segurança social) que excedam a remuneração mínima mensal garantida, suportados pela entidade empregadora, quando se verifique aumento salarial de pelo menos 5,1%, no ano de 2023, face ao último dia do período de tributação anterior e respeitem a trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado.
  - O aumento salarial de pelo menos 5,1% **tem de ser determinado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) dinâmica**, ou seja, tem de ser determinado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho outorgado ou renovado há menos de três anos.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **INCENTIVO FISCAL À VALORIZAÇÃO SALARIAL - Art.º 19.º-B do EBF**

- Considerações Gerais (Ofício Circulado n.º 20260/2023):
  - A título exemplificativo, a remuneração fixa compreende o ordenado ou salário base auferido pelo trabalhador, o subsídio de férias e de natal, as diuturnidades e as remunerações acessórias a que o trabalhador tenha direito em termos fixos. Poderão estar nestas circunstâncias, designadamente, o abono para falhas e o subsídio de refeição que excedam os limites legais;
  - Quando esteja em causa um sujeito passivo que tenha ao seu serviço trabalhadores a tempo parcial, deve ser considerado o montante que, proporcionalmente, corresponde ao montante da remuneração fixa do trabalhador caso este trabalhasse a tempo completo.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **INCENTIVO FISCAL À VALORIZAÇÃO SALARIAL - Art.º 19.º-B do EBF**

- Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho - IRCT (Ofício Circulado n.º 20260/2023):
  - São suscetíveis de integrar o conceito de IRCT dinâmica qualquer tipologia de IRCT negocial, designadamente: a convenção coletiva (contrato coletivo, acordo coletivo ou acordo de empresa), acordo de adesão e decisão arbitral em processo de arbitragem voluntária.
  - Integra o conceito de IRCT dinâmica a Portaria de Extensão;
  - Excluídos do conceito de IRCT dinâmica os seguintes IRCT não negociais: a Portaria de Condições de Trabalho e a decisão arbitral em processo de arbitragem obrigatória ou necessária.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## INCENTIVO FISCAL À VALORIZAÇÃO SALARIAL - Art.º 19.º-B do EBF

- Encargos correspondentes **ao aumento determinado por IRCT** dinâmica (Ofício Circulado n.º 20260/2023):
  - Para efeitos de elegibilidade dos aumentos salariais, são considerados:
    - a) aumentos salariais individualmente considerados, por trabalhador;
    - b) aumentos em, pelo menos, 5,1%, no ano de 2023, da remuneração do trabalhador que estejam previstos em IRCT outorgado ou renovado há menos de três anos (existência de IRCT dinâmica aplicável àquela relação contratual que promova aumentos salariais em percentagem igual ou superior a 5,1%, no ano de 2023).



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **INCENTIVO FISCAL À VALORIZAÇÃO SALARIAL - Art.º 19.º-B do EBF**

- Noção de Leque Salarial (Ofício Circulado n.º 20260/2023):
  - Rácio entre a parcela da remuneração base dos 10% de trabalhadores mais bem remunerados em relação ao total e a parcela de remuneração base dos 10% de trabalhadores menos bem remunerados em relação ao total, deve ser interpretada no quadro do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade que está na sua génese.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **INCENTIVO FISCAL À VALORIZAÇÃO SALARIAL - Art.º 19.º-B do EBF**

- Noção de Leque Salarial (Ofício Circulado n.º 20260/2023):
  - Rácio entre a parcela da remuneração base dos 10% de trabalhadores mais bem remunerados em relação ao total e a parcela de remuneração base dos 10% de trabalhadores menos bem remunerados em relação ao total, deve ser interpretada no quadro do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade que está na sua génese.
  - Apurada no último dia dos períodos de tributação dos exercícios em causa, ou seja, em 31 de dezembro de cada período;
  - Deve ser considerados Todos os Trabalhadores ao Serviço da Entidade, independentemente do vínculo laboral.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **INCENTIVO FISCAL À VALORIZAÇÃO SALARIAL - Art.º 19.º-B do EBF**

- 5 – O montante máximo dos encargos majoráveis, por trabalhador, é o correspondente a quatro vezes a retribuição mínima mensal garantida, ou seja, **3.040** euros.
- 6 – Para efeitos do disposto no n.º 1, não são considerados:
  - a) Os trabalhadores que integrem o agregado familiar da entidade patronal;
  - b) Os membros de órgãos sociais do sujeito passivo de IRC;
  - c) Os trabalhadores que detenham direta ou indiretamente uma participação não inferior a 50% do capital social ou dos direitos de voto do sujeito passivo de IRC.
- Este benefício tem aplicabilidade até 31 de dezembro de 2026.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## APOIO A ENCARGOS COM ELETRICIDADE E GÁS - (Regime Extraordinário)

- 1 - Para efeitos de determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC residentes que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, dos sujeitos passivo de IRC não residentes com estabelecimento estável e dos sujeitos passivos de IRS com contabilidade organizada (categoria B), **podem ser majorados em 20% os gastos e perdas** previstos nos números seguintes.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se elegíveis os gastos e perdas incorridos ou suportados referentes a **consumos de eletricidade e gás natural na parte em que excedam os do período de tributação anterior**, deduzidos de eventuais apoios recebidos nos termos do Decreto -Lei n.º 30 -B/2022, de 18 de abril.
- 3 - A majoração a que se refere o n.º 1 é aplicável ao período de tributação que se inicie **em ou após 1 de janeiro de 2022.**

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **APOIO A ENCARGOS COM ELETRICIDADE E GÁS - (Regime Extraordinário) – Proposta do OE2024**

- Esta majoração do Apoio ficou sujeita à limitação prevista no artigo 92.º do CIRC – “Resultado da liquidação”.
- Pelo que, a disposição transitória prevista na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2024, propõe que a majoração relativa a este regime extraordinário de apoio a encargos suportados com eletricidade e gás que, por ultrapassar o limite previsto no n.º 1 do artigo 92.º do CIRC, não pôde ser usufruída nos períodos de tributação que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2022 e 1 de janeiro de 2023, possa ser considerada para efeitos de apuramento do resultado tributável até ao décimo segundo período de tributação seguinte.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **APOIO A ENCARGOS COM ELETRICIDADE E GÁS - (Regime Extraordinário)**

Casos Práticos de Aplicação n.º 39 – Apoio Eletricidade e Gás:

A empresa Inovação, Lda. teve de gastos com consumos de eletricidade e gás em 2022 o montante de 150.000 €. No ano de 2023 em face dos aumentos de preços esta empresa teve de gastos com consumos de eletricidade e gás o montante de 350.000 €.

A coleta de IRC prevista para 2023, sem este apoio, cifra-se em 500.000 euros.

Pedido: O Contabilista Certificado da empresa tem dúvidas sobre o Apoio Extraordinário a aplicar, pelo que solicita-lhe ajuda.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **APOIO A ENCARGOS COM ELETRICIDADE E GÁS - (Regime Extraordinário)**

Casos Práticos de Aplicação n.º 39 – Apoio Eletricidade e Gás:

Resolução:

- Consumos de Eletricidade e Gás em 2022 = 150.000
- Consumos de Eletricidade e Gás em 2023 = 350.000
- Acréscimos de Consumo =  $350.000 - 150.000 = 200.000$

Majoração =  $200.000 * 20\% = \mathbf{40.000 \text{ €}}$  (a deduzir ao apuramento do lucro tributável)

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## **APOIO A ENCARGOS COM ELETRICIDADE E GÁS - (Regime Extraordinário)**

- 4 - No caso de sujeitos passivos que **iniciem a atividade** durante o período de tributação com **início em ou após 1 de janeiro de 2021** os gastos e perdas incorridos a considerar para efeitos dos números anteriores **devem ser proporcionais** ao período de atividade do sujeito passivo nesse ano.
- 5 - Excluem-se do disposto no n.º 1 os sujeitos passivos que desenvolvam atividades económicas que gerem, pelo menos, 50% do volume de negócios no domínio da:
  - a) Produção, transporte, distribuição e comércio de eletricidade ou gás; ou
  - b) Fabricação de produtos petrolíferos, refinados ou a partir de resíduos, e de aglomerados de combustíveis.
- 6 - O benefício fiscal previsto nos números anteriores **não pode ser cumulado com outros apoios** ou incentivos de qualquer natureza relativamente aos mesmos gastos e perdas elegíveis.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## APOIO A ENCARGOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - (Regime Extraordinário)

- 1 - Para efeitos de determinação do lucro tributável, relativo aos períodos de tributação com **início em 2022 e 2023**, dos sujeitos passivos de IRC residentes que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, dos sujeitos passivos de IRC não residentes com estabelecimento estável e dos sujeitos passivos de IRS com contabilidade organizada (categoria B), podem ser **majorados em 40%** os gastos e perdas incorridos ou suportados pelo sujeito passivo referentes à aquisição dos seguintes bens (líquidos de apoios já atribuídos), quando utilizados no âmbito das atividades de produção agrícola:
  - a) Adubos, fertilizantes e corretivos orgânicos e minerais;
  - b) Farinhas, cereais e sementes, incluindo misturas, resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, e quaisquer outros produtos próprios para alimentação de gado, aves e outros animais, referenciados no *Codex Alimentarius*, independentemente da raça e funcionalidade em vida, destinados à alimentação humana;
  - c) Água para rega;
  - d) Garrafas de vidro.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## APOIO A ENCARGOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - (Regime Extraordinário)

- 2 - A majoração a que se refere o número anterior é aplicável ao período de tributação que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2022.
- 3 - O benefício fiscal previsto nos números anteriores está sujeito às regras de auxílios de *minimis* (montante máximo **20.000 euros** pelo período de 3 anos – Regulamento 2019/316, de 21 de fevereiro)

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Benefícios Fiscais – Lei n.º 21/2021, de 20 de abril

- Prorrogação de benefícios fiscais e medida extraordinária no âmbito do regime fiscal do reinvestimento em sede de IRC:
  - Relativamente ao RFAI e SIFIDE, este diploma estabelece uma suspensão de prazos para efeitos do reporte das respetivas dotações em sede de RFAI e SIFIDE, desconsiderando os períodos de 2020 e 2021 (ou seja, mais dois anos de reporte). (art.º 6 da Lei n.º 21/2021)
- Esta alteração tem efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2020.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Benefícios Fiscais – RFAI

#### **Art.º 23.º, n.º 1, al. a), ponto 1, i) – Alteração OE2023**

- 1 – No caso de investimentos realizados em regiões elegíveis no termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 107.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia constantes na tabela prevista no n.º 1 do artigo 43.º:

i) **30% das aplicações relevantes**, relativamente ao investimento realizado até ao montante de 15 000 000 €.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Benefícios Fiscais – RFAI

#### • Taxas Máximas de Auxílio

| Código NUTS   | Nome da região NUTS        | Intensidade máxima de auxílio | Código NUTS  | Nome da região NUTS                    | Intensidade máxima de auxílio |
|---|----------------------------|-------------------------------|--|--|-------------------------------|
| <b>1) Regiões elegíveis para auxílio nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da</b> |                            |                               | <b>2) Regiões elegíveis para auxílio nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da</b>  |  |                               |
| PT11  | Norte                      | 30%                           | PT150  | Algarve (parcial)                      | 15%                           |
| PT16  | Centro (PT)                |                               | Apenas as seguintes partes da região NUTS 3 são elegíveis :<br>São Brás de Alportel, Alferce, Boliqueime, Cachopo, Ferreiras, Loulé (São Clemente), Loulé (São Sebastião), Mexilhoeira Grande, Monchique, Paderne, Pechão, Quelfes, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra, União das freguesias de Algoz e Tunes, União das freguesias de Conceição e Estoi, Vaqueiros.                          |  |                               |
| PT16B   | Oeste                      | 30%                           |  |  |                               |
| PT16D   | Região de Aveiro           | 30%                           |  |  |                               |
| PT16E   | Região de Coimbra          | 30%                           |  |  |                               |
| PT16F   | Região de Leiria           | 30%                           |  |  |                               |
| PT16G   | Viseu Dão Lafões           | 30%                           |  |  |                               |
| PT16H   | Beira Baixa                | 30%                           |  |  |                               |
| PT16I   | Médio Tejo                 | 30%                           |  |  |                               |
| PT16J   | Beiras e Serra da Estrela  | 40%                           | PT170  | Área Metropolitana de Lisboa (parcial) | 15%                           |
| PT18  | Alentejo                   |                               | Apenas as seguintes partes da região NUTS 3 são elegíveis:<br>Alcochete, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Moita, Pinhal Novo, Quinta do Anjo, Sado, São Francisco, União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia, União das freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, União das freguesias de Palhais e Coima, União das freguesias de Pegões, União das freguesias de Poceirão e Marateca. |  |                               |
| PT181   | Alentejo Litoral           | 30%                           |  |  |                               |
| PT184   | Baixo Alentejo             | 30%                           |  |  |                               |
| PT185   | Lezíria do Tejo            | 30%                           |  |  |                               |
| PT186   | Alto Alentejo              | 40%                           |  |  |                               |
| PT187   | Alentejo Central           | 30%                           |  |  |                               |
| PT20  | Região Autónoma dos Açores | 50%                           |  |  |                               |
| PT30  | Região Autónoma da Madeira | 40%                           |  |  |                               |

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Benefícios Fiscais – RFAI

## **Ofício Circulado n.º 20259, de 28-06-2023 – IRC – RFAI – Criação e Manutenção de Postos de Trabalho**

- O RFAI exige a criação de postos de trabalho diretamente conexos com o investimento em causa, tendo esses mesmos postos de trabalho de ser mantidos durante o período mínimo de detenção dos bens objeto de investimento nos termos da alínea c) do n.º 4 do art.º 22 do CFI.
- O Ofício Circulado vem esclarecer que “o RFAI quanto à criação de postos de trabalho, proporcionados por um determinado investimento, bem como quanto à respetiva manutenção, terá, **em simultâneo**, de se **verificar um aumento líquido do número de trabalhadores no estabelecimento.**

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Benefícios Fiscais – SIFIDE

- O Capítulo V do Código Fiscal do Investimento estabelece as regras aplicáveis relativamente ao Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE).
- O SIFIDE visa apoiar as atividades de Investigação e de Desenvolvimento, relacionadas com a criação ou melhoria de um produto, de um processo, de um programa ou de um equipamento, que apresentem uma melhoria substancial e que não resultem apenas de uma simples utilização do estado atual das técnicas existentes.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

- **ASPETOS FISCAIS**

## Benefícios Fiscais – SIFIDE

- No âmbito deste incentivo consideram-se:
  - Despesas de investigação, as realizadas pelo sujeito passivo de IRC com vista à aquisição de novos conhecimentos científicos ou técnicos;
  - Despesas de desenvolvimento, as realizadas pelo sujeito passivo de IRC através da exploração de resultados de trabalhos de investigação ou de outros conhecimentos científicos ou técnicos com vista à descoberta ou melhoria substancial de matérias-primas, produtos, serviços ou processos de fabrico.



# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Benefícios Fiscais – SIFIDE

- Os sujeitos passivos de IRC, deverão preencher cumulativamente as seguintes condições para poderem beneficiar do incentivo:
  - Ter despesas de investigação e desenvolvimento não comparticipadas a fundo perdido;
  - O seu lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos;
  - Não sejam devedores ao Estado e à Segurança Social de quaisquer impostos ou contribuições ou tenham o pagamento devidamente assegurado.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Benefícios Fiscais – SIFIDE

- O SIFIDE permite deduzir ao montante da coleta de IRC apurado, e até à sua concorrência (100%), o valor correspondente às despesas com investigação e desenvolvimento, na parte que não tenha sido objeto de comparticipação financeira do Estado a fundo perdido, realizadas nos períodos de tributação com início entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2025, numa dupla percentagem:
  - Taxa de base – 32,5% das despesas realizadas naquele período;
  - Taxa incremental – 50% do aumento da despesa face à média dos dois anos anteriores (limite máximo de 1.500.000 €).
- Para as empresas que se enquadrem na categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME), que ainda não completaram dois exercícios e não beneficiaram da Taxa Incremental, aplica-se uma majoração de 15% à taxa Base (47,5%).

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • ASPETOS FISCAIS

### Benefícios Fiscais – SIFIDE

- O Orçamento do Estado para 2021 no art.º 37 alínea f) do CFI, evidencia que se considera dedutível para efeitos do SIFIDE a Participações no capital de investigação e desenvolvimento e **contribuições para fundos de investimento**, públicos ou privados, que realizem investimentos de capital próprio e de quase-capital, tal como definidos na Comunicação da Comissão 2014/C19/04, de 22 de janeiro de 2014, em empresas dedicadas sobretudo a investigação e desenvolvimento, incluindo o financiamento da valorização dos seus resultados, cuja idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento seja reconhecida pela Agência Nacional de Inovação, S.A., nos termos do n.º 1 do artigo 37.º-A.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

## • **ASPETOS FISCAIS**

### Benefícios Fiscais – SIFIDE

#### Caso Prático n.º 40 – SIFIDE:

A Sociedade Only Cash, S.A. constituída em 2015, pretende realizar, pela primeira vez em 2023, um investimento de 100.000 euros num fundo de investimento enquadrável no âmbito do SIFIDE. O Administrador da sociedade questiona-o a si, enquanto estudioso nestas temáticas de qual o benefício fiscal em sede de IRC?

Resposta: O benefício fiscal corresponde a uma dedução à coleta de 32,50% sobre o investimento realizado e como se trata de um investimento inicial ainda beneficia de uma Taxa Incremental de 50%, face à média dos últimos 2 anos.

Ou seja, poderá deduzir à coleta de IRC,  $82,50\% * 100.000 = 82.500 \text{ €}$ , reportáveis para 8 anos, ou seja, até 2031.

# OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DE CONTAS: ASPETOS FISCAIS

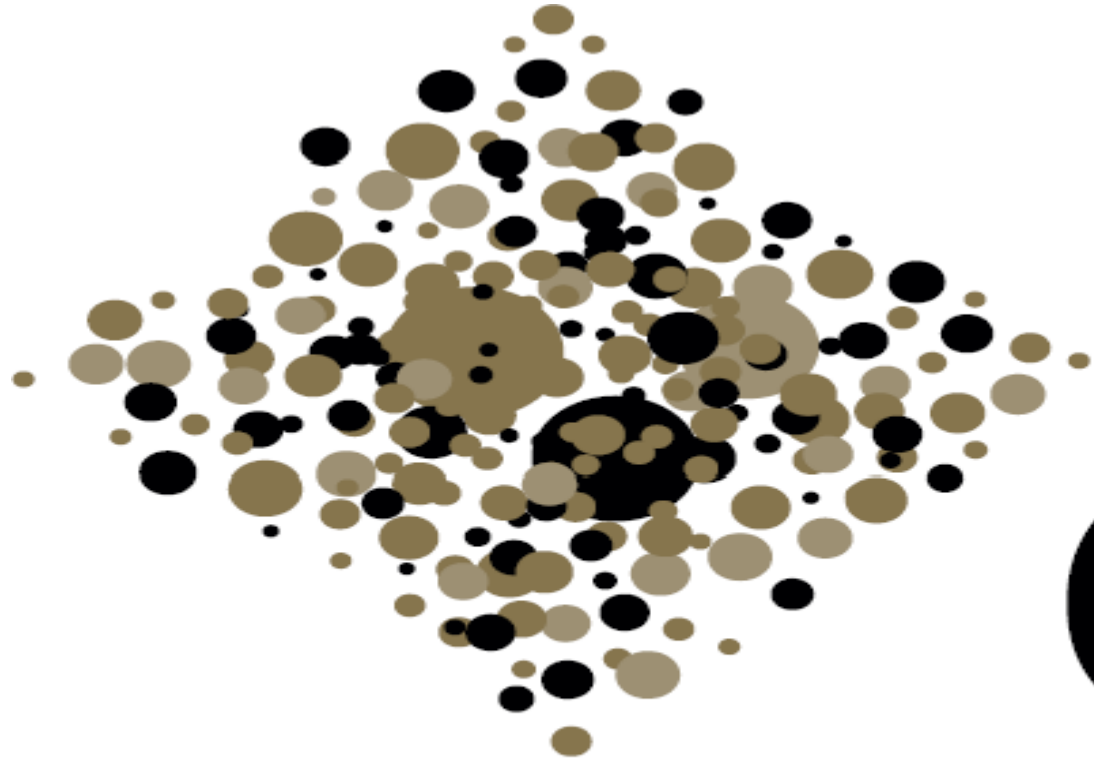
## • ASPETOS FISCAIS

### Benefícios Fiscais – SIFIDE

#### Alterações Lei n.º 21/2023, de 25 de Maio – Produz Efeitos a 01 de janeiro de 2024

- Art.º 38, n.º 4 do CFI – As despesas que, por insuficiência de coleta, não possam ser deduzidas no período em que foram realizadas podem ser deduzidas até ao **décimo segundo** período seguinte.
- Art.º 38, n.º 9 do CFI – O disposto na alínea b) do n.º 1 (Taxa incremental de 50%) **não é aplicável** às despesas previstas na alínea f) do n.º 1 do artigo 37.º (Participação no capital de instituições de investigação e desenvolvimento e **contribuições para fundos de investimento**).

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS



**CQM**  
formação

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- De acordo com o art.º 66 n.º 5 do CSC – Relatório da gestão:

5 – O relatório da gestão deve indicar, em especial:

f) Uma proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada;

- De acordo com o art.º 21 n.º 1 do CSC – Direitos dos sócios:

1 – Todo o sócio tem direito:

c) A obter informações sobre a vida da sociedade, nos termos da lei e do contrato;

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

- De acordo com o art.º 22 do CSC – Participação nos lucros e perdas:

1 – Na falta de preceito especial ou convenção em contrário, os sócios participam nos lucros e nas perdas da sociedade segundo a proporção dos valores das respetivas participações no capital;

2 – Se o contrato determinar somente a parte de cada sócio nos lucros, presumir-se-á ser a mesma parte nas perdas;

3 – É nula a cláusula que exclui um sócio da comunhão nos lucros ou que o isente de participar nas perdas da sociedade, salvo o disposto quanto a sócios de indústria;

4 – É nula a cláusula pela qual a divisão de lucros ou perdas seja deixada ao critério de terceiro.



# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- De acordo com o art.º 65 do CSC – Dever de relatar a gestão e apresentar contas:

1 – Os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório da gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual;

5 – O relatório da gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas devem ser apresentados ao órgão competente e por este apreciados, salvo casos particulares previstos na lei, no prazo de três meses a contar da data de encerramento de cada exercício anual, ou no prazo de cinco meses a contar da mesma data quando se trate de sociedades que devam apresentar contas consolidadas ou que apliquem o método da equivalência patrimonial.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- De acordo com o art.º 214 do CSC – Direito dos sócios à informação:

1 – Os gerentes devem prestar a qualquer sócio que o requeira informação verdadeira, completa e elucidativa sobre a gestão da sociedade, e bem assim facultar-lhe na sede social a consulta da respetiva escrituração, livros e documentos. A informação será dada por escrito, se assim for solicitado;

4 – A consulta da escrituração, livros ou documentos deve ser feita pessoalmente pelo sócio, que pode fazer-se assistir de um revisor oficial de contas ou de outro perito, bem como usar da faculdade reconhecida pelo artigo 576.º do Código Civil.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

- De acordo com o art.º 214 n.º 7 do CSC – Direito dos sócios à informação:

7 – À prestação de informações em assembleia geral é aplicável o disposto no artigo 290.º;

- De acordo com o art.º 289 n.º 1 do CSC – Informações preparatórias da assembleia geral:

1 – Durante os 15 dias anteriores à data da assembleia geral devem ser facultados à consulta dos acionistas, na sede da sociedade:

e) Quando se trate da assembleia geral anual prevista no n.º 1 do artigo 376.º, o relatório da gestão, as contas do exercício, demais documentos de prestação de contas, incluindo a certificação legal das contas e o parecer do conselho fiscal...”.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

## Assembleia Geral de Aprovação de Contas - Convocatória

- Sociedade por quotas (art.º 248.º n.º 3 do CSC) - A convocatória compete a qualquer um dos gerentes e deve ser feita por meio de carta registada, expedida com a antecedência mínima de quinze dias, a não ser que a lei ou o contrato de sociedade exijam outras formalidades ou estabeleçam prazo mais longo;

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

### Assembleia Geral de Aprovação de Contas - Convocatória

- Sociedade anónima (art.º 377.º e 376.º n.º 2 do CSC) - A assembleia geral é normalmente convocada pelo presidente da mesa (no caso da assembleia geral anual, a pedido do conselho de administração), devendo a convocatória ser publicada (portal do Ministério da Justiça). O contrato de sociedade pode exigir outras formas de comunicação aos acionistas. Sendo as ações nominativas a convocatória pode ser efetuada por cartas registadas ou, em relação aos acionistas que comuniquem previamente o seu consentimento, por correio eletrónico com recibo de leitura.
- Entre a última divulgação e a data da reunião da assembleia deve mediar, pelo menos, um mês, ou se a convocatória for através de expedição de carta registada ou correio eletrónico, pelo menos, 21 dias.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Assembleia Geral de Aprovação de Contas - Convocatória

**Dispensa de convocatória:**

- Podem os sócios ou acionistas, em qualquer tipo de sociedade e de acordo com o art.º 54.º do CSC, reunir-se em assembleia geral, sem observância de formalidades prévias, desde que todos estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto, devendo tal facto ficar registado na própria ata.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Assembleia Geral de Aprovação de Contas – Elaboração das Atas das Assembleias Gerais

- Nas **sociedades por quotas** as atas devem ser assinadas por todos os sócios que nelas tenham participado (n. 6 do art.º 248.º do CSC).
- Nas **sociedades anónimas**, as atas das reuniões da assembleia geral devem ser redigidas e assinadas por quem nelas tenha servido como presidente e secretário. (art.º 388.º do CSC).

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

### Assembleia Geral de Aprovação de Contas – Lista de Presenças

- De acordo com o disposto no art.º 382.º do CSC, nas assembleias gerais das sociedades anónimas, o presidente da mesa da assembleia geral deve mandar organizar a lista dos acionistas que estiverem presentes e representados no início da reunião.
- A lista de presenças deve indicar:
  - a) O nome e o domicílio de cada um dos acionistas presentes;
  - b) O nome e o domicílio de cada um dos acionistas representados e dos seus representantes;
  - c) O número, a categoria e o valor nominal das ações pertencentes a cada acionista presente ou representado.



# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Assembleia Geral de Aprovação de Contas – Informação da Ata que consta da IES

- A ata de aprovação das contas do exercício e da aplicação dos resultados, é um dos elementos necessários para efetuar o depósito das contas, conforme dispõe o art.º 42º do CRC.
- No entanto esta informação não é transcrita na íntegra para a IES, sendo prestada apenas alguma informação constante na mesma.

**Nota:** **Não submeter a IES** comunicando que as Contas foram Aprovadas, sem efetivamente as mesmas terem ainda sido Aprovadas.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- A obrigação de apresentar contas decorre quer do Código Comercial, quer do Código das Sociedades Comerciais que referem que os comerciantes e sociedade comerciais são obrigados a submeter aos órgãos próprios (detentores de capital) a prestação de contas de cada exercício.
- Salienta-se que a Informação Empresarial Simplificada (IES), exigida nos termos do Código do IRC e Código do IVA, a submeter no portal das finanças, **não substituí** a elaboração do relatório de gestão e das contas das entidades, de elaboração obrigatória, devendo pelo contrário refletir o conteúdo destes documentos

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Conforme refere a Comissão de Normalização Contabilística no seu site, na resposta à FAQ 19:

“Importa ter em atenção que não se deve confundir o cumprimento das obrigações para finalidades tributárias e outras com o das obrigações de índole contabilística para efeitos societários.

Normalmente, o cumprimento das obrigações em matéria de normalização contabilística para fins societários **deve preceder** o cumprimento das obrigações para finalidades tributárias e outras. Acresce que a quantidade e detalhe das informações exigidas para essas duas finalidades, não são justapostas.

Assim, a CNC entende que os documentos que constituam o dossier fiscal e a declaração da IES não substituem os documentos exigidos pelo art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.”

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Documentos que compõem a Prestação de Contas

- Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, os Decretos-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e 36-A/2011, de 9 de março, foram objeto de alterações substanciais, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras neles previstos.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Documentos que compõem a Prestação de Contas

- Os modelos de demonstrações financeiras aprovados, para as diferentes entidades que aplicam SNC, publicadas em anexo à Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, constituem um referencial que contempla a informação a apresentar por aquelas entidades, **podendo ser adicionadas linhas** de itens se tal for relevante para uma melhor compreensão da sua posição e desempenho financeiros, **devendo ser removidas linhas** de itens sempre que, em simultâneo para todas as datas de relato, não existam quantias a apresentar.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Documentos que compõem a Prestação de Contas – Entidades que adotam as NCRF

(Modelos das demonstrações financeiras referidas nos n.º 1 e 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho):

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração dos resultados por funções (facultativa);
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Documentos que compõem a Prestação de Contas – Entidades que adotam as NCRF-PE

(Modelos das demonstrações financeiras referidas no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, aplicáveis às entidades a que se refere o n.º 2 do artigo 9.º do mesmo diploma):

- Balanço, modelo reduzido
- Demonstração dos resultados por naturezas, modelo reduzido
- Demonstração dos resultados por funções, modelo reduzido (facultativa)
- Anexo, modelo reduzido

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Documentos que compõem a Prestação de Contas – Entidades que adotam as ESNL

(Modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades do setor não lucrativo, nos termos dos n.º 1 e 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho)

- Balanço, modelo ESNL
- Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL
- Demonstração dos resultados por funções, modelo ESNL (facultativa)
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais (por opção ou por exigência de entidades públicas financiadoras)
- Anexo, modelo ESNL



# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Documentos que compõem a Prestação de Contas – Microentidades que adotam a NC-ME

(Modelos das demonstrações financeiras referidas nos n.º 3 e 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, aplicáveis às entidades a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma):

- Balanço, Modelo ME
- Demonstração dos resultados por naturezas, Modelo ME

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## A PRESTAÇÃO DE CONTAS

### Modelo de Balanço (NC-ME)

Entidade: .....  
BALANÇO EM XX DE YYYYYYY DE 20NN (modelo ME)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

| RUBRICAS                               | DATAS   |           |
|--|---------|-----------|
|  | XX YY N | XX YY N-1 |
| <b>ATIVO</b>                           |         |           |
| Ativo não corrente                     |         |           |
| Ativos fixos tangíveis                 |         |           |
| Ativos intangíveis                     |         |           |
| Investimentos financeiros              |         |           |
| Créditos e outros ativos não correntes |         |           |
| Ativo corrente                         |         |           |
| Inventários                            |         |           |
| Clientes                               |         |           |
| Estado e outros entes públicos         |         |           |
| Capital subscrito e não realizado      |         |           |
| Diferimentos                           |         |           |
| Outros ativos correntes                |         |           |
| Caixa e depósitos bancários            |         |           |
| Total do ativo                         |         |           |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>       |         |           |
| Capital próprio                        |         |           |
| Capital subscrito                      |         |           |
| Outros instrumentos de capital próprio |         |           |
| Reservas                               |         |           |
| Resultados transitados                 |         |           |
| Outras variações no capital próprio    |         |           |
| Resultado líquido do período           |         |           |
| Total do capital próprio               |         |           |
| Passivo                                |         |           |
| Passivo não corrente                   |         |           |
| Provisões                              |         |           |
| Financiamentos obtidos                 |         |           |
| Outras dívidas a pagar                 |         |           |
| Passivo corrente                       |         |           |
| Fornecedores                           |         |           |
| Estado e outros entes públicos         |         |           |
| Financiamentos obtidos                 |         |           |
| Diferimentos                           |         |           |
| Outros passivos correntes              |         |           |
| Total do passivo                       |         |           |
| Total do capital próprio e do passivo  |         |           |

**INFORMAÇÃO ADICIONAL / COMPLEMENTAR**  
1. - Total de compromissos financeiros não incluídos no balanço  
2. - Total de garantias ou ativos e passivos contingentes não incluídos no balanço  
3. - Natureza e forma das garantias reais prestadas  
4. - Compromissos em matéria de pensões  
5. - Compromissos face a empresas ligadas ou associadas  
6. - Montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão, com indicação de:  
6.1. - Taxas de juro e principais condições  
6.2. - Montantes eventualmente reembolsados, amortizados ou objeto de renúncia  
6.3. - Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, com indicação do montante global para cada categoria  
7. - Ações/quotas próprias adquiridas quer diretamente, quer por intermédio de pessoa atuando em nome próprio nas pol. cont.  
7.1. - Motivos das aquisições efetuadas durante o período  
7.2. - Número e valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico das ações/quotas adquiridas e alienadas durante o período, bem como a fração do capital subscrito que elas representam  
7.3. - Contravalor das ações/quotas, no caso de aquisições ou alienação a título oneroso  
7.4. - Número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico do conjunto das ações/quotas adquiridas e detidas em carteira, bem como a fração do capital subscrito que elas representam

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **A PRESTAÇÃO DE CONTAS** - Modelo de Balanço (NC-ME)

| INFORMAÇÃO ADICIONAL / COMPLEMENTAR  |
|--|
| 1. - Total de compromissos financeiros não incluídos no balanço  |
| 2. - Total de garantias ou ativos e passivos contingentes não incluídos no balanço   |
| 3. - Natureza e forma das garantias reais prestadas  |
| 4. - Compromissos em matéria de pensões  |
| 5. - Compromissos face a empresas coligadas ou associadas  |
| 6. - Montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão, com indicação de:  |
| 6.1. - Taxas de juro e principais condições  |
| 6.2. - Montantes eventualmente reembolsados, amortizados ou objeto de renúncia   |
| 6.3. - Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, com indicação do montante global para cada categoria   |
| 7. - Ações/quotas próprias adquiridas quer diretamente, quer por intermédio de pessoa atuando em nome próprio mas por conta da entidade:   |
| 7.1. - Motivos das aquisições efetuadas durante o período  |
| 7.2. - Número e valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico das ações/quotas adquiridas e alienadas durante o período, bem como a fração do capital subscrito que elas representam       |
| 7.3. - Contravalor das ações/quotas, no caso de aquisições ou alienação a título oneroso   |
| 7.4. - Número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico do conjunto das ações/quotas adquiridas e detidas em carteira, bem como a fração do capital subscrito que elas representam |

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • A PRESTAÇÃO DE CONTAS

### Disponibilização e registo das Contas

- O artigo 70.º do CSC dispõe que as sociedades devem disponibilizar na sua sede e no site da internet, quando exista, cópia dos seguintes documentos:
  - Relatório de gestão;
  - Relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário;
  - Certificação legal das contas;
  - Parecer do órgão de fiscalização, quando exista.
- O registo comercial (depósito) das contas consubstancia-se na entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES) e respetivo pagamento do depósito.
- O prazo para o depósito das contas é o 15.º dia do 7.º mês posterior à data do termo do período económico, ou seja, a data limite da entrega da IES.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL (Art.º 35.º CSC) – ASPETOS SOCIETÁRIOS**
- A perda de metade do capital, evidenciado no art.º 35 do CSC, releva a importância da reintegração do capital.
- A reintegração do capital pode ser definida como sendo a recomposição do capital próprio quando este for inferior ao capital social em consequência de prejuízos obtidos pela sociedade.
- Verificada a perda de metade do capital a reintegração do capital pode ser uma alternativa à dissolução da sociedade.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL – ASPETOS SOCIETÁRIOS**

- De acordo com o art.º 35 do CSC – Perda de metade do capital:

1 – Resultando das contas do exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem os gerentes convocar de imediato a assembleia geral ou os administradores requerer prontamente a convocação da mesma, a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes;

2 – Considera-se estar perdida metade do capital social quando o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social;

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL – ASPETOS SOCIETÁRIOS**

- De acordo com o art.º 35 do CSC – Perda de metade do capital:

3 – Do aviso convocatório da assembleia geral constarão, pelo menos, os seguintes assuntos para deliberação dos sócios:

- a) A dissolução da sociedade;
- b) A redução do capital social para montante não inferior ao capital próprio da sociedade, com respeito, se for o caso, do disposto no n.º 1 do artigo 96.º;
- c) A realização pelos sócios de entradas para reforço da cobertura do capital.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL – ASPETOS SOCIETÁRIOS**

- De acordo com o art.º 54 do CSC – Deliberações unânimes e assembleias universais:

1 – Podem os sócios, em qualquer tipo de sociedade, tomar deliberações unânimes por escrito, e bem assim reunir-se em assembleia geral, sem observância de formalidades prévias, desde que todos estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto (dispensa de convocação prévia de acordo com o artigo 54.º).



# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL – ASPETOS SOCIETÁRIOS – MEDIDAS A ADOPTAR**

- Da realização da assembleia geral poderão ser adotadas as seguintes medidas de modo a solucionar a questão da perda de metade do capital:
  - Cobertura de prejuízos;
  - Conversão de suprimentos em capital próprio;
  - Realização de Prestações Suplementares;
  - Realização de aumento do Capital Social;
  - Redução do capital;
  - Revalorização dos ativos fixos tangíveis;

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL – ASPETOS SOCIETÁRIOS – MEDIDAS A ADOPTAR**

- Da realização da assembleia geral poderão ser adotadas as seguintes medidas de modo a solucionar a questão da perda de metade do capital:

- Dissolução e consequente liquidação;
- Apresentação à Insolvência;
- Por último também poderão os sócios optar por nada fazer tendo em consideração uma possível evolução futura positiva da sociedade, pelo que em ata poderá constar:

*..." É esperado um desempenho positivo da sociedade no futuro que reverta a situação atual do art.º 35 do CSC. "...*

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL – ASPETOS SOCIETÁRIOS**

- De acordo com o art.º 171 do CSC – Menções em atos externos:

2 – As sociedades por quotas, anónimas e em comandita por ações devem ainda indicar o capital social, o montante do capital realizado, se for diverso, e o montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado, sempre que este for igual ou inferior a metade do capital social.

- Dever de divulgação de acordo com o art.º 171 n.º 2 do CSC em todos os contratos, correspondência, publicações, anúncios, sítios da internet, entre outros atos que reflitam atividade externa.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL – ASPETOS SOCIETÁRIOS**

- De acordo com o art.º 528 do CSC – Ilícitos de mera ordenação social:

2 – A sociedade que omitir em atos externos, no todo ou em parte, as indicações referidas no art.º 171 deste código será punida com coima de 250 € a 1500 €.

- De acordo com o art.º 523 do CSC – Violação do dever de propor dissolução ou redução do capital:

O gerente ou administrador de sociedade que, verificando pelas contas do exercício estar perdida metade do capital, não der cumprimento ao disposto nos n.º (s) 1 e 2 do artigo 35.º é punido com prisão até 3 meses e multa até 90 dias.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL – Responsabilidade Contabilista Certificado**
- No âmbito do art.º 35 do CSC deverá o Contabilista Certificado alertar o gerente ou o órgão de administração para a perda de metade do capital social e as suas consequências.
- Esse alerta poderá estar refletido numa comunicação por escrito ou na Declaração de Responsabilidade através de uma evidencia a esta temática.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL - ABORDAGEM CONTABILÍSTICA**

- O reconhecimento contabilístico aplicável às possíveis soluções societárias já foram evidenciadas nos capítulos anteriores.
- Relativamente à divulgação em termos de relatório da gestão e de anexo deverá ser divulgado que:

...” As demonstrações financeiras apresentavam a 31 de dezembro de 2023 um capital próprio inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições dos artigos 35.º e 171.º do CSC. ”...

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL - ABORDAGEM FISCAL**

- As operações relacionadas com a resolução societária da Perda de Metade do Capital, de acordo com o art.º 21 al. a) do CIRC que constituam variações patrimoniais positivas não concorrem para a formação do lucro tributável;
- O incumprimento do art.º 35 do CSC não permite a sociedade beneficiar dos Benefícios Fiscais do RFAI, por força do disposto no Código Fiscal ao Investimento e nas orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação de empresas em dificuldade.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL - CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 41 – Redução do Capital Social – Prejuízos Avultados

Na situação de perda de mais de metade do capital social e não sendo possível os sócios entrarem com “injeção de capital”, na parte que lhes cabe nos prejuízos, a sociedade só pode evitar a dissolução, reduzindo o seu capital em 6.000 euros. Considere o seguinte Balanço:

| Balanço                                   |                  |
|---|------------------|
| Rubrica                                   | Montante         |
| <b>Ativo</b>                              |                  |
| Ativo                                     | 19 000,00        |
| <b>Total do Ativo</b>                     | <b>19 000,00</b> |
| <b>Capital Próprio e Passivo</b>          |                  |
| <b>Capital Próprio</b>                    |                  |
| Capital Subscrito                         | 8 000,00         |
| Resultados Transitados                    | - 5 300,00       |
| <b>Total do Capital Próprio</b>           | <b>2 700,00</b>  |
| <b>Passivo</b>                            |                  |
| Passivo                                   | 16 300,00        |
| <b>Total do Passivo</b>                   | <b>16 300,00</b> |
| <b>Total do Capital Próprio + Passivo</b> | <b>19 000,00</b> |



# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL - CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 41 – Redução do Capital Social – Prejuízos Avultados
- Os movimentos contabilísticos a realizar são os seguintes:

| Descritivo                | Conta | Designação             | Débito   | Crédito  |
|---------------------------|-------|------------------------|----------|----------|
| Redução do Capital Social | 511   | Capital subscrito      | 6 000,00 |          |
|                           | 561   | Resultados transitados |          | 5 300,00 |
|                           | 552   | Outras reservas        |          | 700,00   |

- A redução do capital social permite “regularizar” do Balanço os prejuízos acumulados, cumprir a regra mínima imposta no art.º 35 CSC (Capital Próprio  $\geq$  Metade do Capital Social), pelo que apresenta-se o novo balanço:

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **PERDA DE METADE DO CAPITAL - CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 41 – Redução do Capital Social – Prejuízos Avultados

O Novo Balanço – Após Redução do Capital Social:

| Balanço                                   |                  |
|---|------------------|
| Rubrica                                   | Montante         |
| <b>Ativo</b>                              |                  |
| Ativo                                     | 19 000,00        |
| <b>Total do Ativo</b>                     | <b>19 000,00</b> |
| <b>Capital Próprio e Passivo</b>          |                  |
| <b>Capital Próprio</b>                    |                  |
| Capital Subscrito                         | 2 000,00         |
| Resultados Transitados                    | 0,00             |
| Outras Reservas                           | 700,00           |
| <b>Total do Capital Próprio</b>           | <b>2 700,00</b>  |
| <b>Passivo</b>                            |                  |
| Passivo                                   | 16 300,00        |
| <b>Total do Passivo</b>                   | <b>16 300,00</b> |
| <b>Total do Capital Próprio + Passivo</b> | <b>19 000,00</b> |

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS - ASPETOS SOCIETÁRIOS**

- A temática Adiantamento por Conta de Lucros poderá ser entendida em termos de conceito como Adiantamento por Conta de Lucros ou como Dividendos Antecipados, tendo em ambas as situações como objetivo a obtenção de transferências financeiras da sociedade para os sócios.
- Nas Sociedades Anónimas o termo utilizado é Dividendos Antecipados, de acordo com o art.º 297 do CSC.
- Nas Sociedades por Quotas o termo utilizado é Adiantamento por Conta de Lucros.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – Sociedades Anónimas**

- De acordo com o art.º 297 do CSC – Adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício:

1 – O contrato de sociedade pode autorizar que, no decurso de um exercício, sejam feitos aos acionistas adiantamentos sobre lucros, desde que observadas as seguintes regras:

a) O conselho de administração ou o conselho de administração executivo, com o consentimento do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou do conselho geral e de supervisão, resolva o adiantamento;

b) A resolução do conselho de administração ou do conselho de administração executivo seja precedida de um balanço intercalar, elaborado com a antecedência máxima de 30 dias e certificado pelo revisor oficial de contas, que demonstre a existência nessa ocasião de importâncias disponíveis para os aludidos adiantamentos, que devem observar, no que seja aplicável, as regras dos artigos 32.º e 33.º, tendo em conta os resultados verificados durante a parte já decorrida do exercício em que o adiantamento é efetuado;

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – Sociedades Anónimas**

- De acordo com o art.º 297 do CSC – Adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício:

1 – O contrato de sociedade pode autorizar que, no decurso de um exercício, sejam feitos aos acionistas adiantamentos sobre lucros, desde que observadas as seguintes regras:

c) Seja efetuado um só adiantamento no decurso de cada exercício e sempre na segunda metade deste;

d) As importâncias a atribuir como adiantamento não excedam metade das que seriam distribuíveis, referidas na alínea b).

2 – Se o contrato de sociedade, for alterado para nele ser concedida a autorização prevista no número anterior, o primeiro adiantamento apenas pode ser efetuado no exercício seguinte àquele em que ocorrer a alteração contratual.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – Sociedades por Quotas**

- Nas Sociedades por Quotas não está previsto no CSC um procedimento específico como nas Sociedades Anónimas.
- Em termos genéricos é sempre possível efetuar adiantamentos de lucros aos sócios, desde que o capital próprio da sociedade, incluindo o resultado líquido do período, tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas, não se preveja que fique inferior à soma do capital social e das reservas legais ou estatutárias não distribuíveis.
- Se tal não vier a ocorrer ou de outra forma não se tiver respeitado os limites de distribuição de lucros, ainda que a título de adiantamento, ficam os sócios obrigados a restituir esses adiantamentos, ou o excesso que tenha superado os referidos

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – ABORDAGEM CONTABILÍSTICA**
- O reconhecimento contabilístico aplicável aos adiantamentos por conta de lucros é diferente tratando-se de adiantamentos por conta de lucros nas sociedades por quotas ou de dividendos antecipados nas sociedades anónimas.
- Sociedades por Quotas
- Os adiantamentos por conta de lucros deverão estar evidenciados na conta 263 – Adiantamentos por conta de lucros, a débito, refletindo uma dívida do sócio à sociedade.
- No Balanço este adiantamento será considerado no ativo corrente na rubrica “Outros Créditos a Receber”.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – ABORDAGEM CONTABILÍSTICA**
- Sociedades Anónimas
- Os dividendos antecipados deverão estar evidenciados na conta 89 – Dividendos Antecipados, a débito, refletindo uma redução do capital próprio da sociedade.
- No Balanço os dividendos antecipados serão considerados no Capital Próprio, a negativo, na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio”.



# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – ABORDAGEM FISCAL**

- Os adiantamentos por conta de lucros são considerados rendimentos da categoria E de acordo com o art.º 5 n.º 1 al. h) do CIRS – Rendimentos da categoria E:

h) Os lucros e reservas colocados à disposição dos associados ou titulares e adiantamentos por conta de lucros, com exclusão daqueles a que se refere o artigo 20.º.

- De acordo com o art.º 71 n.1 al. a) do CIRS – Taxas liberatórias, estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 28%:

a) Os rendimentos de capitais obtidos em território português, por residentes ou não residentes, pagos por ou através de entidades que aqui tenham sede, direção efetiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento e que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada.

- Comunicação de rendimentos e retenções - Modelo 39 até final de Fevereiro de 2024 (art.º 119, n.º 12 CIRS)

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 42 – Dividendos antecipados – Sociedade Anónima

A administração da Sociedade Lucros para Todos, S.A., verificando o cumprimento dos requisitos legais, decidiu em 15 de outubro de 2023, proceder ao pagamento de dividendos antecipados, no montante de 15.000 euros, sujeitos a retenção na fonte à taxa de 28%. O dividendo antecipado foi pago em 30 de outubro de 2023.

A 31 de dezembro de 2023 a sociedade apresentou um resultado líquido do período positivo de 130.000 euros.

Pedido: Proceda à contabilização das operações acima identificadas relacionadas com os dividendos antecipados.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 42 – Dividendos antecipados – Sociedade Anónima

### **Resolução:**

15/out/2023 – Atribuição dos dividendos antecipados

| Descritivo                            | Conta | Designação             | Débito    | Crédito   |
|---------------------------------------|-------|------------------------|-----------|-----------|
| Atribuição dos dividendos antecipados | 8911  | Dividendos antecipados | 15 000,00 |           |
|                                       | 2641  | Resultados atribuídos  |           | 15 000,00 |

15/out/2023 – Colocação à disposição dos dividendos antecipados

| Descritivo                            | Conta | Designação                          | Débito    | Crédito   |
|---------------------------------------|-------|-------------------------------------|-----------|-----------|
| Colocação à disposição dos dividendos | 2641  | Resultados atribuídos               | 15 000,00 |           |
|                                       | 2651  | Lucros disponíveis                  |           | 10 800,00 |
|                                       | 2423  | EOEP – Retenção na Fonte - Capitais |           | 4 200,00  |

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 42 – Dividendos antecipados – Sociedade Anónima

### **Resolução:**

30/out/2023 – Pagamento dos dividendos antecipados

| Descritivo                            | Conta | Designação                  | Débito    | Crédito   |
|---------------------------------------|-------|-----------------------------|-----------|-----------|
| Atribuição dos dividendos antecipados | 2651  | Lucros disponíveis          | 10 800,00 |           |
|                                       | 1211  | Depósitos à ordem – Banco X |           | 10 800,00 |

01/jan/2024 – Transferência para resultados transitados dos dividendos antecipados

| Descritivo                                | Conta | Designação             | Débito    | Crédito   |
|---|-------|------------------------|-----------|-----------|
| Transferência para resultados transitados | 5611  | Resultados transitados | 15 000,00 |           |
|   | 8911  | Dividendos antecipados |           | 15 000,00 |

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 43 – Adiantamentos por Conta de Lucros – Sociedade por Quotas

A gerência da Sociedade Lucros para Todos, Lda., verificando o cumprimento dos requisitos legais, decidiu em 15 de outubro de 2023, proceder ao pagamento de adiantamentos por conta de lucros, no montante de 15.000 euros, sujeitos a retenção na fonte à taxa de 28%. O adiantamento por conta de lucros foi pago em 30 de outubro de 2023.

A 31 de dezembro de 2023 a sociedade apresentou um resultado líquido do período positivo de 130.000 euros. A sociedade em 15 de março de 2024 aprovou o resultado do período de 2023 com uma distribuição de lucros aos sócios de 45.000 euros, regularizando o adiantamento por conta de lucros anteriormente efetuado, sendo o remanescente considerado em reservas livres.

Pedido: Proceda à contabilização das operações acima identificadas relacionadas com os dividendos antecipados.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 43 – Adiantamentos por Conta de Lucros – Sociedade por Quotas

### **Resolução:**

15/out/2023 – Atribuição do adiantamento por conta de lucros

| Descritivo                           | Conta | Designação                        | Débito    | Crédito   |
|--------------------------------------|-------|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Atribuição do adiantamento de lucros | 2631  | Adiantamentos por conta de lucros | 15 000,00 |           |
|                                      | 2641  | Resultados atribuídos             |           | 15 000,00 |

15/out/2023 – Colocação à disposição do adiantamento por conta de lucros

| Descritivo                             | Conta | Designação                          | Débito    | Crédito   |
|--|-------|-------------------------------------|-----------|-----------|
| Colocação à disposição do adiantamento | 2641  | Resultados atribuídos               | 15 000,00 |           |
|  | 2651  | Lucros disponíveis                  |           | 10 800,00 |
|  | 2423  | EOEP – Retenção na Fonte - Capitais |           | 4 200,00  |

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 43 – Adiantamentos por Conta de Lucros – Sociedade por Quotas

### **Resolução:**

30/out/2023 – Pagamento do adiantamento por conta de lucros

| Descritivo                            | Conta | Designação                  | Débito    | Crédito   |
|---------------------------------------|-------|-----------------------------|-----------|-----------|
| Atribuição dos dividendos antecipados | 2651  | Lucros disponíveis          | 10 800,00 |           |
|                                       | 1211  | Depósitos à ordem – Banco X |           | 10 800,00 |

01/jan/2024 – Transferência para resultados transitados do resultado do período 2021

| Descritivo                                | Conta | Designação                    | Débito     | Crédito    |
|---|-------|-------------------------------|------------|------------|
| Transferência para resultados transitados | 8181  | Resultados líquido do período | 130 000,00 |            |
|   | 5611  | Resultados transitados        |            | 130 000,00 |

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE LUCROS – CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 43 – Adiantamentos por Conta de Lucros – Sociedade por Quotas

## **Resolução:**

15/mar/2024 – Aplicação de Resultados com regularização do adiantamento por conta de lucros

| Descritivo              | Conta | Designação                        | Débito     | Crédito   |
|-------------------------|-------|-----------------------------------|------------|-----------|
| Aplicação de resultados | 5611  | Resultados transitados            | 130 000,00 |           |
|                         | 2641  | Resultados atribuídos             |            | 30 000,00 |
|                         | 5521  | Outras Reservas                   |            | 85 000,00 |
|                         | 2631  | Adiantamentos por conta de lucros |            | 15 000,00 |



# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados**

- A temática da aplicação de resultados consiste na evidência da proposta de afetação do resultado líquido do período, consubstanciada no relatório da gestão e aprovado em assembleia geral.
- As várias possibilidades de afetação do resultado líquido do período são:
  - Cobertura de prejuízos (se existirem);
  - Reserva legal;
  - Reservas estatutárias;
  - Reservas livres;
  - Gratificações de balanço aos gerentes ou administradores, bem como aos trabalhadores;
  - Distribuição de lucros ou dividendos;
  - Resultados transitados.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados**

- De acordo com o art.º 32 do CSC – Limite da distribuição de bens aos sócios:

1 – Sem prejuízo do preceituado quanto à redução do capital social, não podem ser distribuídos aos sócios bens da sociedade quando o capital próprio desta, incluindo o resultado líquido do exercício, tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas nos termos legais, seja inferior à soma do capital social e das reservas que a lei ou o contrato não permitem distribuir aos sócios ou se tornasse inferior a esta soma em consequência da distribuição;

2 – Os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios bens da sociedade, a que se refere o número anterior, quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis;

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados**

- De acordo com o art.º 32 do CSC – Limite da distribuição de bens aos sócios:

3 – Os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial, nos termos das normas contabilísticas e de relato financeiro, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios, nos termos a que se refere o n.º 1, quando sejam realizados.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados**

- De acordo com o art.º 33 do CSC – Lucros e reservas não distribuíveis:

1 – Não podem ser distribuídos aos sócios os lucros do exercício que sejam necessários para cobrir prejuízos transitados ou para formar ou reconstruir reservas impostas pela lei ou pelo contrato da sociedade;

2 – Não podem ser distribuídos aos sócios lucros do exercício enquanto as despesas de constituição, de investigação e de desenvolvimento não estiverem completamente amortizadas, exceto se o montante das reservas livres e dos resultados transitados for, pelo menos, igual ao dessas despesas não amortizadas;

3 – As reservas cuja existência e cujo montante não figuram expressamente no balanço não podem ser utilizadas para distribuição aos sócios;

4 – Devem ser expressamente mencionadas na deliberação quais as reservas distribuídas, no todo ou em parte, quer isoladamente quer juntamente com os lucros de exercício.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados – Sociedades por Quotas**

- De acordo com o art.º 217 do CSC – Direito aos lucros do exercício:

1 – Salvo diferente cláusula contratual ou deliberação tomada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social em assembleia geral para o efeito convocada, não pode deixar de ser distribuído aos sócios metade do lucro do exercício que, nos termos desta lei, seja distribuível;

2 – O crédito do sócio à sua parte dos lucros vence-se decorridos 30 dias sobre a deliberação de atribuição de lucros, salvo diferimento consentido pelo sócio; os sócios podem, contudo deliberar, com fundamento em situação excecional da sociedade, a extensão daquele prazo até mais de 60 dias;

3 – Se, pelo contrato de sociedade, os gerentes ou fiscais tiverem direito a uma participação nos lucros, esta só pode ser paga depois de postos a pagamento os lucros dos sócios.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados – Sociedades por Quotas**

- De acordo com o art.º 218 do CSC – Reserva legal:

- 1 – É obrigatória a constituição de uma reserva legal;

- 2 – É aplicável o disposto nos artigos 295.º e 296.º, salvo quanto ao limite mínimo de reserva legal, que nunca será inferior a 2500 euros.

- De acordo com o art.º 295 do CSC – Reserva legal:

- 1 – Uma percentagem não inferior à vigésima (5%) parte dos lucros da sociedade é destinada à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração, até que aquela represente a quinta parte (20%) do capital social. No contrato de sociedade podem fixar-se percentagem e montante mínimo mais elevados para a reserva legal.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados – Sociedades por Quotas**

- De acordo com o art.º 296 do CSC – Utilização da Reserva legal:

A reserva legal só pode ser utilizada:

- a) Para cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- b) Para cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- c) Para incorporação no capital.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados – Sociedades Anónimas**

- De acordo com o art.º 294 do CSC – Direito aos lucros do exercício:

1 – Salvo diferente cláusula contratual ou deliberação tomada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social em assembleia geral para o efeito convocada, não pode deixar de ser distribuído aos acionistas metade do lucro do exercício que, nos termos desta lei, seja distribuível;

2 – O crédito do acionista à sua parte dos lucros vence-se decorridos 30 dias sobre a deliberação de atribuição de lucros, salvo diferimento consentido pelo sócio; os sócios podem, contudo deliberar, com fundamento em situação excecional da sociedade, a extensão daquele prazo até mais de 60 dias, se as ações não estiverem admitidas à negociação;

3 – Se, pelo contrato de sociedade, os gerentes ou fiscais tiverem direito a uma participação nos lucros, esta só pode ser paga depois de postos a pagamento os lucros dos acionistas.



# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

## • **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados – Convocatória**

- De acordo com o art.º 248 n.º 3 do CSC – Assembleias gerais (Sociedades por Quotas):

3 – A convocação das assembleias gerais compete a qualquer dos gerentes e deve ser feita por meio de carta registada, expedida com a antecedência mínima de quinze dias, a não ser que a lei ou o contrato de sociedade exijam outras formalidades ou estabeleçam prazo mais longo.

- De acordo com o art.º 54 n.º 1 do CSC – Deliberações unânimes e assembleias universais:

1 – Podem os sócios, em qualquer tipo de sociedade, tomar deliberações unânimes por escrito, e bem assim reunir-se em assembleia geral, sem observância de formalidades prévias, desde que todos estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ASPETOS SOCIETÁRIOS – Aplicação de Resultados – Convocatória**

- De acordo com o art.º 377 n.º(s) 1 e 4 do CSC – Assembleias gerais (Sociedades Anónimas):

1 – As assembleias gerais são convocadas pelo presidente da mesa ou, nos casos especiais previstos na lei, pela comissão de auditoria, pelo conselho geral e de supervisão, pelo conselho fiscal ou pelo tribunal;

4 – Entre a última divulgação e a data da reunião da assembleia deve mediar, pelo menos, um mês, devendo mediar, entre a expedição das cartas registadas ou mensagens de correio eletrónico referidas no n.º 3 e a data da reunião, pelo menos, 21 dias.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ABORDAGEM CONTABILÍSTICA - Divulgação**

- De acordo com a Nota 32 – Outras informações do Anexo 6 da Portaria 220/2015 de 24 de julho, uma entidade deve divulgar relativamente a aplicação de resultados:

32.4 – A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados;

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ABORDAGEM CONTABILÍSTICA - Divulgação**

- De acordo com o art.º 66 n.º 6 do CSC – Relatório da gestão:

6 – Ficam dispensadas da obrigação de elaborar o relatório da gestão as microentidades, tal como definidas no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 15/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.º (s) 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro, desde que procedam à divulgação, quando aplicável, no final do balanço, das informações mencionadas na alínea d) do n.º 5 do presente artigo.

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **ABORDAGEM FISCAL**

- Os lucros e dividendos atribuídos são considerados rendimentos da categoria E de acordo com o art.º 5 n.º 1 al. h) do CIRS – Rendimentos da categoria E:

h) Os lucros e reservas colocados à disposição dos associados ou titulares e adiantamentos por conta de lucros, com exclusão daqueles a que se refere o artigo 20.º.

- De acordo com o art.º 71 n.1 al. a) do CIRS – Taxas liberatórias, estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 28%:

a) Os rendimentos de capitais obtidos em território português, por residentes ou não residentes, pagos por ou através de entidades que aqui tenham sede, direção efetiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento e que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada.

- Comunicação de rendimentos e retenções - Modelo 39 até final de Fevereiro de 2024 (art.º 119, n.º 12 CIRS)

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 44 – Aplicação de Resultados:

A sociedade Mais Informada, S.A. em 31 de dezembro de 2023, apresentava a seguinte estrutura do capital próprio:

| Rubricas                      | Montante  |
|-------------------------------|-----------|
| Capital subscrito e realizado | 1.200.000 |
| Reservas legais               | 180.000   |
| Resultados transitados        | - 48.000  |
| Resultado líquido do período  | 264.000   |
| Total Capital Próprio         | 1.596.000 |

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 44 – Aplicação de Resultados:

Sabe-se que as Reservas legais foram constituídas ao abrigo do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e que o Resultado líquido do Período inclui ganhos por aumentos do justo valor de ações adquiridas em bolsa, em Julho de 2023, por 72.000 euros, cuja cotação em 31 de dezembro de 2023 eram de 91.200 euros.

Tendo por base a informação apresentada e sabendo que a sociedade não constitui reservas legais para além do limite mínimo estabelecido no CSC, qual seria o montante máximo do lucro de 2023 que poderia ser distribuído aos Sócios?

# ASPETOS SOCIETÁRIOS AO ENCERRAMENTO DE CONTAS

- **CASOS PRÁTICOS**

- Caso Prático n.º 44 – Aplicação de Resultados:

**Resolução:**

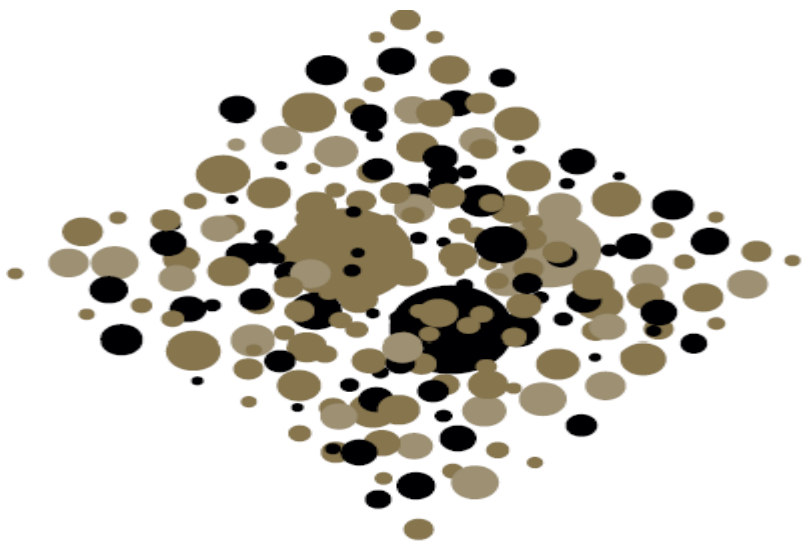
- De acordo com o CSC o cálculo a efetuar de modo a determinar o montante máximo que poderia ser distribuído é:

| Rúbricas  | Montantes |
|---|-----------|
| Resultado Líquido do Período                              | 264.000   |
| Resultados Transitados Negativos (Cobertura de prejuízos) | - 48.000  |
| Subtotal =  | 216.000   |
| Reforço Reserva Legal (5% * 216.000)                      | - 10.800  |
| Subtotal =  | 205.200   |
| Aumentos de JV não realizados (91.200 – 72.000)           | - 19.200  |
| Montante Máximo de Lucro Que Pode Ser Distribuído =       | 186.000   |



**“Duas coisas só me deu o Destino:  
uns livros de contabilidade e o dom de sonhar”**

Fernando Pessoa



CQM  
formação

Muito obrigado pela Vossa atenção!

**Carlos Quelhas Martins**

Doutoramento em Gestão – Especialidade Contabilidade

Professor Especialista em Contabilidade

Professor Adjunto ISCAP/Politécnico do Porto

Contabilista Certificado Especialista em Contabilidade Financeira